

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE AGRONOMIA**

**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**DISSERTAÇÃO**

**A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA  
(VOLTA REDONDA-BARRA MANSA, RJ):  
UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS  
ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS EMPRESARIAIS  
PARA O MEIO AMBIENTE**

**Anderson Almeida da Silva**

**2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**

**INSTITUTO DE AGRONOMIA**

**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**A GESTÃO DA ARIE FLORESTA DA CICUTA (VOLTA REDONDA-BARRA  
MANSA, RJ):**

**UM ESTUDO SOBRE OS INTERESSES, AS ESTRATÉGIAS E AS LÓGICAS  
EMPRESARIAIS PARA O MEIO AMBIENTE**

**ANDERSON ALMEIDA DA SILVA**

Sob a Orientação do Professor

**Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira**

Dissertação submetida como requisito parcial  
para obtenção do grau de **Mestre em  
Geografia**, no Programa de Pós-Graduação  
em Geografia da UFRRJ, Área de  
Concentração em Espaço, Questões  
Ambientais e Formação em Geografia

Seropédica, RJ

Setembro, 2019

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586g Silva, Anderson Almeida da, 1993-  
A gestão da ARIE floresta da Cicuta (Volta Redonda - Barra Mansa, RJ): um estudo sobre os interesses, as estratégias e as lógicas empresariais para o meio ambiente / Anderson Almeida da Silva. - Volta Redonda RJ, 2019.  
127 f.: il.

Orientador: Leandro Dias de Oliveira.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2019.

1. ARIE floresta da Cicuta. 2. Gestão empresarial. 3. Desenvolvimento Sustentável. I. Oliveira, Leandro Dias de, 1979-, orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ANDERSON ALMEIDA DA SILVA

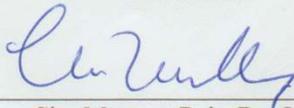
Dissertação/Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO OU TESE APROVADA EM 30/08/2019.



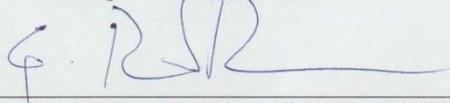
---

Leandro Dias de Oliveira, Prof. Dr., PPGGEO-UFRRJ  
Orientador



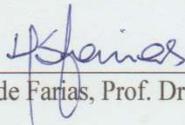
---

Ciro Marques Reis, Dr., UERJ



---

Guilherme da Silva Ribeiro, Prof. Dr., PPGGEO-UFRRJ



---

Heitor Soares de Farias, Prof. Dr., PPGGEO-UFRRJ

## AGRADECIMENTOS

Este momento está reservado a todos aqueles que de alguma maneira contribuíram para esta honraria tão célebre, que é a construção desta dissertação de Mestrado, em meio a uma vida conturbada e atabalhoada de professor e pesquisador.

Para não ser injusto com ninguém fundamental nesta caminhada, dedico estes agradecimentos antecipadamente a todos que de maneira direta ou indireta, material ou imaterial possibilitaram esta máxima.

Primeiramente dedico ao metafísico que faz parte de minha vida, portanto, menciono Deus, que é minha fortaleza e o responsável por entender as tribulações de meus pensamentos sem que eu precise falar, que eu converse sem precisar estar acordado, poço das minhas lamentações, inquietações e agradecimentos, e responsável por permitir a interseção da Mãe, N.S. Aparecida, onde seguro seu manto em minhas mais profundas dificuldades para não despençar. Amém.

Aos meus familiares, agradeço por tê-los ao meu lado e por todo apoio, quando decidi ingressar ao Mestrado, e por ter se estendido após o ingresso e durante todo o período de estudos, dedicações, ausências, aflições, incompreensões de ambos os lados. Ressalto que todos eles me servem de inspiração e são minha base de sustentação. Primeiramente, destaco o papel de minha mãe Ivonete, que sempre zelou por mim e dedicou como pode para que eu me tornasse o que sou hoje, meu exemplo de amor. Ao meu pai, Wilson, que após meus 12 anos, não se encontrava no mesmo lar que minha família, mas, mesmo assim, se esforçou da maneira que pode para estar presente e nos amar.

Ao meu irmão gêmeo Adler, no qual sempre estivemos juntos durante a trajetória escolar, até o Ensino Básico, mas no Ensino Superior, seguimos caminhos distintos, porém continuamos a compartilhar as experiências e questões da vida.

Ao meu irmão Ruan (*in memoriam*) que realizou tua passagem na reta final da minha graduação, e me fez e faz repensar sobre as questões de nossas vidas, meu irmão que é referência de vida, que me deixou um legado que lavarei para o resto da minha existência.

A minha noiva Rosana, que foi a responsável por me avisar sobre a abertura de seleção para o Mestrado que tanto preteria, foi responsável também, por me ouvir com toda paciência em minhas ideias no decorrer desta pesquisa, e pelo incentivo incondicional em relação aos meus desafios, lamentações quase constantes, estresses e incertezas, mas nunca permitiu que eu desistisse, com seu apoio, compreensão e com minhas ausências frequentes, mas sempre me ajudou.

Aos meus avós pelo exemplo de vida, atenção, dedicação e amor, minha avó paterna Nair, sempre presente e cuidadosa, e meu avô materno Alício, com sua força, exemplo e zelo.

A minha tia Angela, que sempre esteve presente em toda esta caminhada, dando todo seu apoio e acreditando em meu potencial, possibilitou também, as impressões de diversas apostilas e textos; sempre esteve solícita a me ajudar.

Aos familiares e amigos da vida, que não foram mencionados individualmente como gostaria, mas destaco aqui esta menção, pois de alguma maneira, estiveram presentes nesta caminhada, seja com desabafos, distrações, lamentos e boas conversas, que de alguma maneira serviram de combustível para que eu continuasse focado.

Os agradecimentos se estendem da mesma forma aos membros do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRRJ, aos demais professores do departamento de Geografia e pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da UFRRJ que, durante as disciplinas contribuíram diretamente para a construção do conhecimento adquirido na trajetória do Mestrado, como também indiretamente, com as conversas informais sobre o projeto, e dividindo apreensões e frustrações que contribuíram em

nossa formação. Aos funcionários da secretaria do departamento de Pós-graduação em Geografia por todo o atendimento prestado, e aos demais funcionários desta Universidade.

Ao orientador, Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira que com coragem e confiança aceitou o desafio dessa orientação, entre tantos projetos que lhe foram apresentados, e mediante os primeiros contatos que só ocorreram no processo de seleção para o Mestrado, que culminou acreditando em meu potencial. Pessoa sempre presente que se dedicou as leituras, correções, orientações, e disposto a me ajudar, aconselhar, e sempre considerando a minha agenda sempre “atolada” como é a de um professor, bem como o trajeto: Volta Redonda x Seropédica. Poderia aqui, escrever milhares de palavras e ainda não seriam o suficiente, mas dedico este singelo agradecimento que é pouco para demonstrar o quanto sou grato pelo seu trabalho e pela liberdade que me foi confiada.

Agradecimento especial, aos prof<sup>o</sup> Dr. Ciro Marques Reis (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) prof<sup>o</sup> Dr. Guilherme da Silva Ribeiro e prof<sup>o</sup> Dr. Heitor Soares de Farias (Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGGEO / UFRRJ); pelas orientações em um momento chave no direcionamento da pesquisa, e tenho certeza que o desfecho desta pesquisa possui contribuição direta destes grandes professores.

Os meus nobres amigos da graduação, guerreiros da primeira turma de Geografia do Polo Barra do Pirai/ UERJ, que juntos e poucos, vencemos uma etapa importante e compartilhamos os desafios vindouros, e compartilhando perspectivas. E como mencionar os amigos proporcionados pela turma de Mestrado, no qual pudemos compartilhar conhecimentos, experiências e expectativas, que através de nosso apoio mútuo e persistência nos apoiamos e continuamos firmes.

Uma grande surpresa na reta final da pesquisa, ocorreu com a contribuição do Analista Ambiental Sandro Leonardo Alves com sua espetacular entrevista, que possibilitou aparar arestas que ainda inquietavam, e me possibilitou (re)pensar algumas questões para o desenvolvimento e desfecho da pesquisa. Destaco também, a solicitude com a qual fui recebido e a acessibilidade aos acervos do ICMBio da ARIE Floresta da Cicuta. Não poderia deixar de mencionar a equipe de apoio da ARIE Floresta da Cicuta, em particular a Marcia e Glaucia, que me acompanharam no campo que realizei a unidade com atenção e disponibilidade que merecem menção; com demonstração de todo o conhecimento desta área, e que infelizmente estão sob aviso prévio até agosto de 2019 por medida da contratante.

Portanto, considero justo e injusto este agradecimento, pois reconheço a contribuição de todos aqueles que possibilitaram este momento, mas também, por aqueles que não foi possível a devida menção. No entanto, este trabalho pertence a cada um de vocês.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001/This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

“O poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas”  
(RAFFESTIN, 1993, p. 20).

## RESUMO

SILVA, Anderson Almeida. **A Gestão da ARIE Floresta da Cicuta (Volta Redonda-Barra Mansa, RJ): Um estudo sobre os interesses, as estratégias e as lógicas empresariais para o meio ambiente.** 2019. 127p. Instituto de Agronomia/Instituto Multidisciplinar. Universidade Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. RJ. 2019.

A ARIE Floresta da Cicuta se apresenta como um remanescente do bioma da Mata Atlântica e corresponde a um verdadeiro reduto da vida, entre a expansão urbana das conurbadas cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, municípios do estado do Rio de Janeiro. Esta pesquisa tem por objetivo central, compreender os interesses na gestão ambiental da ARIE Floresta da Cicuta sob o espólio da CSN; por meio das tensões, desafios, estratégias e lógicas envolvidas na construção do desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade, na forma da gestão empresarial, que atende a uma lógica agressiva, racional, estratégica e coberta de intencionalidades para a legitimação do controle territorial. Para tal, tem-se, inicialmente, o objetivo de realizar um histórico da Floresta da Cicuta, em consonância com a história da Siderúrgica e da própria cidade de Volta Redonda; em seguida, analisar a partir das influências da CSN no território da cidade e em âmbito nacional, suas principais medidas, ações e ideologias de uma gestão empresarial “verde” (in)consequente; e finalizando, analisar e compreender os interesses e proposições para a ARIE Floresta da Cicuta em RPPN e REVIS, ciente das diferenças existentes entre os modelos de gestão ambiental e seu interesse na responsabilidade sócio-ambiental, política e econômica sobre a unidade. O desenvolvimento metodológico da pesquisa se realizará com base em levantamento teórico sobre o tema, fontes históricas, análises de dados, trabalho de campo ao objeto, possibilitando assim, compreender, e interpretar as informações obtidas a partir da Geografia.

**Palavras-chave:** ARIE Floresta da Cicuta; Gestão empresarial; Desenvolvimento Sustentável.

## ABSTRACT

SILVA. Anderson Almeida. The Management of ARIE Cicuta Forest (Volta Redonda-Barra Mansa, RJ): A study on the interests, strategies and business logic for the environment. 2019. 127p. Institute of Agronomy/Multidisciplinary Institute. Rural University of Rio de Janeiro state, Seropedica. RJ. 2019.

The ARIE Floresta da Cicuta stands as a remnant of the Atlantic Forest biome and corresponds in a true redoubt of life, between the urban expansion of the conurbated towns of Volta Redonda and Barra Mansa, in the state of Rio de Janeiro. The main goal of this research is understanding the interests in environmental management of the ARIE Cicuta forest under the CSN's estate; through the tensions, challenges, strategies and logics involved in the sustainable development construction. Sustainability, in the way of business management, which responds to an aggressive, rational, strategic logic and covered with intentionalities for the legitimization of territorial control. To this end, it has, initially, the goal of carrying out a history of the Cicuta Forest, in line with the history of the steel company and the town of Volta Redonda; then, to analyze the influences of CSN in the town territory and nationwide, its main measures, actions and ideologies of a "green" (in) consequent business management; and finalizing, analyze and understand the interests and propositions for Cicuta forest in RPPN and REVIS, aware of the differences between environmental management models and in the interest in socio-environmental, political and economic responsibility on the unit. The methodological development in research will be shown based on theoretical research on the theme, historical sources, data analysis, field work to the goal, so, to understand, and comprehend the information obtained from the Geography.

Keywords: ARIE Cicuta Forest; Business Management; Sustainable Development.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ADESG</b>	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
<b>APP</b>	Áreas de Preservação Permanente
<b>ARIE</b>	Área de Relevante Interesse Ecológico
<b>BNDE</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
<b>BNH</b>	Banco Nacional de Habitação
<b>BTEX</b>	Benzeno, Tolueno, Etilbenzeno e Xileno
<b>BTX</b>	Benzeno, Tolueno e Xileno
<b>CIDE</b>	Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
<b>CMMAD</b>	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
<b>CONAMA</b>	Conselho Nacional do Meio Ambiente
<b>COPER</b>	Comissão Permanente
<b>CPDOC</b>	Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil
<b>CSN</b>	Companhia Siderúrgica Nacional
<b>DIT</b>	Divisão Internacional do Trabalho
<b>EIA/RIMA</b>	Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental
<b>ETEQ</b>	Estação de Tratamento de Efluentes Químicos
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>FBDS</b>	Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
<b>FEEMA</b>	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
<b>FEM</b>	Fábrica de Estruturas Metálicas
<b>FGV</b>	Fundação Getúlio Vargas
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FUNBIO</b>	Fundo Brasileiro de Biodiversidade
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICMBio</b>	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
<b>INEA</b>	Instituto Estadual do Ambiente
<b>ISSO</b>	International Organization for Standardization

<b>JK</b>	Juscelino Kubitschek
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MP</b>	Ministério Público
<b>MPF</b>	Ministério Público Federal
<b>OSCIP</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PAH</b>	Hidrocarboneto Poliaromático
<b>PCB</b>	Bifenilas Policloradas
<b>PEDI-VR</b>	Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Volta Redonda
<b>PMVR</b>	Prefeitura Municipal de Volta Redonda
<b>PNDR</b>	Plano Nacional de Desenvolvimento Regional
<b>PNUMA</b>	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
<b>PPP</b>	Parceria Público-Privada
<b>REVIS</b>	Refúgio da Vida Silvestre
<b>RPPN</b>	Reserva Particular do Patrimônio Natural
<b>RER</b>	Responsabilidade Social Empresarial
<b>SECISA</b>	Imobiliária Santa Cecília
<b>SGA</b>	Sistema de Gestão Ambiental
<b>SNUC</b>	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
<b>TAC</b>	Termo de Ajustamento de Conduta
<b>UC</b>	Unidade de Conservação
<b>UPV</b>	Usina Presidente Vargas
<b>ZA</b>	Zona de Amortecimento
<b>ZP</b>	Zona de Proteção
<b>ZR</b>	Zona de Recuperação

## LISTA DE FIGURAS

### FIGURA

<b>FIGURA 1:</b> Montagem do alto-forno e da casa de corrida, em 1944.....	15
<b>FIGURA 2:</b> Construção da vila operária; ao fundo os laranjais da Fazenda Santa Cecília, em 1942.....	15
<b>FIGURA 3:</b> Construção da Usina e Cidade, um só projeto.....	16
<b>FIGURA 4:</b> Plano Geral da Usina e da Vila Operária de Volta Redonda, 1941 [Sem escala]. .....	19
<b>FIGURA 5:</b> Cidade de Volta Redonda.....	26
<b>FIGURA 6:</b> Quadro de Bairros da cidade de Volta Redonda .....	27
<b>FIGURA 7:</b> Volta Redonda e Região do Médio Vale Paraíba Fluminense.....	30
<b>FIGURA 8:</b> A Região do Médio Vale Paraíba Fluminense. Observamos acima a localização central de Volta Redonda na Região do Médio Vale Paraíba Fluminense, e, ao lado, esta região situada no mapa do estado do Rio de Janeiro.....	30
<b>FIGURA 9:</b> Aglomerado urbano do município de Volta Redonda (ao centro) e as conurbações Barra Mansa – Volta Redonda, Volta Redonda – Barra do Pirai e Volta Redonda – Pinheiral.....	31
<b>FIGURA 10:</b> Áreas de propriedade da CSN em Volta Redonda .....	32
<b>FIGURA 11:</b> Fotografia da “Montanha” de escória ao fundo, fazendo parte da paisagem do Bairro Volta Grande IV.....	35
<b>FIGURA 12:</b> Condomínio Volta Grande IV e a área contaminada – Volta Redonda/RJ.....	36
<b>FIGURA 13:</b> Uma das entradas dos condomínios Volta Grande IV, com placas de aviso sobre perigo de uso do solo. .....	37
<b>FIGURA 14:</b> Poeira por Volta Redonda, com o pó preto da CSN se espalhando pela cidade. .....	40
<b>FIGURA 15:</b> ARIE Floresta da Cicuta, para além dos morros, na “cidade satélite” do plano siderúrgico, localizada entre as cidades conurbadas de Volta Redonda – Barra Mansa.....	42
<b>FIGURA 16:</b> Visão da figueira centenária - Trilha da Figueira.....	43
<b>FIGURA 17:</b> Dimensão da imponência da figueira centenária - Trilha da Figueira.....	43
<b>FIGURA 18:</b> Trilha da ARIE Floresta da Cicuta, com destaque para o Rio Brandão. Este rio é utilizado configura o limite entre os Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa. .....	44
<b>FIGURA 19:</b> Fim da trilha com vista para a cachoeira do Rio Brandão.....	44
<b>FIGURA 20:</b> Alto da cachoeira do Rio Brandão.....	45
<b>FIGURA 21:</b> Imagem aérea da ARIE Foresta Cicuta com destaque para o Rio Brandão.....	51
<b>FIGURA 22:</b> Lixão desativado de Volta Redonda.....	52
<b>FIGURA 23:</b> Impactos ambientais do lixão desativado.....	52
<b>FIGURA 24:</b> Zoneamentos referentes a ARIE Floresta da Cicuta.....	57
<b>FIGURA 25:</b> Limite mínimo de proximidade com a Zona de Proteção.....	60
<b>FIGURA 26:</b> Intervenção militar nas instalações da CSN, em 1988. Bloqueio aos acessos da usina: ninguém entrava ou saía da usina.....	63
<b>FIGURA 27:</b> Força militar no interior da usina.....	63
<b>FIGURA 28:</b> Limites recategorizados em vermelho (REVIS), em comparação com a UC da ARIE Floresta da Cicuta em amarelo.....	91

<b>FIGURA 29:</b> Dimensões da Fazenda Santa Cecília [em traço vermelho], da ARIE Floresta da Cicuta [amarelo] e perímetros dos municípios [azul] de Barra Mansa, à esquerda; Volta Redonda, ao centro; e Pinheiral, à direita.....	93
<b>FIGURA 30:</b> Linhas de transmissão de energia e reflorestamento destas áreas.....	96
<b>FIGURA 31:</b> Área florestal destruída pelo incêndio.....	97
<b>FIGURA 32:</b> Floresta destruída pelo incêndio.....	97
<b>FIGURA 33:</b> Linhas de transmissão de energia, atravessando a ARIE com sua linha seca.....	98
<b>FIGURA 34:</b> Uso e cobertura da terra da ARIE Floresta da Cicuta -Entorno de 4 km no ano de 1985 (zona de amortecimento proposta em 2016 pelo Plano de Manejo da unidade de conservação).....	99
<b>FIGURA 35:</b> Uso e cobertura da terra da ARIE Floresta da Cicuta - Entorno de 4 km no ano de 2015 (zona de amortecimento proposta em 2016 pelo Plano de Manejo da unidade de conservação).....	100

## GRÁFICO

<b>GRÁFICO 1:</b> População residente em Volta Redonda, número de empregados da CSN e de habitações construídas pela siderúrgica.....	24
---	----

## QUADRO

<b>QUADRO 1:</b> Unidades de Conservação de Proteção Integral.....	46
<b>QUADRO 2:</b> Unidades de Conservação de Uso Sustentável.....	48
<b>QUADRO 3:</b> Projetos de Restauração Florestal.....	55
<b>QUADRO 4:</b> Objetivos Específicos do Manejo da ARIE Floresta da Cicuta.....	56
<b>QUADRO 5:</b> Normas referentes a Zona de Proteção da ARIE Floresta da Cicuta.....	58
<b>QUADRO 6:</b> Normas referentes a Zona de Recuperação da ARIE Floresta da Cicuta.....	59
<b>QUADRO 7:</b> Programa de Proteção referente a ARIE Floresta da Cicuta.....	61
<b>QUADRO 8:</b> Objetivos norteadores da SNUC.....	84
<b>QUADRO 9:</b> Artigos normatizadores da RPPN Floresta da Cicuta.....	86
<b>QUADRO 10:</b> Artigos norteadores da REVIS Floresta da Cicuta.....	89

## TABELA

<b>TABELA 1:</b> Empregados x População total.....	21
<b>TABELA 2:</b> Planos de expansões da CSN (1941-1979).....	23
<b>TABELA 3:</b> População residente e domicílios em Volta Redonda (1980-2018).....	25

## SUMÁRIO

RESUMO	
ABSTRACT	
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	
LISTA DE FIGURAS	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1 – Volta Redonda: Desenvolvimento, urbanização e ideologia</b> .....	5
<b>1.1. Da Fazenda Santa Cecília à criação da Companhia Siderúrgica Nacional</b> .....	5
<b>1.2. O modelo de cidade-empresa e a constituição da “Cidade do Aço”</b> .....	16
<b>CAPÍTULO 2 – Floresta da Cicuta: uma área verde numa cidade industrial “insustentável”</b> 33	
<b>2.1. As heranças ambientais de uma Cidade Siderúrgica</b> .....	33
<b>2.2. A Floresta da Cicuta: características de uma área verde urbana</b> .....	40
<b>2.3. A Floresta da Cicuta como Área de Relevante Interesse Ecológico</b> .....	46
<b>CAPÍTULO 3 – A Companhia Siderúrgica Nacional e a Gestão Verde: em busca do “futuro comum”</b> .....	62
<b>3.1. Ruptura de modelo: a privatização da CSN e a agenda ambiental</b> .....	62
<b>3.2 A adoção da agenda ambiental: uma nova estratégia de gestão socioambiental</b> .....	65
<b>3.3. Desenvolvimento Sustentável e questão ambiental contemporânea</b> .....	68
<b>3.4 A ARIE Floresta da Cicuta e os desafios de gestão empresarial da CSN</b> .....	73
<b>CAPÍTULO 4 – A Arie Floresta da Cicuta como um território em disputa: sustentabilidade para quem?</b> .....	76
<b>4.1 – A adoção do desenvolvimento sustentável: estratégias, interesses e lógicas de uma gestão empresarial (in)consciente</b> .....	76
<b>4.2 – A proposição de transformações da ARIE Floresta da Cicuta: interesses e propostas divergentes na “remodelagem” em RPPN ou REVIS</b> .....	83
<b>4.2.1 Potencial estratégico da RPPN: enfrentamento das questões ambientais, sociais, territoriais e políticas</b> .....	85
<b>4.3 Sustentabilidade para quem? Tensões e Desafios acerca da gestão da Floresta da Cicuta</b> 91	
<b>4.3.1 Tensionamentos sobre a relação Floresta da Cicuta-CSN</b> .....	92
<b>4.3.2 Tensionamentos sobre a relação Floresta da Cicuta-Atividades Antrópicas</b> .....	95
<b>4.3.3 Desafios para o “futuro comum” da Floresta da Cicuta</b> .....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	103
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	106
<b>DOCUMENTOS CONSULTADOS</b> .....	111

## APRESENTAÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (PPGGEO/UFRRJ); está diretamente relacionada com a vivência de um genuíno morador da cidade de Volta Redonda com relação direta com o objeto de estudo, que sempre despertou interesses e dúvidas sem respostas, com paisagens inquietadoras, que sempre fez me questionar sobre a configuração urbana da cidade e suas respectivas paisagens singulares. Em muitos momentos se dissocia o que é cidade e o que é a indústria; já em outras espacialidades, percebe-se a segregação socioespacial evidente, com representação do patrimonialismo exercido pelo agente hegemônico (CSN) que utiliza de seu poder para influenciar diretamente o território urbano.

Experiências e vivências foram construídas neste ambiente desafiador, já que além desta questão gentílica (volta-redondense), por ser morador da cidade, tal contribuição se maximiza com o fato de ser ex-funcionário de uma empresa terceirizada prestadora de serviço no interior da Usina Presidente Vargas (CSN/ Volta Redonda), portanto, conhecedor de toda a cadeia produtiva do aço; com o acréscimo desta experiência, pude perceber como é a estrutura de um empreendimento poluidor por excelência no qual sempre avistei, e que, a partir daquele momento, ultrapassava as roletas e/ou catracas para o interior da usina e para a vida operária.

Concomitante à vida operária de uma cidade que foi forjada pelo e para o operariado e o trabalho, tive a oportunidade em viver estas experiências: morador e operário. Pude também, conciliar a Graduação de Licenciatura em Geografia, na única alternativa possível para concretizar meu sonho de me graduar nesta área, em poder conciliar estudos com um árduo trabalho de “peão”. Mediante tais nuances, tive a honra em ingressar na Licenciatura em Geografia ofertado pela UERJ/CEDERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), no Ensino a Distância no Polo Barra do Piraí, que me oportunizou experiências acadêmicas únicas. Além disto, foi a grande responsável por despertar em mim uma expertise e conceituação para as questões que sempre me indagavam e não conseguia respostas.

Portanto, mediante a todo o preconceito que ainda encontramos com o ensino EaD no Brasil, me sinto na obrigatoriedade de ressaltar tal momento em minha trajetória acadêmica da qual me sinto extremamente orgulhoso, todavia, necessito provar minhas conquistas e os meus conhecimentos frutos dessa modalidade de ensino, mesmo tratando-se de uma formação de uma das universidades mais significativas do país, no entanto, tal fato me possibilitou ser mestrando na excelentíssima UFRRJ (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro).

A Floresta da Cicuta, objeto de nossa dissertação de mestrado, é um espaço em conflito, pois as relações de poder inerentes a esta tessitura é algo necessário para o entendimento dessa lógica insustentável onde os campos de poder que a compõem e que se desenham de maneira a entendermos melhor as ações de uma gestão empresarial coberto de intencionalidades de ações planejadas, chanceladas pelo Desenvolvimento Sustentável, que contemplam à lógica do modo de produção capitalista em constante expansão. Tal objeto possibilitou reflexões como as *tensões frente a CSN* e *tensões frente as atividades antrópicas*, bem como os *desafios referentes a ARIE Floresta da Cicuta* e os *desafios para o “futuro comum” da Floresta da Cicuta*. Portanto, enquanto geógrafo e pesquisador, achamos de fundamental importância e necessária tal discussão, pois tal modelo de gestão, incoerente e desarticulado, nos apresenta a dissonância entre os interesses dominantes e cidadãos e no importante papel exercido pela ARIE Floresta da Cicuta em toda esta dinâmica cidade, e ainda a lógica de seus diferentes entendimentos e uso do território.

## INTRODUÇÃO

A ARIE Floresta da Cicuta é cercada de interesses, olhares e discursos que atentam as diferentes compreensões da floresta, por vezes incompreensíveis e obscuras, mas coberto de propagandas altamente elaboradas, no qual lançam visões destoantes a sua própria lógica. Tal área ambiental é resultado do Decreto Federal nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, no que transmutou as tessituras da Fazenda Santa Cecília, com a criação de uma Unidade de Conservação de 131,28 hectares. Esta ARIE (Área de Relevante Interesse Ecológico) está no recorte espacial pertencente historicamente à Fazenda Santa Cecília, que fora desapropriada para a instalação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional) ainda na década de 40 do século passado, tornando a siderúrgica desde então a nova proprietária.

A ARIE Floresta da Cicuta que se apresenta como um território em disputa, com tensões e desafios latentes num resquício de Mata Atlântica, com valor ambiental, histórico e social incalculável; é um dos últimos remanescentes deste bioma presente no estado do Rio de Janeiro que em meio/ entre cidade(s) reserva espécies endêmicas da fauna e flora local; algumas destas espécies encontram-se ameaçadas de extinção presente nesse pequeno reduto da vida silvestre e que nos faz refletir para a perspectiva de um modelo (in)consequente e/ou (in)sustentável.

Assim, a vivência entre os conflitos socioambientais provocados pelas relações de uma cidade-industrial fez despertar questões que envolvem a ARIE Floresta da Cicuta, assunto muitas vezes negligenciado e que não corresponde a sua relevância geográfica, histórica, ambiental, econômica, social e territorial. Isto é de fundamental importância no que se refere à natureza e às questões ambientais que em tempos de “Capitalismo Verde” servem de panaceia para o crescimento econômico. O interesse pela pesquisa surgiu desta necessidade de compreensão dos conflitos e as relações que envolvem a ARIE Floresta da Cicuta, situada nas cidades conurbadas de Volta Redonda e Barra Mansa, e sob preposição de administração direta da Companhia Siderúrgica Nacional, em contraponto a gestão da área pelo ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade).

A abordagem desta temática é relevante tanto para a comunidade científica quanto para a sociedade, por se tratar de um tema que buscou compreender os interesses na gestão ambiental da floresta, deflagrar seus interesses e lógicas que sofrem influências direta de uma gestão ambiental estruturada/materializada em uma ação planejada sob a égide do Desenvolvimento Sustentável, responsável pelas relações de poder existentes no espaço que influem diretamente.

Toda a construção da pesquisa foi pensada para elucidar os períodos do tempo e espaço para o melhor entendimento do leitor. Iniciando o entendimento da insustentabilidade que foi construída e desenvolvida de maneira “planejada” no reflexo das relações siamesas entre CSN/ Volta Redonda, que se origina na imaginação utópica à brasileira de *La Cité Industrielle* de Tony Garnier, em um projeto de cidade industrial que não se converteria em um mero projeto fabril, mas para permitir uma relação muito particular entre capital e trabalho, possuía o simbolismo estatal como o protagonista e responsável por conformar o novo, através de uma industrialização atuante e gerenciadora deste novo homem moldado para o trabalho em uma cidade planejada e hierarquizada. É sempre importante ressaltar a história da cidade de Volta Redonda, construída sob o paradigma do desenvolvimento (OLIVEIRA, 2006) e tornada, progressivamente, insustentável.

Volta Redonda foi um projeto de nacionalidade baseado em três paradigmas – uma nova ordem político-administrativa, produtiva e territorial/urbana – que personifica este modelo de país com uma nova sociedade industrial, num espaço cercado de simbolismos, mas que possui utilidades e propósitos bem definidos no espaço e no tempo. A Floresta da Cicuta, fragmento da Fazenda Santa Cecília, é reveladora das nuances desta relação, uma vez que foi estatal e passou a ser privada.

O cenário internacional se altera, e nos apresenta a gênese dos debates ambientais que partem de um grande esforço internacional de estabelecimento de um modelo econômico seguido como cartilha pelos países, e que nos leva ao encontro de tais eventos e ações globais, como o advento do Clube de Roma, a Conferência de Estocolmo, a fundação do PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) e a realização da RIO 92. Portanto, o mote do Relatório desta última conferência (Nosso Futuro Comum) é a busca pelo “desenvolvimento sustentável” a ser alcançado através de uma “nova ordem econômica internacional” de transformações progressivas.

Com o advento de um novo século, uma nova ordem econômica se instaura no mundo e o surgimento do capital privado desfez os laços da cidade-empresa que se construiu como um único projeto e símbolo ao longo do tempo, que agora, se desintegra. Com esses “cacos” promovidos pela desintegração, algo novo se (re)constrói, com uma nova lógica/ideologia na concepção de Desenvolvimento Sustentável, proposta que foi assimilada pela CSN e pela cidade de Volta Redonda, em uma “nova ordem econômica internacional” baseada em acelerar o crescimento mundial, e chancela ao “crescimento sustentável” ou econômico que se apresenta contraditório em sua concepção, inerentes ao seu modelo insuportável presente nas mazelas destas relações do modo de produção capitalista, no qual a ARIE Floresta da Cicuta é alvo de disputas.

As transformações mundiais desencadeiam a materialidade do desenvolvimento sustentável, onde os territórios servem de palco nesta reestruturação, no qual seu agente de influência faz uso de suas espacialidades em concordância com suas lógicas, interesses e ferramenta empresarial. Estas relações sociais de produção capitalista interferem na produção do espaço e as sugerem a seguirem suas “ações planejadas” calcados em uma gestão empresarial, pautada na compensação ambiental como marketing verde, e a reserva territorial como exercício de um agente hegemônico em busca do poder.

A sustentabilidade nos remete a uma racionalidade econômica, com seus objetivos e que assumem constantemente novos significados, lógicas e hipótese apresentada em um consumo do espaço, no qual o território da ARIE Floresta da Cicuta simbolizaria uma estratégia desta racionalidade, que se busca por meio do controle territorial, o poder. Permeados por uma bandeira da sustentabilidade, presente na gestão empresarial na busca pelo controle, perante as estruturas econômicas que os moldam, coisificam e fetichizam a lógica territorial.

A proposição de recategorização da ARIE Floresta da Cicuta em RPPN demonstra a (re)produção, reestruturação e mercantilização desta espacialidade, preferida pela proprietária, diferentemente da proposição de REVIS, que busca uma reparação histórica, no qual, não contemplou a totalidade dos vestígios florestais que constituem a Floresta da Cicuta, revelando ser um verdadeiro reduto da fauna e flora local.

Este trabalho se justifica por se tratar de um estudo sobre uma floresta periurbana (ARIE Floresta da Cicuta) e sua luta pela existência, algo de fundamental importância em tempos de celebração do crescimento econômico e esgotamento da natureza, questões que se encontram em voga nos debates de planejamento urbano, econômico, no convívio social, político e cultural. Trata-se ainda, de um tema e objeto a ser mais qualitativamente explorado, preenchendo espaços ainda existentes e contribuindo com a ciência geográfica, e permitir que a Geografia enquanto Ciência lance seu olhar a este debate pouco abordado.

Mediante a bibliografia pouco desenvolvida no que se refere aos conflitos sócio-ambientais, econômicos e urbanos que envolvem a ARIE Floresta da Cicuta, o trabalho também proporciona um estudo de caso importante. A bibliografia que trata deste recorte é especialmente dedicada a estudos da flora e fauna local, de caráter bastante específico e sem tratar intimamente da questão territorial. Afinal, numa cidade como Volta Redonda, marcada por conflitos territoriais tão significativos em sua história, a Floresta da Cicuta não está alheia a este processo. Portanto, este trabalho permite reforçar a importância de se compreender, à luz

da Geografia, os conflitos referentes e interesses desconexos no que se associa à questão econômica, ambiental e social.

O objetivo central deste trabalho é compreender os interesses na gestão ambiental da ARIE Floresta da Cicuta, pertencente ao espólio da Companhia Siderúrgica Nacional. Além do objetivo central, emergem os seguintes objetivos específicos:

- Realizar um histórico da Floresta da Cicuta, em consonância com a história da Siderúrgica e da própria cidade de Volta Redonda;

- Analisar, a partir das influências da CSN no território da cidade e em âmbito nacional, suas principais medidas, ações e ideologias de uma gestão empresarial “verde” (in)consequente;

- Analisar e compreender os interesses e proposições para a ARIE Floresta da Cicuta em RPPN e REVIS, ciente das diferenças existentes entre os modelos de gestão ambiental e seu interesse na responsabilidade sócio-ambiental, política e econômica sobre a unidade.

A partir dos objetivos expostos, detemo-nos no estabelecimento dos procedimentos metodológicos, consideramos mais adequado o uso da metodologia qualitativa, que possibilitou compreender, e interpretar reflexões diferenciadas dos fatos. Partindo das experiências vivenciadas e observadas sobre a paisagem, e conflitos territoriais da cidade de Volta Redonda, portanto, o estabelecimento e construção da caminhada para atingir os objetivos propostos, partiram de etapas centrais que permitiram organizar a dissertação metodologicamente da seguinte maneira:

- Revisão do material bibliográfico disponível sobre o histórico da ARIE Floresta da Cicuta e a divergente busca pela sua gestão ambiental, e conseqüentemente da Fazenda Santa Cecília, da Companhia Siderúrgica Nacional e da cidade de Volta Redonda, bem como as mudanças recentes e adaptações urbanas oriundas do processo de privatização da empresa com o *Desenvolvimento Sustentável em questão*. Assim, o Desenvolvimento Sustentável receberá um processo de leitura metodológica, que permita uma análise de seus desdobramentos práticos;

- Análise do processo sócio-histórico de uma cidade industrial, símbolo do modelo desenvolvimentista brasileiro e que marca um período da história deste país, onde temos como referenciais as pesquisas de Piquet (1998), Lopes (1993), Bedê (2004), Castro e Mello (2008), Bentes e Costa (2012), entre outros, pois são trabalhos essenciais para a problemática CSN/Volta Redonda;

- Pesquisa sobre a essência do Desenvolvimento Sustentável, locus dos conflitos para a reflexão dos campos de poder no que concerne em um dos debates e problemáticas que envolvem a situação atual da ARIE Floresta da Cicuta, que só se faz possível por entendermos os processos histórico-teóricos e ideológicos, e também, as ações do Desenvolvimento Sustentável como um mecanismo adotado pela CSN atinente as lógicas de poder e interesses que seguem a lógica capitalista (gestão empresarial), tais fatos são questões que correlacionamos com os objetivos propostos. Para tal, as obras de Brundland (1988), Harvey (1993, 2013), Herculano (1992), Souza (2013), Rocha (2014), Whitacker (2017), Oliveira (2006), entre outros, permitem realizar uma análise e reflexão crítica do Desenvolvimento Sustentável e sua aplicação pela gestão empresarial, o marketing verde e toda a sua intencionalidade frente ao território de influência como um agente hegemônico em seus aspectos dos desafios ambientais, e modelos de desenvolvimento/crescimento;

- Revisão e reflexão, de maneira especial, do Relatório de Brundland (1988), da Agenda 21 e de outros momentos da geopolítica ambiental, como as conferências de 1972, 1992 e 2012, responsáveis por difundir as questões ambientais e do desenvolvimento sustentável, e que serão parâmetros para analisarmos o que concerne a esta ideologia. A partir de tais conjunturas políticas e econômicas apresentadas como/pelo Desenvolvimento Sustentável, nos será permitido por meio das relações de poder utilizar o território como uma categoria analítica e ação planejada nesta pesquisa;

▪ Reflexão dos conceitos como poder e território, em concordância com Raffestin (1993), Ana Arendt (1999) Bourdieu (1989), Bauman, (2008), Canotilho (2003), Lefèbvre (1970), Rocha (2018), Rodrigues (2005), Sack (1986), Souza (2013), Harvey (2015), entre outros, que contribuem para entendermos o papel da gestão empresarial frente aos conflitos e estratégias inerentes ao território, a ARIE Floresta da Cicuta como cerne desta questão, bem como nos possibilitam ferramentas necessárias e como arcabouço teórico e metodológico;

▪ Investigação cuidadosamente sobre a ARIE Floresta da Cicuta, por meio de documentos do ICMBio, da CSN (2018), MPF, SNUC, Decreto nº 90.792, de 9 janeiro de 1985, Projeto de Lei nº 9139, Costa (PL, 2015), e de trabalhos como Bidegain (2001), Fajone (2015), Andrade (2017), entre outros, que contribuem para informações referentes ao processo histórico e os conflitos que tangem, bem como, a relevância e representação ambiental para cidade e para o Estado do Rio de Janeiro, como um importantíssimo remanescente da Mata Atlântica no qual preserva um banco genético importantíssimo a sociedade, como um verdadeiro refúgio da vida silvestre;

▪ Neste sentido, é fundamental avaliar o material disponibilizado no site da empresa (CSN), que agrega os relatórios principais referentes a sua política, gestão ambiental e parcerias, certificações e demais catálogos referentes à temática, e também sua ideia de sustentabilidade utilizada como propaganda. Da mesma maneira, coletamos e avaliamos informações e materiais fundamentais no site do ICMBio e demais órgãos públicos supracitados, responsáveis por encontrar informações oficiais, políticas e ações realizadas pelo instituto, como também referenciais no tocante das unidades de conservação, suas nomenclaturas e conteúdos a respeito do Plano de Manejo e especificidades a respeito da Floresta da Cicuta; a Resolução CONAMA Nº 005, de 5 de junho de 1984 e o Decreto Nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, de fundação de unidade, e o plano de manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE) Floresta da Cicuta;

▪ Acervos digitais, que são importantes para elucidar com imagens, mapas, reportagens que são abordadas nesta pesquisa, e veículos como: jornais, blogs, revistas, órgão e instituições. Tais como: ICMBio e seu acervo, CSN, PMVR (Prefeitura Municipal de Volta Redonda, 2002;2010), CPDOC/FGV, Fundação CIDE (2016), O Globo, entre outros;

▪ Por fim, entrevista com o Analista Ambiental da ARIE Floresta da Cicuta, Sandro Leonardo, na tentativa de compreender a visão do ICMBio e questionar pendências e dúvidas. Visitação ao objeto, em um trabalho de campo no interior da unidade e presenciar em lócus as argumentações utilizadas nas preposições de recategorizações, e assim, associar as conexões da mesma com a realidade urbana na qual se insere.

## **CAPÍTULO 1 – Volta Redonda: Desenvolvimento, urbanização e ideologia**

A compreensão do processo de construção da mata da Cicuta perpassa pelo período estritamente agrário da região do Vale do Paraíba Fluminense, no qual a origem da Fazenda Santa Cecília e suas transformações se tornam referência para um breve entendimento dos processos sociais, econômicos e políticos do Brasil. Fatores que desencadearam a necessidade da construção de uma indústria siderúrgica cujos fatores geográficos locais e “estratégicos” resultou em Volta Redonda.

Para tal, devemos entender o processo da urbanização brasileira, tendo em vista que Volta Redonda é resultado da estratégia desenvolvimentista elaborada no período do governo Getúlio Vargas (1930-45). O processo de industrialização nacional na Era Vargas era a tradução da emergência de uma nova classe social, a burguesia industrial, e da decadência das oligarquias tradicionais agrícolas fortemente baseadas no então claudicante setor cafeeiro, e, de forma mais ampla, em uma economia basicamente agroexportadora. Do ponto de vista da política personificada, o responsável por tal mudança foi Getúlio Dornelles Vargas, vanguarda da industrialização brasileira impulsionada pelo Estado e condicionador de uma nova forma de se fazer política no país.

O objetivo central deste capítulo é compreender e revelar a estreita relação histórico-espacial da Companhia Siderúrgica Nacional, seja estatal, seja privatizada, com a cidade, e apresentar a Cicuta como consequência desta interação. Trata-se ainda, do ponto de partida para a reflexão que se pretende: a mata da Cicuta é o resultado de uma ação planejada de um empresariamento que estruturou uma nova espacialidade de planejamento urbano. A CSN compreendeu o espaço urbano de Volta Redonda como prolongamento de sua própria planta industrial.

### **1.1. Da Fazenda Santa Cecília à criação da Companhia Siderúrgica Nacional**

A região do Médio Vale do Paraíba do Sul Fluminense possui um enredo riquíssimo e carregado de historicidades marcadas por um período de intensivo avanço e expansão das atividades extrativistas pelo território fluminense e brasileiro, sustentado pela exploração escravagista que marcou e marca a história deste país.

A fazenda Santa Cecília é a expressão deste claudicante Brasil em seu período histórico, no qual acompanhou o seu ciclo produtivo agrícola. Os rarefeitos registros históricos que mencionam a Fazenda Santa Cecília registram-na a partir de 1790, onde a fazenda funcionava como uma fábrica de atividades açucareiras, com engenho para a produção de açúcar, rapaduras e aguardente, cujo os proprietários se davam pela sociedade entre o Sargento-mor Manuel Joaquim da Silva Castro e o padre José da Silva Brandão.

O século seguinte, possibilitou a era de um novo ciclo, e administração de um novo donatário, o cafeeiro Antônio Augusto Monteiro de Barros, que a partir de 1870 passou a produzir café, bem como toda a região do vale do Paraíba do Sul. Desta maneira, a Fazenda Santa Cecília viveu o ciclo do açúcar e sua decadência, como também, a produção de café e sua derrocada no início do século XX, onde abriu caminho para a pecuária extensiva. Tal expansão ocorreu ao mesmo passo que a derrubada e queimada dos cafezais, substituído paulatinamente, por pastagens em suas encostas, características do relevo da região (FBDS, 1998).

Diante deste breve histórico introdutório da gênese do estudo que se pretende nesta dissertação, fomos capazes de compreender o palco de nossa discussão. No dia 1º de setembro de 1941, a fazenda que durante um século e meio detinha sua produção destinada à agricultura, fora desapropriada para as instalações do projeto siderúrgico e criação da Companhia

Siderúrgica Nacional, conforme o Decreto nº 237/41, do governo do Estado do Rio de Janeiro, sob o então proprietário Nelson Marcondes. Possibilitando a instalação da Vila Operária, logradouros públicos, construção de edifícios públicos e serviços de expansões futuras. Consequentemente, alterando a dinâmica do 8º Distrito do município de Barra Mansa, denominado de Santo Antônio de Volta Redonda, aglomerado urbano no meandro do Rio Paraíba do Sul.

As atividades econômicas, afetaram diretamente a espacialidade local, propiciaram a exaustão do solo, deixando-os expostos as intempéries. A fazenda, que passara a ser de propriedade da Companhia Siderúrgica Nacional, foi destinada às instalações de edificações do complexo siderúrgico e, concomitantemente, de uma cidade. O “abandono” de certas áreas – seja por questões econômicas, estratégicas e até mesmo por impedimentos naturais (relevo) – possibilitou a perpetuação da atividade pecuária, mas uma pequena área passou por um processo de regeneração e hoje se configura como um dos raros fragmentos florestais da região, de Floresta Estacional Semidecidual, no leito do rio Brandão afluente do rio Paraíba do Sul, vulgarmente denominada de Mata da Cicuta. Este entendimento perpassa pelo período que possibilitou este marco na história do Brasil, e que nos revelou os encargos históricos de um remanescente da Mata Atlântica – a Mata da Cicuta – que faz parte da criação da Usina e dos projetos de expansão urbana.

Antes de mais nada, para que um novo modelo econômico se iniciasse no país, era preciso eliminar a herança “colonial-imperial” de uma nação estritamente agrária, onde a vontade dos tradicionais produtores agrícolas era o favorecimento de seus interesses, moldando as leis e a constituição aos seus desejos. Rossi (2012, p.1) corrobora com a explanação ao abordar que a Primeira República preservou o conservadorismo, sucedendo as mesmas práticas em atender as demandas das elites agrícolas, em um pacto federativo com uma maior autonomia estadual e descentralizações políticas. Desta forma, propiciou uma maior influência desses oligarcas, em suas regiões de domínio, cujo resultado personificava o coronelismo característico do Brasil no período elucidado. A indústria, a chaminé, o urbano deveria suceder a fazenda, as matas e o próprio espaço agrário.

A crise econômica brasileira antecedeu a grande crise internacional de 1929, pois em 1928 a fraca manufatura – a indústria têxtil brasileira – já se encontrava em crise de acordo com Cano (2012). Segundo o autor, os planos de estabilização econômica se davam por medidas conservadoras do então presidente Washington Luiz, e desta maneira as lideranças industriais ansiavam por uma intervenção pública na política industrial. Os próximos anos também foram marcados pelo declínio econômico brasileiro, tendo o café como o grande protagonista e vilão. E como resultado, tivemos a crise brasileira.

Esses fatores propiciaram e ampliaram os efeitos da crise do ano de 1929 (EUA) para o Brasil; e dessa maneira, Cano (2012) ressalva que mesmo se não ocorresse a crise internacional do respectivo ano, o Brasil já passaria por tais dificuldades econômicas devido as problemáticas internas. Carvalho (2014, p.10), destaca que o colapso econômico de 1929 foi devido a superprodução ocasionada pelo modelo produtivo americano, cujo a estrutura e princípios também eram compartilhados por liberais da República Velha (1889-1930). O efeito dessa crise tomou proporções globais que afetou os principais países do centro e da periferia do mundo. Peláez (1968, p.27-32) também destaca que a depressão brasileira, apesar dos fortes impactos, ainda foi mais suave do que no restante do mundo, e sua recuperação ocorreu em 1931/32 com crescimento ascendente com altas taxas, de 1932 a 1936, no período Vargas.

Contudo, a burguesia industrial e uma parcela dos militares queriam uma mudança governamental, inclusive em suas estratégias econômicas, pois para uma nova era industrial necessitava-se de um Estado centralizador, um aparelhamento público e regulamentador capaz de realizar as mudanças para uma inserção brasileira no contexto industrial, contrário aos interesses oligárquicos – em um primeiro momento. E com as eleições de 1930, Washington

Luís ganha para presidente – de forma fraudulenta como aborda Fiore e Monteiro (2011, p.107). O outro candidato a presidência era Getúlio Vargas, que tinha a desaprovação dos militares, que eram contrário a ideia de um governo civil.

Desta forma, naquele mesmo ano, apoiado por uma outra parcela dos militares (que era denominado de Movimento Tenentista), pela ascendente burguesia industrial e a classe popular; em 20 de outubro, Getúlio Vargas promove um Golpe de Estado, declarado como Revolução, depondo Washington Luís e decretando estado de sítio, com a instauração do governo provisório (ROSSI, 2012; CANO, 2012). Vargas, ao assumir o governo provisório em 3 de novembro de 1930, deparou-se com um país mergulhado em uma crise econômica e seu principal produto de exportação (café) passava por graves problemas. Por tais motivos, foi necessária uma intervenção federal para a defesa do setor cafeeiro, que se pautava em atender a demanda dos produtores, com a política de destruição do excedente da produção de café até o ano de 1944, que abriu o precedente para a centralização da economia e intervenção governamental a partir dos anos de 1930 (FONSECA, 1989).

Em 1937, Vargas é eleito de forma indireta presidente da República através do Congresso Nacional, e seu mandato deveria ser cumprido até janeiro de 1938. Porém, prevendo tal cenário e pretendendo manter-se no poder, provocou mais um golpe em 10 de novembro de 1937, impondo uma nova constituição e configurando a instauração do chamado Estado Novo (1937-1945) (FIORE e MONTEIRO, 2011). Isso só se tornou possível através de uma manobra, o “Plano Cohen”, que supostamente seria uma estratégia dos comunistas que pretendiam usurpar o poder do país. Segundo Seitenfus (1985, p.144), este foi um plano elaborado por Vargas para prolongar o “estado de guerra” e ampliar ainda mais seu poder.

O período descrito é caracterizado por um Estado intervencionista, inclusive no âmbito social, criação de novos órgãos federais, institucionalização burocrática, na busca do crescimento econômico, embate com as oligarquias e um discurso de transformação do país em uma nação desenvolvida para assim, aumentar sua influência presidencial na organização federal (FIORE E MONTEIRO, 2011). Fonseca (1989), caracteriza este período como o da consolidação e dominação da burguesia brasileira, com uma indústria que se desenvolve principalmente no Sudeste, que herda uma infraestrutura proporcionada pela produção cafeeira, e que serviu de base para o desenvolvimento industrial nacional. Intervenção, autoritarismo e desenvolvimento se tornam argumentos políticos, então é de se esperar que uma cidade fundada e forjada nestes moldes carregue tais características em seu espaço.

Para Carvalho (2014), os anos [19]30 foram responsáveis por mudanças no cenário internacional, com o surgimento de novos protagonistas, e precedendo em uma das mais importantes guerras do século XX. Os anos de [19]39, 40 e 41 foram importantíssimos para o Brasil para alcançar o objetivo do Estado Novo: industrialização e reequipamento das Forças Armadas. Assim, o primeiro Governo Varguista (1930-45) é caracterizado por conflitos e um grande esforço de construção de um projeto de nacionalidade<sup>1</sup>, onde o Estado se apresenta como o grande protagonista e responsável pelas mudanças estruturais da sociedade brasileira.

O seu projeto constituía-se em três pilares fundamentais: *uma nova ordem político-administrativa, de uma nova ordem produtiva e uma nova ordem territorial e urbana*. O êxito políticos pautados nos seus interesses, no corporativismo da República Velha na pauta de uma sociedade urbano-industrial cada vez mais urgente e necessária para o país, resultante do modo de produção capitalista. A nova ordem política-administrativa se caracterizou pelo

---

<sup>1</sup> O sentido de nacionalidade é apresentado por Lopes (1993) como a firme promoção do Estado.

fortalecimento inédito do Estado brasileiro, ampliando suas funções na administração pública calcada na centralização dos poderes, como também, na figura do Presidente da República na busca por eficiência burocrática em âmbito federal. Desta maneira, atribuía à formação social um quadro jurídico, fiscal, financeiro, econômico e social definido.

A nova ordem produtiva se apresentava na perspectiva e interconexão entre o social, o político e o cultural. Com isso, o trabalhador assume um papel de destaque, obtendo toda a atenção do Estado, pois nesse contexto o trabalhador assumiu o papel de insumo produtivo. Seria assim, a força motriz do desenvolvimento brasileiro, que forjaria um novo homem, com novas práticas sociais, novos hábitos, incentivo a capacitação profissionalizante com a oferta de instituições de ensino, e com perspectivas de ascensão social (LOPES, 1993, p18).

Durante a virada do século XIX para o século XX, a questão siderúrgica era apontada como o grande obstáculo à industrialização do país. A construção de uma usina siderúrgica se torna imprescindível, pois a siderurgia representaria o ponta pé inicial para a formação de diversos ramos da indústria nacional. A necessidade de tal empreendimento alavancaria a modernização e diversificação da indústria nacional, e colocaria o Brasil em um novo patamar, com novas perspectivas. Portanto, Volta Redonda se resumiria nessas transformações, como um estandarte síntese para as concretizações desse projeto nacional.

Para finalizar o tripé do projeto nacional de Vargas, com a nova ordem territorial e urbana, o território ganha destaque por ser o responsável por (re)produzir uma perspectiva geopolítica e econômica, e desta maneira, tornaram-se centrais para o projeto de Vargas. E como principais consequências, destaca-se o combate aos vazios territoriais e a sua fraca interação das redes urbanas, com a criação de novas cidades; redirecionamento de novos fluxos migratórios para novas espacialidades. Esse fenômeno ocorre no Brasil nas principais cidades com períodos de grandes transformações urbanísticas: com a criação de novos simbolismos, novas avenidas e monumentos que remetem ao tempo da produção, forjado para os novos trabalhadores que se pretendia formar (LOPES, 1993, p23).

Como resultado destas medidas supracitadas, obras grandiosas espalhavam-se pelo interior do país, e destacando essa nova ordem territorial e urbana como uma demonstração de força do governo, com o ideário de um “novo Brasil para um novo homem”<sup>2</sup>. O modelo urbanístico assume portanto, um caráter e um discurso político, difundindo-se pelo território nacional com influência predominantemente francesa, em suas cidades-jardins.

O projeto varguista se concretizaria com a instalação da usina siderúrgica, pois a siderurgia se transformaria em um novo marco para a história brasileira. Carvalho (2014), trata desta tentativa brasileira para concretizar um desejo do governo, através daquilo que denominou de “jogo duplo” realizado pelo Brasil para negociar o financiamento destes projetos ambiciosos. Através de suas limitações, como um país periférico, o Brasil pode inteligentemente tirar proveito da conjuntura geopolítica mundial e da rivalidade interestatal e comercial para almejar seus propósitos desenvolvimentistas de grandes potências como os Estados Unidos da América e Alemanha.

---

<sup>2</sup> O “novo homem” abordado aqui, entende-se a partir de um novo contexto no cenário nacional que de desenhara, onde o trabalhador assumiu o papel de insumo produtivo; seria assim, a força motriz do desenvolvimento brasileiro, que forjaria um novo homem, com novas práticas sociais e novos hábitos para um homem / trabalhador urbano com a rigidez da fábrica e da linha produtiva industrial. Marcaria então, o distanciamento, a diferenciação do homem rural x homem urbano, ideário de Vargas.

Para analisarmos tais abordagens é importante termos uma breve análise das relações que o Brasil detinha com as potências supracitadas. Durante o período de 1934 a 1939, Brasil e

Alemanha participavam de um acordo “nada convencional” nas relações comerciais, pois dispensavam o uso de divisas estrangeiras, utilizando o Marco como moeda de compensação, que proporcionara em um excelente desempenho com os alemães e fazendo com que este país se transformasse no segundo maior exportador para o Brasil. Desta maneira, as negociações entre os países se tornaram tão intensas que produtos como algodão, cacau, borracha, lã e tabaco, estavam dependentes do comércio alemão. O governo alemão sinalizava positivamente ao interesse de Vargas na concretização do Estado Novo, com apoio e investimento alemão na construção da siderúrgica e aquisição de armas. Porém, naquela altura, o Reich só poderia realizar promessas ao Brasil após o conflito na Europa, tendo em vista que a sua atenção estava exclusiva a esta problemática europeia. Em 1940, a comercialização entre os dois países fica afetada devido ao bloqueio marítimo imposto pelos ingleses. A reaproximação do Brasil com os EUA tornou inevitável em consequência da conjuntura internacional, que afastara o país da Alemanha, até a total ruptura em janeiro de 1942 (CARVALHO, 2014).

Já para os EUA havia a necessidade de consolidar as relações e alianças com o Brasil, pois para os americanos, seguindo a linha da Doutrina Monroe do século XIX e sua forma diplomática repaginada no início do século XX, com a política do “Big Stick”, não aceitariam influência europeia no continente. Tendo em vista também que a República brasileira sempre utilizou como inspiração o modelo republicano dos EUA e desta forma, alinhado ideologicamente, mesmo que não intencionalmente, o Brasil aos Estados Unidos (CARVALHO, 2014, p.19).

Assim, a barganha brasileira era baseada nos ganhos que poderiam ser obtidos por um ou outro aliado, pois ambos os países tinham objetivos geopolíticos no Brasil, devido ao seu território e localização. A Alemanha querendo se aproximar do mercado sul-americano e aumentar sua zona de influência. Já os EUA, querendo minimizar a influência europeia no continente e se autoafirmar como uma potência mundial. A importância do Brasil para a região também estava associada a sua posição geoestratégica, a sua proximidade com o continente africano, com o canal do Panamá, e fez com que o governo americano manifestasse o interesse de instalar uma base militar em Natal e no arquipélago de Fernando de Noronha. Com isso, o governo americano estaria disposto em cooperar com a proposta do Estado Novo: industrialização e reaparelhamento militar. Vale ressaltar que os alemães também se comprometeram em cooperar com o Brasil nesta questão, mas somente ao término da guerra (CARVALHO, 2014).

A diplomacia brasileira negociou com ambos os governos para concretização dos seus interesses. Vargas tinha o objetivo de tirar proveito desta situação, quando em 2 de setembro de 1939 tem início a guerra na Europa e faz com que o governo brasileiro declarasse neutralidade perante o cenário internacional conturbado. Queria portanto, conservar ao máximo a ação em sua demanda por armas e siderurgia que ainda não haviam sido supridas (SEITENFUS, 1985), para que assim concluíssem o objetivo da industrialização e do fortalecimento de sua base aliada, inclusive dos anseios militares.

Vale ressaltar que o governo brasileiro se aproximava cada vez mais dos EUA, porém não declarava alinhamento e muito menos o rompimento com o governo alemão. Esta se torna uma manobra muito difícil e arriscada, que Vargas conseguiu manter até 1940, quando assinou o Decreto-Lei nº 2.054 no dia 4 de março do respectivo ano, criando a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (RAHMEIER, 2009). Medida tomada após frustrações nas negociações, sinalizando que mesmo se não obtivesse o apoio e investimento, Vargas levaria adiante seu projeto.

O mesmo ano de 1940 foi de fato muito decisivo para os anseios de Vargas, pois mesmo próximo aos EUA o Brasil não deixou de ter relações comerciais e estratégicas com a

Alemanha. Em 10 de abril o governo americano mudou a sua percepção, acreditando ser necessário negociar com o Brasil em consolidar os seus projetos para solidificar as alianças na defesa continental, registrado em declaração de Franklin Delano Roosevelt, presidente dos Estados Unidos entre 1933 e 1945 (HILTON, 1977). De acordo com McCann (1995, p.163), o então Secretário Hull notificou a concordância do governo americano em conceder os recursos necessários aos investimentos brasileiros, assim que Vargas sinalizasse positivamente aos planos de construção e operação de seu projeto siderúrgico.

Então, em 26 de setembro foi concedido um empréstimo de 20 milhões de dólares do Export-Import Banc para o complexo siderúrgico na atual cidade de Volta Redonda, para a consolidação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (CARVALHO, 2014). De fato, o Brasil estava muito próximo de concretizar o completo apoio ao governo americano, e para que isso ocorresse, os EUA criaram os primeiros acordos militares, realizados durante o ano de 1941, concretizando a aliança Brasil-EUA (CARVALHO, 2014, p. 94). Esta situação proporcionou ao Brasil, após o término da guerra, se tornar a maior potência militar da América do Sul, e estar entre os cinco países que mais receberam investimentos americanos para a esfera militar (2014, p.103). Segundo Carvalho, o governo americano acreditava que deixar de ajudar o Brasil, deixaria o caminho livre para que a Alemanha ocupasse o seu lugar na vida econômica e militar brasileira.

Vargas utilizou-se do “jogo duplo” para deixar claro que se não fosse encontrado apoio nos americanos, que o governo examinaria outra possibilidade. Assim, deixando claro que a relação com o governo alemão seria uma segunda opção e/ou uma “carta na manga”. Tais fatores nos auxiliam a entender as relações políticas interestatais que o cenário global vivenciara e como a barganha brasileira, mesmo arriscada, se mostrou bem-sucedida; pois se não ocorresse conforme Vargas planejava, poderia resultar numa intervenção militar americana. Porém o “jogo-duplo”, se apresentou muito arriscado, bem como todo o modelo do Estado Novo no campo da economia brasileira, da burocracia e administração pública. E assim, Vargas realiza o seu principal objetivo em propiciar a industrialização brasileira, que obteve com a siderúrgica em Volta Redonda, o resultado de uma nova era no Brasil.

Com essa breve apresentação das medidas estruturantes desse novo país que se pretendia construir, o Estado também assumiria um papel decisivo na formação de juízo de valor, responsável por articular o tempo passado, presente e futuro. E Volta Redonda significou a personificação deste modelo de país preterido para além das suas materialidades presentes na paisagem com suas formas e funções, mas também de uma nova sociedade industrial para o trabalho e por isso foi concebida nesta atmosfera formas espaciais não como meras coadjuvantes, mas que possuem utilidades e propósitos bem definidos, que perpassam desde as estruturas siderúrgicas às públicas. O complexo CSN-Volta Redonda, resultado de uma verdadeira barganha geopolítica, carrega também em suas materialidades estruturas forjadas em nações centrais, uma vez que não somente foram valores aferidos, mas também cabedal técnico-científico.

Nas décadas de 1950 e 1960 houve a mudança do ponto de vista urbano e estratégico para o país, influenciadas por grandes transformações políticas e econômicas. Marcada pela volta de Getúlio Vargas ao poder, que para atingir seus objetivos desenvolvimentistas procurou uma aliança com os EUA através de empréstimos e intercâmbio tecnológico. Em seu novo governo, agora pelo voto popular, Vargas pretendia avançar na infraestrutura para proporcionar desenvolvimento econômico, com forte investimento público nos setores estratégicos como: energia, siderurgia e petrolífera, e assim possibilitar a instalação de indústrias pesadas de bens de capital e insumos (CAPUTO e MELO, 2009).

Ainda segundo Caputo e Melo (2009), na década de 1950, destaca-se o processo de industrialização brasileira, com grande influência do setor público, por meios de investimentos diretos do Estado e/ou empresas estatais, como também pelo capital internacional e nacional

privado, ainda que de maneira ainda bem modesta estes dois últimos. Sendo assim, os capitais estrangeiros começaram a se destacar quando iniciaram as suas participações, através de financiamentos desse desenvolvimento, fazendo parte de uma expansão mundial de capitais, como americanos e europeus, inclusive através de políticas internas para atrair estes capitais.

Os dois últimos anos de Getúlio Vargas, em 1953 e 1954, foram marcados por grandes dificuldades econômicas e políticas, ainda com muitos conflitos externos, com o pós-guerra e início da Guerra Fria, deficit na balança comercial brasileira, dívidas externas, problemas cambiais, escassez energética, greves operárias. A política econômica de Vargas passa a sofrer forte resistência e restrições, perde apoio dos aliados; enfim, estes fatores culminam com o suicídio de Vargas em 1954 (CAPUTO e MELO, 2009).

Com o fim da era Vargas, outro período de grande destaque obtém notoriedade no cenário nacional: o governo de Juscelino Kubitschek, que governou no período de 1956 a 1961 e que contribuiu para o desenvolvimento e mudança da indústria nacional, com o incentivo às multinacionais, com destaque a indústria automobilística, marcando a década de 1950, que permitiu aos brasileiros um sentimento de que o subdesenvolvimento estava se tornando uma página virada na história do Brasil, pois o país encontrava-se em crescimento econômico, uma certa estabilidade política, apesar de uma alta inflação, que trouxeram ônus ao seu legado (MELLO, 1986, p.117). O período JK foi marcado também pelo avanço tecnológico, com investimento na criação de uma indústria pesada, que serviu de subsídio para os investimentos nas produções industriais. De acordo com Catani (1984) houve participação direta do grande oligopólio internacional como o responsável por este desenvolvimentismo e com o auxílio do Estado em garantir a entrada de capital internacional no Brasil, criando condições ideais para suas instalações.

Ainda segundo Catani (1984), o papel do Estado estava pautado em propiciar o desenvolvimento na indústria de base e atrair empresas de grande porte. Desta maneira, apesar de no início ter sido questionado, foi necessário o investimento em infraestrutura e garantir as condições para a acumulação e investimento de capital estrangeiro. O investimento do Estado nas indústrias químicas, siderúrgicas e de energia possibilitou a entrada de indústrias estrangeiras de base completando, neste período, o ciclo de substituição de importação, que em seu primeiro momento calcava-se em uma indústria de bens de consumo e posteriormente para produtos de consumo capitalistas, de acordo com Faber (2009).

Tais modificações na economia nacional ficaram conhecidas como Planos de Metas, que tinha como discurso um crescimento de “cinquenta anos em cinco”. Faber (2009) ainda ressalta que o processo industrial sofrido pelo Brasil durante este período teve como base o plano desenvolvimentista, cujo JK acreditava que o crescimento do parque fabril, responderia para o desenvolvimento econômico nacional. E em muitas ocasiões, apropriando de um sentimento, ideário nacionalista; que resultou no rompimento com o FMI (Fundo Monetário Internacional) como uma forma de “garantir a soberania nacional”, no ano de 1959 (SARMENTO, 2009).

O governo JK, no final de sua era, tinha a sua imagem associada a uma modernização da economia brasileira, com um crescimento anual em média 8,2%, porém com um governo altamente endividado, interna e externamente, convivendo com altas taxas anuais de inflação, na casa dos 23%, e com descontrole das contas externas. Tais fatores negativos foram sentidos na década posterior, nos governos de Jânio Quadros, que contribuiu para o fracasso na mudança da política cambial e com João Goulart, impossibilitado de implantar suas Reformas da Base. Desta forma, na concepção de Sarmento (2009), tais fatores serviram como parte da justificativa para a intervenção militar, que desencadeou no golpe de 1964. O moderno, a pujança produtiva e o crescimento econômico são marcas que permanecem como signo deste tempo.

Já a burguesia industrial nacional, tão presente na era Vargas, não obteve o mesmo protagonismo no governo JK, pois não teve um papel participativo nos investimentos da indústria pesada; contudo, se beneficiou de seu desenvolvimento, pois permitiu o seu aumento

de produtividade, gerando empregos, contribuiu para o aumento da classe proletária e com isso, possibilitou o crescimento do mercado consumidor (FABER, 2009).

A partir da onda expansionista internacional, que teve início na década de 1950 e perdura até o fim da década de 1960, e possibilita a entrada de capital internacional, de acordo com Suzigan (1978), é notória a política desenvolvimentista do período, com o sistema cambial favorável às importações, através de tarifas aduaneiras protecionistas, com favorecimento do câmbio e financiamento aos capitais estrangeiros. Através de investimento público em infraestrutura e linhas de créditos concebidas pelo então BNDE, políticas de substituição de importações, que favoreceu a proteção do mercado por barreiras tarifárias; favoreceu o investimento das multinacionais em busca do monopólio, na concorrência oligopolista do cenário econômico internacional. E de acordo com Caputo e Melo (2009, p. 4) a economia brasileira tornou-se uma das mais atrativas para o capital internacional na América Latina no período.

Os anos 1950-60, merecem seu devido destaque pois revelam uma mudança significativa do ponto de vista urbano-industrial no Brasil, pois com os desenvolvimentos do setor produtivo e de infraestrutura, a partir de investimentos econômicos internacionais, alteram-se o cenário brasileiro. Há uma mudança no processo de urbanização com grandes proporções do território nacional, evidenciados pelas localizações industriais (ZORRAQUINO, 2005). Que propiciou um rápido crescimento demográfico, iniciada em 1940, porém, de maneira mais expressiva já nas próximas décadas (1950-60).

A industrialização brasileira influenciou no processo de urbanização e no êxodo rural que se acentua no período de 1950-60, por 17,4% do crescimento demográfico das cidades brasileiras e sendo a região Nordeste com o maior destaque migratório, devido à baixa renda e com grande contingente populacional em direção ao Sudeste, concentrado e industrializado. As cidades se transformaram em um poderoso e diversificado mercado de trabalho. Com as populações rurais que migraram para as cidades em decorrência da oferta de emprego na industrialização e com perspectiva de uma melhor qualidade de vida, fatos que caracterizam a construção de Volta Redonda (ALVES, SOUZA, MARRA, 2011).

Contudo, Volta Redonda destaca-se das demais aglomerações e cidades durante o Estado Novo, pois neste espaço foi empenhado, de maneira incisiva, o projeto de transformação nacional, calcado na industrialização, moderna e urbana, deixando para trás o modelo agrícola. Getúlio Vargas construiu um projeto de nacionalidade baseado em três paradigmas – uma nova ordem político-administrativa, produtiva e territorial-urbana. E Volta Redonda praticou este modelo de país com uma nova sociedade industrial e a formação do homem forjado para o trabalho, num espaço cercado de simbolismos e formas espaciais não como meros coadjuvantes, mas que possuem utilidades e propósitos bem definidos no espaço e no tempo.

Desta maneira, a localização geoestratégica para a instalação da primeira siderúrgica integrada do Brasil, bem como a maior do segmento, era algo crucial. Assim, instaurou-se a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, no ano de 1940, que tinha como objetivo a construção da usina de grande porte explorada por uma sociedade anônima controlada pelo Governo Federal. O projeto em curso demandaria várias localizações para suas unidades de apoio, como: a planta da usina, escritórios (vendas e representações) e extração de matéria-prima. Para a concretização da siderúrgica foi discutido pela Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional dezenove possíveis localidades distribuídas em diferentes Estados. Entre essas várias localizações estão as seguintes cidades e estados:

“Belo Horizonte, Lafaiete, Campo Belo, Barroso, Casa de Pedra, Juparanã e Rodeio de Baixo, no Estado de Minas Gerais; Rio de Janeiro e Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro; São Paulo, no Estado de São Paulo; Criciúma, Siderópolis, Lauro Muller, Tubarão, Capivari de Baixo, Henrique Lage e

Laguna, no Estado de Santa Catarina; Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul e Recife no Estado de Pernambuco. Nos Estados Unidos foram montados, em várias fases de implementação do projeto, escritórios em Nova York, Washington, Cleveland e Pittsburgh, destinados à elaboração da planta industrial, negociações de financiamento, compra e embarque de equipamentos e materiais.” (LOPES, 1993, p. 39-40).

Embora a escolha da implantação da usina em Volta Redonda tenha tido forte componente político, como sustentam autores como Correia (2001) e Bedê (2004), o fato de reconhecidamente no local possuir eletricidade e água abundante (primordiais para a produção siderúrgica) e provida de uma estrada de ferro, mesmo que em condições nada satisfatórias, foram fundamentais. Tais questões iriam até mesmo ao encontro das questões geográficas incompatíveis para um empreendimento siderúrgico e técnicas óbvias, que priorizavam a proximidade de fontes de matérias-primas e principalmente de zonas portuárias, a sua localização geográfica estava fortemente ligada a fatores locacionais estratégicos e próxima aos principais mercados do país.

Situada entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, a usina está próxima aos principais consumidores de aço e das regiões de matérias-primas, como Minas Gerais. O transporte de insumos e produtos foi facilitado pela ferrovia Central do Brasil e a rodovia presidente Dutra e, essencialmente, próxima à abundância de recursos hídricos, através da exploração do rio Paraíba do Sul, fundamental na produção da siderúrgica (BENTES E COSTA, 2012). Outro fator apontado pelo autor está na distância do litoral, porém próximo ao porto do Rio de Janeiro, pois em tempos de guerra, a sua proximidade seria muito arriscado e seria muito vulnerável.

Contudo, a preferência pela localização da usina envolvia combinações técnicas e interesses políticos e de ordem militar. Também projetava o modelo americano de maior proximidade com os principais mercados, que nesse período no Brasil destacavam-se os mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, do que a proximidade com matérias-primas. O projeto siderúrgico priorizava os fatores locacionais, dentre eles: matéria-prima, mercado consumidor e infraestrutura de transportes. Porém, devido às exigências impostas pelo empreendimento, como o seu porte estrutural e tamanho tecnológico, só o Estado do Rio de Janeiro era capaz naquele momento de atender estas exigências (LOPES, 1993, p.41).

Toda esta equação macrolocacional tinha grande relevância, porém o que decidiu o local de instalação da usina foi o jogo político dos bastidores, tendo em vista, que a usina era disputada por diversos Estados, entre eles São Paulo e Minas Gerais, que detinham grande influência política no cenário brasileiro. Por fim, a siderúrgica tão disputada foi garantida ao Estado do Rio de Janeiro e ao interventor federal Ernâni do Amaral Peixoto, genro do Presidente da República Getúlio Vargas.

De fato, a questão técnica de acessibilidade do eixo Rio-São Paulo, no Vale do Rio Paraíba do Sul, que possibilitava proximidade com os portos do Rio de Janeiro e Angra dos Reis, e com sua rede ferroviária consolidada, foi respeitada. As estratégias militares também foram consideradas, quando argumentavam que qualquer proximidade do empreendimento com o litoral acarretaria em grandes vulnerabilidades e necessitaria de defesa contra artilharia naval, fazendo com que sua interiorização fosse necessária. Mesmo utilizando-se de argumentos sólidos não escondiam os bastidores em garantir a usina para o Estado do Rio de Janeiro.

A empresa responsável pela elaboração do projeto siderúrgico foi a americana Arthur G. Mckee & Co, que manifestou em seu relatório datado de 1940-1941 afastar o empreendimento o mais possível do porto do Rio de Janeiro e da Capital Federal para que se evitasse a concentração operária devido à densidade populacional da capital da República (Rio de Janeiro). Visava-se, assim, atender a poderosas razões de ordens econômicas gerais, de ordens

políticas, sociais e militares. Além da construção da CSN, havia a construção e elaboração da própria cidade, sendo a usina a responsável por sua infraestrutura, política e planejamento urbano. Volta Redonda foi elaborada para representar o modelo de modernidade, de cidade-empresa (BENTES; COSTA, 2012; PIQUET, 1998) – aqui entendida como aquela cidade que gravita em torno de uma grande empresa. O censo demográfico de 1940 (pré-siderúrgica) registra uma população de 2.782 habitantes em Volta Redonda, 8º Distrito da cidade de Barra Mansa, (LOPES, 1993, p.48-50): seria nesta área que emergiria uma cidade ultraplanejada, que preconizava o aço, o concreto, o pavimento, as casas padronizadas, a artificialização da paisagem.

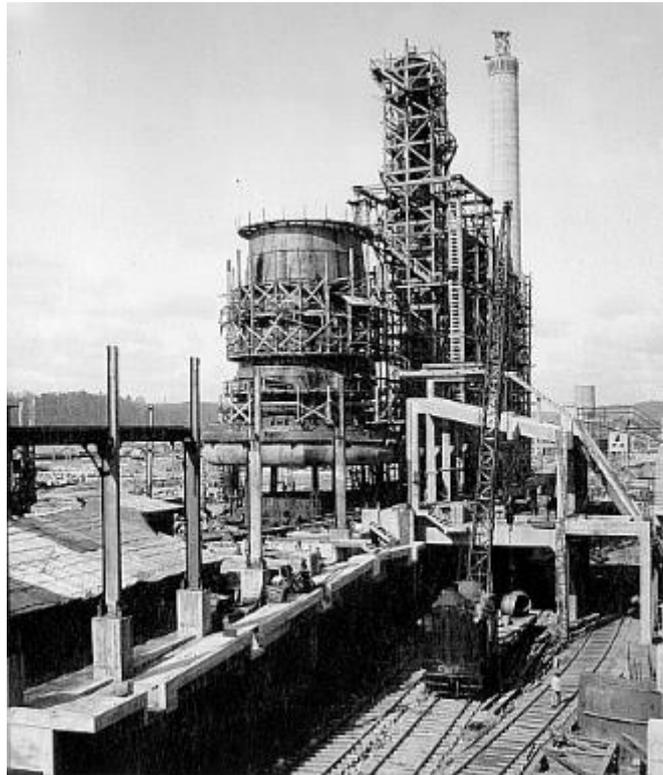
Com a concretização da usina, se estabelecia também a mudança do cenário econômico brasileiro, iniciado por estratégia de Vargas, onde o empreendimento se tornava fundamental para o projeto desenvolvimentista, para impulsionar as indústrias nacionais. O projeto siderúrgico era discutido desde a instauração da Segunda Guerra Mundial (1939), pois tornava urgente e estratégica a construção da usina, com o objetivo de acabar com a dependência do aço internacional. O caminho para isso estava na industrialização do país (BENTES; COSTA, 2012).

Para dar início ao projeto siderúrgico o então interventor no Estado do Rio de Janeiro lança em 25 de março de 1941, em caráter de urgência, a desapropriação das fazendas Santa Cecília e Retiro, localizadas no distrito de Volta Redonda de Santo Antônio, na cidade de Barra Mansa, com a finalidade para a construção das instalações da usina siderúrgica, vila operária, logradouros, construção de edifícios, organização de serviços públicos e expansões futuras. A partir deste momento inicia-se uma campanha aberta em defesa da escolha de Volta Redonda e do Vale do Paraíba para o complexo siderúrgico, e chegando a comparações com a região industrial alemã, denominada Vale do Ruhr (LOPES, 1993, p.46).

Para além da estação ferroviária foi inaugurada em Volta Redonda no ano de 1871, que originou em um novo aglomerado urbano na margem direita do rio Paraíba do Sul nas proximidades da Fazenda Santa Cecília, novas mudanças ocorreram na infraestrutura local, como ponte, comércios, bem como investimentos públicos e privados, ligando o já existente vilarejo (Niterói), num caminho que hoje representa uma importante avenida na cidade. Tal acontecimento serviu para desenvolver um importante entreposto comercial, que representou um marco nas melhorias estruturais e de negócios no distrito, que foi interrompida com a crise cafeeira e conseqüentemente discorreu na decadência urbana.

Volta Redonda, no ano de 1941, era um espaço constituído de pouca rigidez, pois o distrito era constituído de um modesto aglomerado urbano, com seus fluxos internos concentrados nas proximidades da estação ferroviária e do povoado Niterói, esse era a representação do passado e sua estrutura que dará espaço ao novo, o futuro de uma nova cidade. Sendo assim, o novo adentrava e assumiria novas formas e suas expressões particulares não apresentavam muitas resistências para a nova lógica que instalara, e a fazenda aos poucos se transformou em cidade, para então ganhar corpo como o ideário de Vargas que refletiria em uma vida nova de um novo tempo (ver figuras 1, 2 e 3).

**Figura 1: Montagem do alto-forno e da casa de corrida, em 1944.**



Fonte: Arquivo Central/CSN/CPDOC.

**Figura 2: Construção da vila operária; ao fundo os laranjais da Fazenda Santa Cecília, em 1942.**



Fonte: Arquivo Central/CSN/CPDOC.

**Figura 3: Construção da Usina e Cidade, um só projeto.**



Fonte: Educação criativa M.I.V.

Essa mudança para uma nova vida se inicia com um esforço para a materialização da “família siderúrgica” idealizada por Vargas na imaginação utópica no projeto de Volta Redonda. Desta maneira a cidade não se converteria em um mero projeto fabril, mas permitiria uma relação muito particular entre capital e trabalho com o Estado que se apresenta como o protagonista e responsável por moldar o novo, uma nova vida, um novo homem para o trabalho. Por isso ocorre a criação de uma cidade operária concomitante à siderúrgica, que no projeto de uma “cidade-nova” permitiu também a existência de uma área verde desde a monocultura da cana-de-açúcar ao complexo siderúrgico, no qual sua gestão não é deixada ao acaso, mas é um significado e simbolismo que perpetuou e resiste entre morros, em uma propriedade privada.

## **1.2. O modelo de cidade-empresa e a constituição da “Cidade do Aço”**

A imaginação utópica do projeto da cidade não era apenas em fornecer alojamento aos trabalhadores, mas também a elevação do padrão de vida de uma nova sociedade que se criara. As propriedades, moradias, logradouros, lazeres, áreas verdes, enfim, a gestão da cidade significava a extensão da fábrica e do Estado, que tinha por objetivo a construção de uma nova sociedade, calcada na concepção do novo.

A cidade industrial como o símbolo e monumento, resultado do novo homem totalista do trabalho<sup>3</sup>.

O modelo de cidade industrial que foi projetada em uma nova Volta Redonda, com base no projeto progressista de *La Cité Industrielle* de Tony Garnier. E Garnier apresentará a sua cidade industrial como uma “imaginação sem realidade”, que se difere das cidades industriais até então difundidas como modelos, onde buscavam por espaços livres de capitais fixos, planícies isotrópicas; e sim, buscava por aplicar o seu modelo de cidade industrial em um contexto geográfico real, com as dificuldades e desafios apresentados por relevos acidentados.

O modelo da cidade industrial de Tony Garnier prioriza por conquistas de certos “progressos de ordem social” e que seu modelo só teria sentido com essas conquistas. E por esta maneira que se justificaria a regulamentação urbanística, de higiene pública e de uso da cidade; com a terra da cidade socializada, e com previsões de expansão, tanto a indústria quanto a cidade. Sendo essa indústria central com uma siderúrgica-metalúrgica. O modelo de cidade de Garnier previa a elaboração de áreas verdes, para que servissem de contraponto às cidades europeias, e para que obtivessem suas funções urbanas separadas, com seus espaços públicos e privados preestabelecidos com o higienismo impecável, sem a presença de instituições sociais com ações repressivas como unidades policiais, pois acreditava que este modelo com o ideário socialista, faria com que não existisse criminalidade, pois não teriam desigualdades (LOPES, 1993, p.66)

Diferentemente da cidade Industrial de Tony Garnier, Volta Redonda foi um projeto que se baseou em seu modelo e plano original, se resumiu em uma adaptação brasileira e um tanto equivocada do que seria a *cit e*, em seu pr oprio Plano Geral sofrendo com diversas adapta es e que seguiam as vontades da Comissão Executiva do Plano Sider urgico Nacional. O projeto descaracterizou alguns dos princípios estabelecidos da cidade industrial de Garnier, com a inclusão de institui es identificadas com a es sociais repressivas, como as unidades policiais, presídios, templos religiosos e a hierarquiza o dos bairros/mor dias. Portanto, o modelo socialista-utópico seria adequado ao autoritarismo e conservadorismo brasileiro.

A cidade de Volta Redonda foi inspirada no modelo da *Cit e Industrielle* de Tony Garnier, em uma leitura realizada dessa cidade industrial e adaptada por Atílio Corrêa Lima, que se formou em engenheiro-arquiteto pela Escola Nacional de Belas Artes nos Rio de Janeiro no ano de 1925, realizou Urbanismo na Universidade de Paris, em 1927. Ao regressar para o Brasil (1931), deu início a essa disciplina na mesma universidade em que se graduou, agora com a defesa do urbanismo progressista. Corrêa Lima também foi o responsável pelo plano original da cidade de Goiânia, inspirada nas “*Gardens Cities*”, que significavam um exemplo de cidades modelos e modernas. Esta era a síntese e o objetivo do governo Federal, com as formas urbanas que representaria a expressão da mudança de país e homem, e se confirmando como um dos urbanistas mais solicitados e requisitados pelo governo brasileiro da época (LOPES, 1993, p. 76).

---

<sup>3</sup> Para Lopes (1993, p.58) a imagina o utópica deveria contrapor-se de modo permanente e subversivo ao real, onde em seu princípio   constituído de subjetividades, mas que, vai se nutrindo de fatores objetivos produzidos pelas tendências sociais. (1993, p.58).

Os governos brasileiros encontraram na escola urbanística progressista os ingredientes capazes de sustentar um discurso oficial da eterna vocação do Brasil a se tornar o país do futuro, ou seja, o Governo utilizava-se dessas propagandas como uma forma de autopromoção. E com isso Volta Redonda significou um modelo a ser seguido pelo Brasil e o estado como o principal regulador das suas funções sociais e até mesmo organização espacial. Desta maneira a cidade se tornou em um conjunto de contradições, que fez com que o plano urbanístico se assemelhasse a cidade industrial de Tony Garnier, como também, concomitantemente escancarando sua incongruência nas contradições entre as formas espaciais, funções urbanas e estruturas de organização social. No projeto final, o número de moradias era inferior ao previsto pela Comissão, bem como a instalação de um presídio que não continha no plano de Corrêa Lima, como também, instalações esportivas, escola profissionalizante, cineteatro entre outros, que posteriormente foram incorporados por decisão da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. Assim, a identidade com a *Cité Industrielle* só aparecerá no plano definitivo, nos traçados do croqui de Corrêa Lima, mas em desacordo ao Plano Original de Garnier.

A CSN teve influência direta tanto no desenvolvimento industrial brasileiro quanto na cidade de Volta Redonda, pois de acordo com Castro e Mello (2008, p. 5) a história da cidade se mistura com a história da usina, dando ao município a função de cidade-empresa<sup>4</sup> (*company-town*) como apontam Bentes e Costa (2012, p. 4). Vale ressaltar que a formação sócio-territorial de Volta Redonda tem início a uma pequena vila cujo aglomerado era formado próximo ao famoso meandro do rio Paraíba do Sul que dá o nome à cidade de Volta Redonda.

A expansão urbana de Volta Redonda ocorre em 1941, quando se inicia a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, implicando em profundas mudanças territoriais, que seria o marco deste modelo desenvolvimentista. Lima (1993) descreve os primeiros impactos sócio-territoriais com a instalação da usina desencadearam dois processos de concentração urbana: uma controlada e gerenciada pela manutenção da usina (a "cidade nova"), com bairros planejados, vias e bairros hierarquizados, assistência hospitalar e educacional, equipamentos de lazer (projetado pelo arquiteto-urbanístico Atilio Corrêa Lima que foi o responsável por planejar a cidade de Goiânia). Em contrapartida, o segundo processo relaciona-se com a chamada "cidade velha", que além de conter as rugosidades dos primeiros aglomerados, serviu de destino para os marginalizados que não tinham acesso à moderna cidade nova, e assim, habitaram de maneira precário o espaço, e conseqüentemente segregados.

No seguinte trecho de Castro (2004) isto fica elucidado:

A construção de "duas cidades", em decorrência do quadro apresentado, torna-se evidente. Em certa medida, encontram-se separadas pelo rio Paraíba do Sul: a cidade operária, herança do planejamento da cidade-empresa, juntamente com alguns eixos de expansão planejados, situados à margem direita do rio Paraíba; e a "cidade velha", à margem esquerda do rio, acrescida dos núcleos de posse, literalmente à margem das benfeitorias e melhoramentos urbanos realizados pela CSN na cidade operária (p.86).

A vila operária foi criada a imagem da usina, para servir como um desdobramento da fábrica. A cidade e a usina simbolicamente misturavam-se, cresciam juntas, como uma única forma espacial e territorial (SOUZA, 2002). Assim, as pacatas fazendas, fundamentalmente a

---

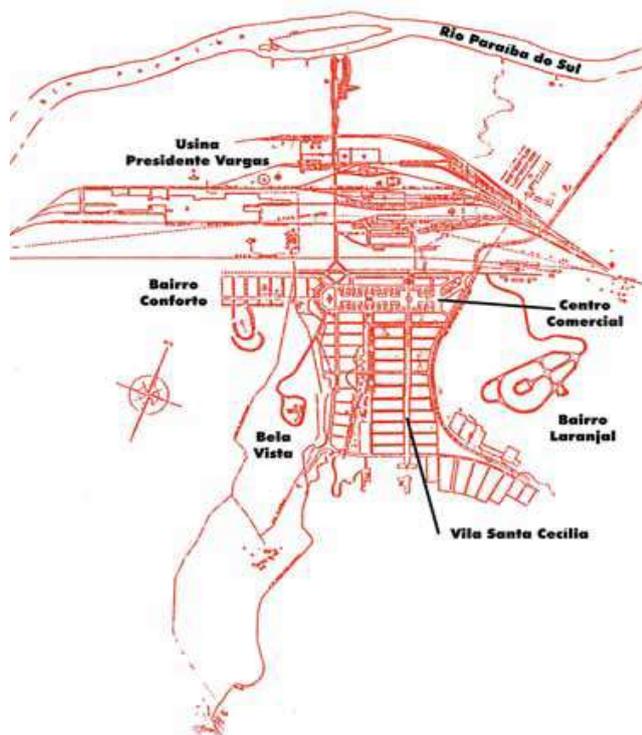
<sup>4</sup> Reforce-se que cidade-empresa e cidade-industrial, possuem a mesma abordagem nesta pesquisa, pois referem-se a maneira que um empreendimento é capaz de moldar a espacialidade onde está inserido, e na capacidade de influenciar os fluxos e funções desta localidade, desta maneira, tais espaços tornam-se extensões deste empreendimento, obedecendo sua lógica.

Fazenda Santa Cecília, deram espaço às estruturas siderúrgicas. Durante todo seu período histórico a cidade passou por diferentes expansões urbanas, influenciadas pelos investimentos industriais e entre os principais fluxos migratórios do Brasil envolvendo uma atividade específica (construção da usina) e que possibilitaram profundas transformações territoriais na cidade de Volta Redonda.

Os ciclopes vêm e, sem se darem conta, passam a se movimentar como peões num tabuleiro de xadrez, ocupando as posições que o Estado Novo lhes destinou, nos termos de um projeto nacional que contemplou a construção de um novo homem brasileiro, para atuar no cenário de uma nova sociedade, moderna, industrial, urbana. (PIQUET, 1998; BEDÊ, op. cit, p. 21).

A planta original da vila operária, classificava os bairros hierarquicamente da seguinte maneira: o bairro Laranjal destinava-se à elite dos funcionários (engenheiros e técnicos especializados do primeiro escalão); a Vila Santa Cecília, para os chefes intermediários (chamados ironicamente de “arigós de penacho”), e os bairros Bela Vista, Conforto, Jardim Paraíba, Monte Castelo, Rústico e Sessenta, para os trabalhadores em geral sem qualificações (os “arigós da usina”), conforme informa Bedê (2004, p. 60). A cidade operária era gerida pela CSN e apresentava um melhor padrão urbano, em detrimento da “outra cidade” a “cidade velha” que era tão jovem quanto a “cidade nova” (CASTRO, 2004). Atualmente, tais toponímias se preservaram, com alterações em suas formas, porém, ainda rígido e preservando as suas funções, de segregação socioespacial na cidade.

**Figura 4: Plano Geral da Usina e da Vila Operária de Volta Redonda, 1941[Sem escala]**



Fonte: LOPES, 1993, p. 85.

O croqui da figura 4 apresenta a maneira como o planejamento territorial se deu, para atender aos anseios de uma nova ordem econômica em que o desenvolvimentismo nacional se propôs a realizar, através de uma industrialização atuante e gerenciadora deste novo pensar a respeito da sociedade ideal para o trabalho em uma cidade planejada e hierarquizada.

O plano de Volta Redonda realiza grande exaltação as questões higienistas, que resultará no cuidado com as construções, quanto em padrões e regulamentos de uso dos espaços públicos e privados; como também ambientais, como a presença de espaços verdes, com a presença de grandes parques e ainda:

Os morros seriam reflorestados, desestimulando-se a ocupação urbana nas encostas. O plano de Corrêa Lima previu ainda os mesmos renques e faixas de árvores, sobretudo entre usina e a cidade, como no modelo de Garnier. Esse recurso foi muito difundido no urbanismo moderno como tentativa de isolar fábrica e cidade (LOPES, 1993, P.84).

A tentativa de isolar fábrica e cidade, restringiu-se basicamente à planta original. As grandes áreas verdes destinadas a amenizar os efeitos atmosféricos da atividade siderúrgica, não ocorreram, necessariamente, tendo em vista que a margem esquerda do rio Paraíba do Sul serviria como um cinturão verde. Porém hoje, concentra um grande aglomerado urbano que conurba com a cidade de Barra Mansa, espelhando a margem direita do rio que ocorre o mesmo efeito. Deve-se destacar, que os morros para além da cidade nova, onde encontra-se a Mata da Cicuta, esteve presente no que seria o grande Cinturão Verde, que serviria de limite para a Cidade Satélite da Cicuta, descontinuo da cidade-industrial. Cidade esta, presente no plano de expansão da cidade-empresa. Percebamos que a Floresta da Cicuta foi planejada como um resquício verde amenizador em meio a uma cidade de concreto.

A cidade foi ordenada, seguindo padrões hierárquicos, e utilizou-se até da topografia para realizar este exercício, com os bairros Laranjal e Bela Vista, que eram destinados ao alto escalão dos funcionários da siderúrgica: quanto mais alto era o seu cargo na siderúrgica, ocorria igualmente com a posição de suas casas nas respectivas curvas de níveis, como exceções de ocupações dos morros que no tocante do projeto, seria destinado ao reflorestamento. Já na planície, onde se encontrava a Vila Operária, as casas obedeciam a padrões e tamanhos distintos de acordo com a ocupação e cargo que obtinha na usina. O bairro “Conforto”, sem nenhum trocadilho com o seu nome, era destinado aos trabalhadores com menor qualificação. A localização desse bairro é um dos pontos com maiores índices de poluição. De “conforto”, só o nome!

Usina e cidade ocupam áreas de terreno quase iguais, na verdade, a paisagem se mistura e se tornam indissociáveis. Elaborada para ser a sua extensão, a vila operária, com suas casas geminadas adotadas no plano de Volta Redonda, é idêntica das quadras padrões de Tony Garnier, de um lado e do outro, a imponência das estruturas da siderúrgica, onde a linha férrea funciona como o limítrofe. Porém, sempre representada com suas estruturas que marcavam sua presença em todas as quadras e logradouros da vila operária, e permanentemente na visibilidade e consciência que asseguraria o status de poder. O projeto urbanístico se juntava a planta da usina dando forma ao imaginário que cercava o projeto.

Vale ressaltar que em muitos momentos e trabalhos nos referimos a cidade de Volta Redonda, e seu plano urbanístico, como uma “*garden city*”, mas tal afirmativa é equivocada e simplória quando analisamos que Volta Redonda, diferentemente de uma “cidade jardim”, não é um satélite de uma metrópole e/ou uma capital administrativa como Goiânia, para seguir os modelos de cidades americanas. Tal abordagem e modelo para a cidade se tornariam insuficientes, devido sua característica de cidade autônoma e completa, onde deve ser exaltado

o industrialismo, as políticas sociais governamentais e a construção de um novo pensar e um novo ser. Contudo, devemos alertar, que mesmo a cidade ter adotado o modelo de seguir ao padrão de bairros residências, não podemos referenciá-la com o americano.

Contudo, podemos obter uma clara noção da extensão geográfica das atividades da siderúrgica no espaço, como um território da CSN, que é a autoridade responsável por moldar, influenciar e controlar as atividades desta tessitura (a cidade operária), em que a empresa determinava suas leis, serviços básicos e lazer. Desta maneira, Robert Sack (1986) vem contribuir, ao demonstrar que tais afirmações claras e compreendidas por todos, exercia-se em uma estratégia geral para estabelecer o acesso à coisa, e apontar para seus efeitos geralmente esperados, ou seja, tal divisão espacial, denominada cidade velha e nova deflagra em um exemplo de territorialidade. Nos deparamos então com o resultado das práticas econômicas sobre o espaço urbano e a comercialização da terra como mercadoria, e como consequência, sucessivos ajustes espaciais sem precedentes, ou seja, “suburbanização infinita”, conforme Harvey (2013, p. 73).

Tais ajustes espaciais intensificaram e alteraram sua lógica a partir de 1941, quando Volta Redonda passou a ser um imenso canteiro de obras e as bucólicas paisagens das antigas fazendas decadentes dão espaço para um novo que passara a ser moldado nas áreas até então cultiváveis da fazenda Santa Cecília. Alterando assim, sua geomorfologia com auxílio de maquinários e terraplanagens que possibilitavam a construção de novas estruturas emergenciais, transitórias e com posicionamentos estratégicos para evitar “construções indesejáveis” no curso da evolução da cidade, criando um descompasso com o novo.

Em seu primeiro momento foram instaladas infraestruturas básicas, como saneamento e energia. Já as primeiras habitações definitivas iniciaram no segundo semestre de 1943. E pouco a pouco a seletividade do novo combateu e remodelou o velho em novas lógicas de utilização. Para tal, foram eliminados gradativamente os caminhos, edificações e também a estrada de ferro (1944) preexistentes à usina e às construções provisórias recentemente instaladas. Volta Redonda era o maior parque siderúrgico da América do Sul.

Para termos uma ideia de comparação, só o galpão de Laminação era maior que a avenida Rio Branco no Rio de Janeiro naquele período e o alto-forno comparada a um “arranha-céu” (LOPES, 1993, p.103). Entretanto, instauravam-se no lugar novas formas que sustentavam a passagem do rural ao urbano, sob o impulso do industrialismo, e com isso, empregando novas escalas de valores que apresentara a seletividade espacial, que desencadeou na insatisfação e reação das populações afetadas pela ação do empreendimento. Pois de um lado tínhamos as casas no plano da vila operária e do outro não muito longe, as casas de pau-a-pique do bairro Rústico, que nos dão a tônica da promessa de progresso que significara Volta Redonda.

Tais transformações e impactos são perceptíveis nos primeiros anos da execução das obras do projeto siderúrgico, que pode ser analisado na tabela a seguir:

**Tabela 1: Empregados x População total**

Anos	Empregados diretos	População total de Volta Redonda
1942	3.850	10.000 (estimativa)
1946	11.719	26.507

Fonte: LOPES, p. 106. Organização do autor.

Para atrair um número tão significativo de mão de obra, a empresa foi a grande responsável e não poupou esforços para a concretização dos objetivos. Se responsabilizou pela logística, abrigo do contingente de funcionários, apresentação da cidade e seus serviços. Ali introduziu uma cidade ideal para um homem ideal. Uma cidade com padrões funcionais, comportamentais e higiênicos, sociais e de convívio que eram apresentados e exigidos pela empresa. O trabalhador que passara a ser uniformizado e homogeneizado, agora com a obrigatoriedade da utilização do cartão de ponto, em três turnos ininterruptos da atividade siderúrgica. Desta maneira a usina que forjava o aço, também controlava e ditava o ritmo industrial, no então homem forjado para o trabalho.

A empresa neste período mantinha um controle quase que absoluto sobre a vida social e alçamento da cidade-industrial e com isso centenas de milhares de uma população masculina solteira (perfil de trabalhador devido à oferta de empregos disponibilizados, já os casados e suas famílias viriam em uma nova etapa), atribuídos a esta tarefa árdua da construção de um projeto, a construção de uma indústria e cidade modelo.

A cidade paralela, denominada de cidade-velha, apresentava mutações que fugiam do controle da administração pública municipal da cidade de Barra Mansa, cujo crescimento acompanhava em ritmo acelerado com o crescimento da cidade-nova. Configurando-se assim, frentes novas de urbanização que de “velho”, estavam só as rugosidades de um antigo vilarejo, tal expansionismo caracterizara com a formação das primeiras favelas. Vale ressaltar neste momento, que o crescimento da cidade-velha ocorria com a complacência da siderúrgica que não conseguia suprir a demanda habitacional para seus funcionários. Contudo, a cidade-velha remetia-se ao atrasado e inadimplente e a cidade oficial a primazia, o modelo a ser seguido, um “verdadeiro exemplo”, ou seja, mais uma de tantas contradições que envolvem CSN e Volta Redonda.

Enfim, na data de 12 de outubro de 1946, dia da padroeira do Brasil (Nossa Senhora de Aparecida), ocorre a inauguração da Companhia Siderúrgica Nacional, dando início ao seu processo produtivo e de consolidação de seu projeto, e subsequente inicia-se os planos de expansões. A consolidação do projeto de expansão ocorre no período de 1941-1960 com os planos (A,B,C) e posteriormente de 1971-1979 com o plano (D), como pode ser observado no quadro abaixo:

**Tabela 2: Planos de expansões da CSN (1941-1979) (continua)**

<b>Plano</b>	<b>Período de Implantação</b>	<b>Meta de Produção Ton./Ano</b>	<b>Número de empregados da CSN em Volta Redonda</b>	<b>Número de habitações da CSN em Volta Redonda</b>	<b>Principais investimentos urbanísticos e sociais</b>
A	1941	-----	762	-----	Construção da primeira etapa da usina e da cidade com 2.000 habitações e serviços básicos. Implantação das instalações de minas Gerais e Santa Catarina.
	1948	350.000	8.916	3.003	

**Tabela 2. Continuação**

B	1950	-----	9.092	3.003	Ampliação do estoque de habitações para 5.000 e complementação das facilidades de equipamentos e serviços. Ampliação das instalações de minas gerais e Santa Catarina.
	1954	680.000	11.184	3.657	
C	1956	-----	10.911	3.944	Ampliação das instalações de Minas Gerais e Santa Catarina.
	1960	1.000.000	11.619	4.698	
D	1971	2.000.000	(4.700 empregos gerados para a expansão)	-----	Emprego de técnicas modernas; melhor aproveitamento do equipamento existente; balanceamento econômico das unidades de operação; expansão com o mínimo de interferência com unidades em operação; melhor utilização da matéria-prima; aproveitamento da área da usina; eliminação da poluição nas novas unidades e redução nas existentes; mínimo de investimentos.
	1977 (apogeu)	2.400.000	15.500	-----	
	1979 (término)	-----	10.800	-----	

Fonte: Lopes, 1993, Adaptação do autor.

O quadro nos apresenta um dos maiores conflitos envolvidos na questão siderúrgica em Volta Redonda e seus funcionários. Por meio de uma promessa e propaganda feita pela empresa para atrair a mão de obra, que se concentrava na questão habitacional, pois fica claro o déficit e o aumento no número de funcionários que não foi proporcionalmente acompanhado pelo número de habitações. Esses fatores contribuíram para a expansão urbanística da cidade-velha, que foi agravado, porque o crescimento da população total é maior que o crescimento de empregados.

As questões habitacionais começam a ser o centro dos conflitos, pois as políticas públicas na cidade passavam por grandes contradições, em destaque para o abandono progressivo da CSN, pois até o ano de 1964, ocorre o declínio do paternalismo do governo brasileiro e em contrapartida aumenta o retorno do liberalismo, no cenário político do Brasil. Já no período de

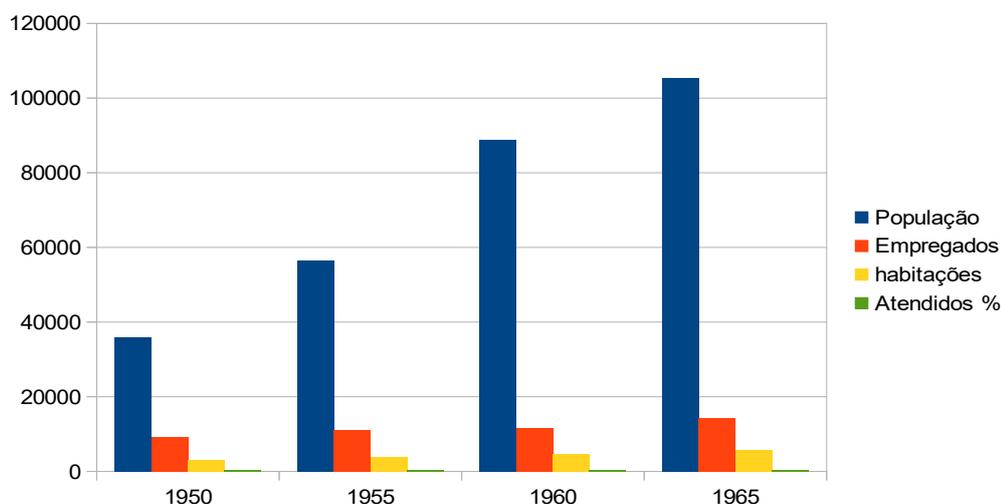
1956-1960 não são realizados grandes investimentos na cidade operária, que concerne o plano C de expansão e que podemos conferir no quadro acima.

Visando a atender às demandas da CSN, o ensino industrial foi introduzido já no ano de 1943. A escola com ensino profissionalizante, um marco para a história do país, representado pela fundação da Escola Técnica Pandiá Calógeras, no ano de 1949. Tal questão foi tão impactante que direcionou os jovens dessa nova cidade, da geração subsequente dos pioneiros do tecnológico mundo industrial, que saíam diretamente do núcleo familiar para os braços abertos da “família siderúrgica”, ou seja, diretamente para a linha de produção, para o operariado. Já as mulheres ficavam responsáveis por “tarefas femininas” de controle de qualidade e atividades administrativas. Esses ideais tornam-se inquestionavelmente efetivado com o plano de construção da Companhia Siderúrgica Nacional e a ação direta do governo, no financiamento da formação de trabalhadores qualificados para atender a demanda de uma sociedade industrial e urbana (BEDÊ, 2004).

Entretanto, tais questões não foram suficientes para as reivindicações relacionadas ao abandono de uma população que não se sente prestigiada pelas benesses oferecidas e com isso abre-se espaço para discussões a respeito de uma emergência do debate emancipacionista em Volta Redonda, com início em 1950, principalmente na cidade-velha, onde estão presentes os núcleos sindicalizados – na verdade, o berço sindical da cidade. De toda maneira, era denunciado o abandono e a falta de investimentos na cidade-velha que sofria com os descasos da municipalidade (Barra Mansa) e a centralidade de investimentos dos tributos, que se concentrava na sede municipal. A emancipação de Volta Redonda não significava apenas uma alternativa para as populações que não se sentiam representadas e com a devida atenção aos seus flagelos, mas também, a própria siderúrgica que foi conivente com o processo emancipatório, pois diminuiria a pressão e a necessidade de cuidados com a cidade.

Com o aumento da mão de obra, foi necessário a expansão de novas áreas, tendo em vista que a assistência da CSN, foi muito aquém das necessárias. O quadro a seguir demonstra a ocupação das diversas áreas e setores da cidade. Ressalta-se que com a emancipação de Volta Redonda (1954), ocorre uma redução na construção de habitações pela siderúrgica, e passa a tarefa aos órgãos públicos.

**Gráfico 1: População residente em Volta Redonda, número de empregados da CSN**



Fonte: Escola Superior de Guerra (1971, apud PIQUET, 1998). Organização: SILVA, 2019.

O crescimento populacional acompanhou a expansão implementada pela usina, em virtude da atração de mão de obra. Posteriormente ocorreram dispensas de parte desta mão de obra, gerando assim um excedente de trabalhadores, uma parcela ociosa de mão obra na cidade. Na década de 1940, antes do início da instalação da usina, a cidade de Volta Redonda tinha apenas 3.000 habitantes, e 20 anos depois passaram para quase 40.000. Atualmente a população de Volta Redonda é estimada em 271.998 habitantes (IBGE, 2018).

**Tabela 3: População residente e domicílios em Volta Redonda (1980-2018)**

	1970	1980	1991	2000	2010	2018
Domicílio	22.819	41.519	57.936	70.867	84.284	---
População	125.295	183.620	220.305	242.063	257.803	271.998

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1970/2018. Adaptação do autor.

Como pode ser observado na Tabela 3, o deficit habitacional e a falta de assistência nas áreas que não eram contempladas pela CSN, propiciou o movimento de emancipação, tendo em vista que os movimentos não colidiam com os interesses da CSN e atendiam ao anseio populacional, que vivia numa porção da cidade sem nenhum tipo de assistência do governo municipal (que era administrada pela prefeitura de Barra Mansa, de quem não recebia nenhum tipo de assistência, pois havia uma discrepância na comparação da “cidade” controlada pela usina e a “cidade” abandonada pelo poder público). Desta maneira a emancipação ganhou cada vez mais força, mobilizando a população (BENTES, 2008; FONTES e LAMARÃO, 2006), e a aspiração de um novo governo local possibilitaria a diminuição da dependência e da responsabilidade pública e social da CSN, para a realização de serviços e de investimentos em infraestrutura. Sendo assim, ocorre em 17 de julho de 1954 a emancipação político-administrativa do município de Volta Redonda.

A emancipação político-administrativa ocorre, e com isso novas alternativas surgem para questões urgentes, como a habitacional. A problemática refere-se ao baixo padrão das habitações de um grande contingente de funcionários da CSN e a diferença infraestrutural entre a “cidade-velha x cidade-nova”. Entre as estratégias tomadas, estavam a mudança de pensamento dos modelos habitacionais, que passariam a valorização de prédios, para que pudessem ser contemplados números maiores de funcionários. Vale ressaltar que tal possibilidade foi barrada pela Comissão Nacional do Plano Siderúrgico ao Plano Original da cidade industrial, pois a alegação era de que as habitações coletivas não condiziam com o estilo de vida da população brasileira, mas neste período passariam a ser a alternativa para a questão da moradia.

Outras medidas foram tomadas pós-emancipação e ocorreram para além das construções de prédios, como também uma estratégia de expansão urbanística e uma série de intervenções voltadas para a consolidação e a melhoria urbana das áreas já ocupadas, alterando-se assim, para novas formas e funções. Para tais mudanças, elaborou-se a formação da cidade Satélite da Cicuta, junto à Mata da Cicuta, com uma descontinuidade urbanística em relação a cidade-industrial, ocasionada pela geografia e topografia do terreno com a presença de morros e vales. Desta maneira, a preservação da mata ocorreu também, por se tratar de uma área privada, pois



Figura 6: Quadro de Bairros da cidade de Volta Redonda [Legenda do Mapa 1]

<b>SS</b>	Casa de Pedra	10	<b>SCN</b>	Aero Clube	2	
	Jardim Belvedere	14		Barreira Cravo	5	
	Siderópolis	36		Belo Horizonte	43	
<b>SETOR SUL</b>		<b>TOTAL</b>	<b>SETOR CENTRO NORTE</b>		<b>TOTAL</b>	
<b>SCS</b>	Aterrado	4	<b>SO</b>	Niterói	22	
	Bela Vista	6		Retiro	24	
	Jardim Amália	15		São João Batista	26	
	**Jardim Paraíba	52		Vila Brasília	39	
	Laranjal	18		Vila Mury	40	
	Monte Castelo	20		Voldac	42	
	Nossa Senhora das Graças	21		<b>SETOR OESTE</b>		<b>TOTAL</b>
	São Geraldo	28		Açude	1	
	São João	29		Belmonte	7	
	Sessenta	35		Jardim Belmonte	50	
	Vila Santa Cecília	41		Jardim Padre Josimo Tavares	45	
<b>SETOR CENTRO SUL</b>		<b>TOTAL</b>	<b>SETOR OESTE</b>		<b>TOTAL</b>	
<b>SSO</b>	*Duzentos e Quarenta e Nove	51	<b>SN</b>	Siderlândia	49	
	Conforto	11		<b>SETOR NORTE</b>		<b>TOTAL</b>
	Eucalptal	13		***Santa Cruz II	48	
	Jardim Europa	16		Candelária	9	
	Jardim Suíça	17		Dom Bosco	12	
	Minerlândia	19		Pinto da Serra	47	
	Ponte Alta	23		Santa Cruz	44	
	Rústico	25		Santa Rita do Zarur	33	
	Santa Inez	32		São Luiz	31	
	São Cristóvão	27		<b>SETOR NORTE</b>		<b>TOTAL</b>
	São Lucas	30		<b>SL</b>	Água Limpa	3
		<b>SETOR LESTE</b>			<b>TOTAL</b>	
		Brasilândia	8			
		Santo Agostinho	34			
		Três Poços	37			
		Vila Americana	38			
		Vila Rica	46			
		<b>SETOR LESTE</b>		<b>TOTAL</b>		

Fonte: PMVR, 2010.

Inicia-se assim um processo de valorização da terra, com a especulação imobiliária, pois a CSN mantinha extensas áreas não urbanizadas e esse estoque seria mantido como uma espécie de “*exército territorial de reserva*”, para que assim pudesse garantir a empresa uma posição mais flexível e estratégica no mercado imobiliário da cidade. No ano de 1961 a CSN cria o Grupo de Trabalho de Estudo de Vendas de Casas; em 1963 cria a imobiliária Volta Redonda, que em seguida se transforma na Imobiliária Santa Cecília – SECISA; no ano de 1964, se posicionando contrariamente as medidas até então praticada pela empresa. A partir daí transfere a questão habitacional da política da empresa para uma política e recursos financeiros inspiradas no Banco Nacional da Habitação (BNH), com a adoção das práticas liberais a extinta Fundação da Casa Popular.

A CSN passa por uma expansão de mercado ao criar FEM (Fábrica de Estruturas Metálicas), no início dos anos 1960. Agora a siderúrgica iniciava sua atuação na construção civil, com a fabricação de estruturas metálicas que representavam a tecnologia de “ponta” – a mais avançada do período – com rápida montagem. O sucesso da FEM ocorre com a nova ordem arquitetônica no país, que se utilizava destas estruturas metálicas para construção, como foi o caso da cidade de Brasília. A nova capital federal foi a principal consumidora e contribuiu para o sucesso deste empreendimento com o plano de metas de JK “50 anos em 5” – plano em que o país passou por grandes transformações infraestruturais nas quais o Estado ampliava o controle do monopólio estatal na produção de insumos básicos para a população. Com isso 20 anos depois a siderúrgica já era responsável por 1/5 da produção de aço no Brasil (LOPES, 1993)

Na segunda metade da década de 1950, o país passava por grandes transformações em seu padrão de acumulação. Os planos de metas estabelecidos pelo governo Juscelino Kubitschek influenciaram diretamente a CSN, pois houve estímulos à produção de bens duráveis e capitais, com destaques a ascensão das indústrias automobilísticas, de eletrodomésticos e de eletrônicos. O governo investiu maciçamente na indústria de base para atender as novas demandas de diversos ramos industriais. Desta maneira, a CSN, como já previa Vargas, foi essencial para o desenvolvimento do país, pois, para que a demanda fosse atendida, a usina passou por planos de expansões e já em 1960 passa a produzir 1 milhão de toneladas de aço (FONTES e LAMARÃO, 2006; BENTES e COSTA, 2012).

Um ano após o recorde na produção de aço, Volta Redonda passa a estreitar laços ainda maiores com seu idealizador, Getúlio Dornelles Vargas, com o batismo da siderúrgica de Usina Presidente Vargas (UPV), no ano de 1961. Houve ainda a tentativa de mudança do nome da cidade para Presidente Vargas no ano de 1963, porém acabou vetada pelos militares, algo que simbolizava para o que aconteceria no ano seguinte e a derrocada da tutela do Estado ao trabalhismo e ao mais pobres. No ano de 1964, ocorre o retorno pela força dos ideais renovados de uma economia liberal, com uma ruptura e esgotamento do populismo até então difundido: no governo militar ocorreu essa ruptura supracitada, com uma nova estratégia política para o país que passa a focar para as dimensões territoriais com o Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

O novo regime repreendia qualquer movimento sindical e controle absoluto da CSN, fundamentada nos princípios do liberalismo e a implementação de um novo plano de expansão da empresa. O Plano D assumiu a posição do Plano Intermediário, fomentado pela expansão das indústrias de bens de consumo duráveis, com destaque para a automobilística. Com inspiração no primeiro Plano Siderúrgico Nacional, o plano D promoveu o acréscimo de 2 milhões de toneladas de aço na produção da siderúrgica, em três estágios sucessivos, com emprego de técnicas modernas, melhor aproveitamento do equipamento existente, balanceamento econômico e expansão com o mínimo de interferência com unidades em operação, melhor utilização da matéria-prima, aproveitamento da área da usina, eliminação da poluição nas novas unidades e redução nas existentes e mínimo de investimentos.

O Plano D levou a usina a atingir sua capacidade máxima de produção, por conta das suas limitações de sua área contínua e as limitações tecnológicas do período, marcado pelo esgotamento do espaço da usina com instalações de novas edificações, instalações e equipamentos. Em 1971, é construído o centro de pesquisa da CSN, que tem o objetivo de buscar a melhoria da qualidade produtiva nas diversas etapas do processo industrial. Esse plano de expansão ficou marcado pela grande volatilidade na geração de empregos, gerados nas obras civis com início em 1971 com a geração de 4.700 empregados, com um aumento exponencial em 1977 com 15.500 empregos gerados. Já seu término ocorreu com apenas 700 empregos diretos no ano de 1979.

Contudo, já no final de 1980, o deficit habitacional chega as impressionantes marca deficitária de 8 mil residências para a população com vínculo empregatício com a CSN e 13 mil moradias para assistir o restante da população cuja a urbanização já tinha provocado, quase em sua totalidade, o desaparecimento de uma população rural e atividades agropecuárias na cidade. Perante tais problemáticas, o bairro Retiro se apresentou como uma possibilidade do morar para uma população marginalizada, símbolo da segregação sócio-espacial. E por tais consequências, sua urbanização foi tão intensa que conurbou com a cidade de Barra Mansa pela margem esquerda do rio Paraíba do Sul, de maneira que Hélio Modesto se esforça em realizar e estabelecer a Cicuta como uma possibilidade de um novo núcleo urbano, de eliminar casas para a construção de edifícios de apartamento, bem como a instituição de políticas de desfavelamentos, pois uma nova lógica instaurava-se.

Em contrapartida, a vila operária tornava-se cada vez mais atrativa e valorizada no mercado imobiliário, cuja estrutura sofria com a especulação, que fez de suas casas um artigo e privilégios para poucos, para quem tinha um alto poder aquisitivo para adquirir os imóveis; e os apartamentos transformam na possibilidade mais acessível em adquirir sua casa própria. Agora, o que antes era restrito a funcionários da empresa, passam a conviver com outras famílias, transformando a vizinhança. O processo de investida de empresas imobiliária na vila operária foi tão intenso e agressivo que a participação da Vila Santa Cecília nesse mercado competitivo e excludente propiciou um intenso mecanismo de criação de novas formas e funções para os imóveis, onde a prefeitura municipal de Volta Redonda teve que intervir e criar legislação urbanística para preservar minimamente a estrutura da Vila. A descaracterização poderia ser completa neste bairro e essas medidas garantiriam a permanência de testemunhos das apostas defendidas no passado. Os bairros Jardim Paraíba e Aterrado passaram pelo mesmo processo do mercado imobiliário, onde se observava as mudanças em suas formas, porém com as mesmas funções, como também, a mudança das funções e permanência de suas formas. Forma e função alteravam-se com as mudanças urbanísticas, e interesses (LOPES, 1993, p.157).

Ainda no período militar, a cidade de Volta Redonda foi declarada de interesse de segurança nacional, em 1973. Seus representantes (prefeitos) exerciam o cargo por indicação direta do presidente da República até o ano de 1985. O país transitou de um marcante governo autoritário (primeiro governo Vargas), em que o Estado prometia proteção dos mais pobres, para o autoritarismo militar combinado com o liberalismo, empurrando a população à sorte do mercado. Inicia-se um processo progressivo de perdas dos serviços ofertados aos funcionários com seu caráter de instituição, e ganha força seu caráter empresarial baseado em retornos financeiros.

A cidade de Volta Redonda então se depara com os contrastes inerentes aos processos sofridos e criados por ela e sua concepção de cidade. Assim, inicia-se um Plano de Desenvolvimento Local Integrado de Volta Redonda (PEDI-VR) a partir da década de 1970, propondo agora uma “visão de conjunto” para a cidade, com objetivo de superação de suas diferenças, e dentre as propostas estavam: a reforma dos sistemas viários, a valorização dos temas ambientais, com grande destaque, e com atenção destinada em suas formas. As mudanças nas funções prestavam-se no intuito da criação de um Distrito Industrial; Cinturões Verdes e Zona Universitária. Dentre as funções e formas havia o modelo metropolitano para o desenvolvimento físico-urbanístico intermunicipal, o qual potencializaria o processo de conurbação, com a integração do sistema viário estrutural e articulado na circulação urbana de Volta Redonda com as cidades vizinhas.

A expansão urbana, causada em um primeiro momento pelo complexo industrial, metalúrgico e do setor de serviços, foi tão pujante que proporcionou a consolidação das ocupações urbanas, de novos bairros e uma interligação com as cidades vizinhas. Destaca-se o processo de conurbação entre a cidade de Volta Redonda e Barra Mansa, como também, uma aglomeração urbana contínua formada com Barra do Piraí e Pinheiral; adensamentos que foram

ocupados a partir dos anos 1960 e intensificados nas décadas de 1970/80 (CASTRO e MELLO, 2008; BENTES, 2008). A conurbação existente entre Volta Redonda e as cidades supracitadas vão além dos laços físicos, pois ocorre devido à centralidade econômica de Volta Redonda,

Volta Redonda e Barra Mansa encontram-se conurbadas nas duas margens do Rio Paraíba do Sul e BR-393 (Volta Redonda – Barra Mansa), onde a urbanização é contínua e com bairros interligando-as (BENTES, 2008). Volta Redonda e a cidade de Barra do Pirai estão conurbados principalmente através da BR-393, compartilhando do mesmo aglomerado urbano, que é interrompido pela zona rural do município de Barra do Pirai (Volta Redonda – Barra do Pirai). As cidades de Pinheiral e Volta Redonda conurbam através da avenida Nilton Penna Botelho, um eixo de ligação entre as duas cidades, com urbanização em sua extensão, com comércios, indústrias, serviços e universidade (Volta Redonda – Pinheiral) (ver figuras 7, 8 e 9). O caso particular de Pinheiral é que há uma dependência econômica, pois uma grande parcela da população desta cidade trabalha em Volta Redonda e realiza diariamente o movimento pendular entre as cidades (BENTES, 2008).

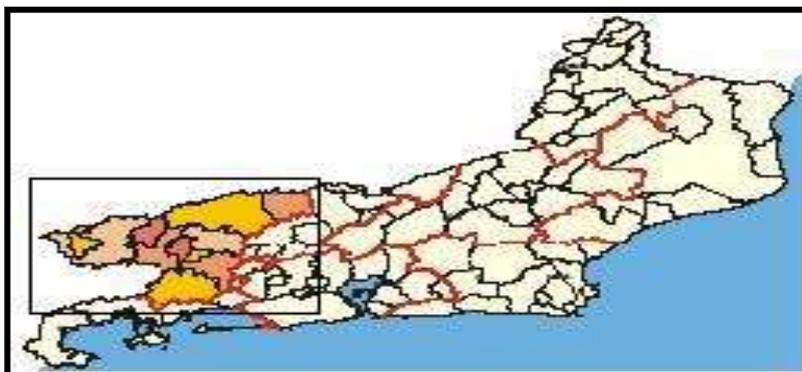
**Figura 7: Volta Redonda e Região do Médio Vale Paraíba Fluminense**



Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. In: OLIVEIRA, F. J. G. de, 2003, p. 140. Adaptado e organizado por: OLIVEIRA, L. D. de, 2006.

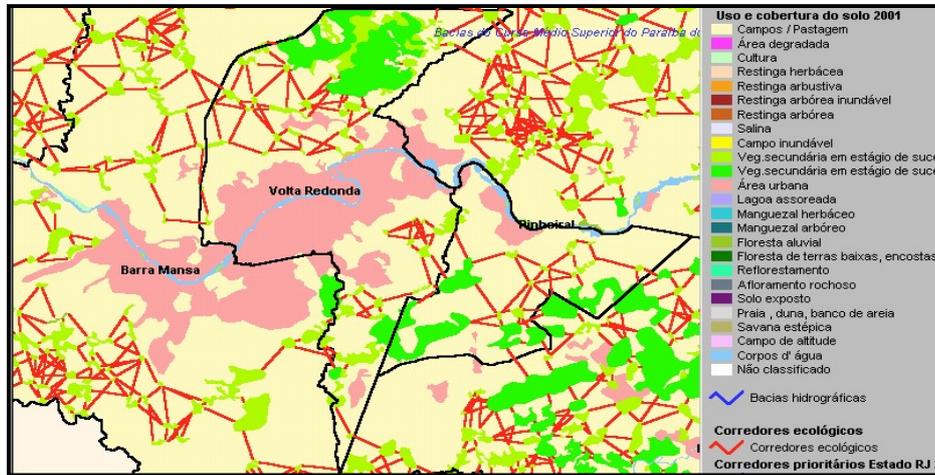
**Figura 8: A Região do Médio Vale Paraíba Fluminense.**

**Observamos acima a localização central de Volta Redonda na Região do Médio Vale Paraíba Fluminense, e, ao lado, esta região situada no mapa do estado do Rio de Janeiro.**



Fonte: Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro – CIDE. In: OLIVEIRA, F. J. G. de, 2003, p. 140. Adaptado e organizado por: OLIVEIRA, L. D. de, 2006.

**Figura 9: Aglomerado urbano do município de Volta Redonda (ao centro) e as conurbações Barra Mansa – Volta Redonda, Volta Redonda – Barra do Pirai e Volta Redonda – Pinheiral.**



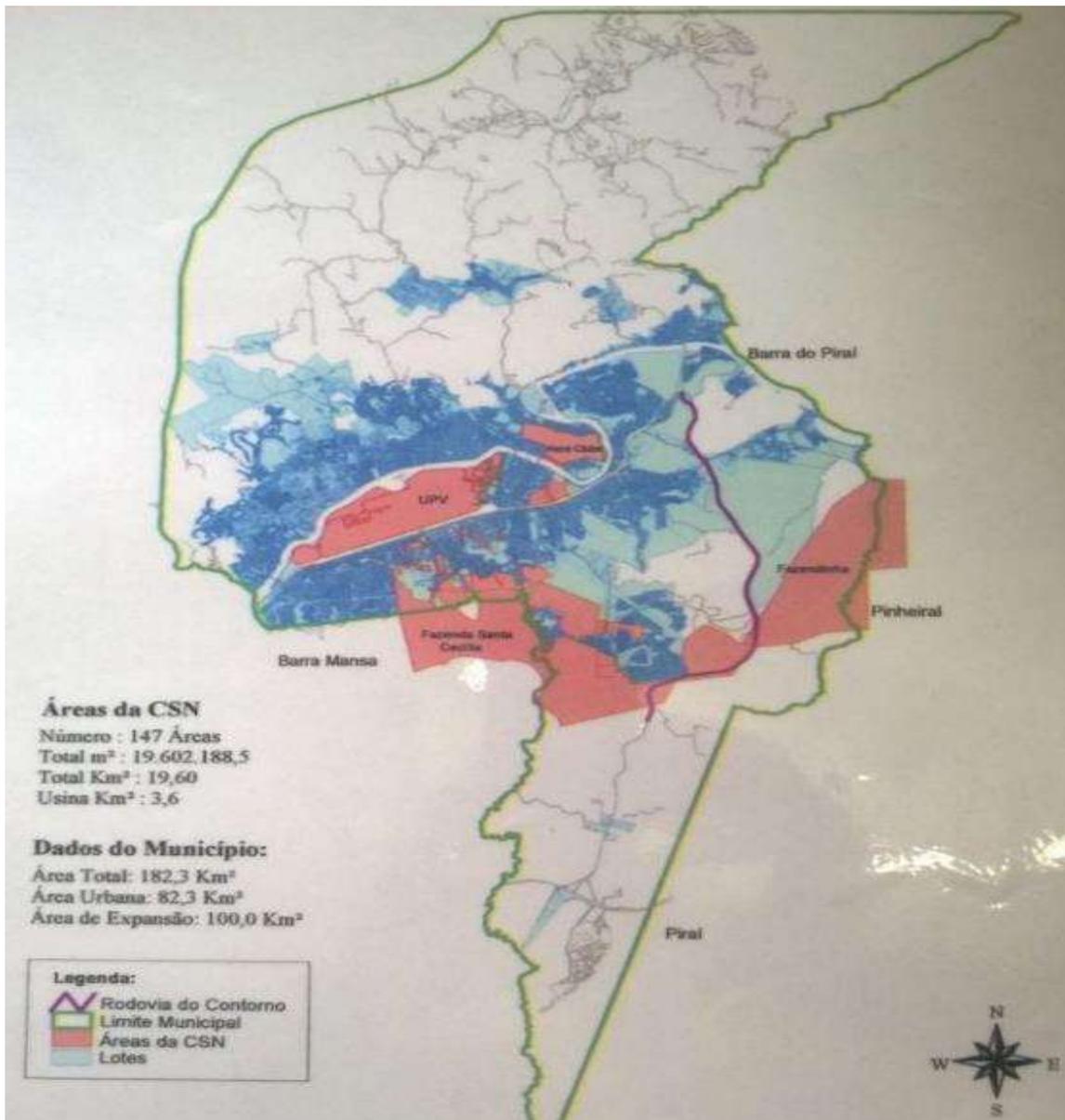
Fonte: Fundação CIDE e TCE, 2007a, p. 17. Sem escala.

E assim, ocorreu o esgotamento da vila operária até suas últimas consequências e perda de grandes destaques, daquilo que seria o monumento-síntese do projeto de Vargas acompanhado da construção de um homem, e de uma harmonia entre as instituições. A montagem de aparências e funções em comunhão ambiental entre as estruturas ao longo do tempo se transformou, com a substituição das formas velhas por novas e impondo através dessas novas configurações uma certa seletividade espacial explícita na paisagem; que potencializa para uma reflexão crítica sobre a produção do espaço social na cidade.

A integração entre siderúrgica e cidade, presentes numa cidade indústria, podem ser constatadas quando analisamos as disputas entre as propriedades pertencentes a Usina e o município, pois tais concentrações territoriais fazem com que a empresa determine e/ou realize atividades em dissonância com os interesses públicos, sociais e ambientais; em prol do econômico. Sendo assim, revela-nos uma abordagem agressiva e insustentável de uma cidade-empresa, no qual a lógica é meramente empresarial, no qual poderemos discorrer no próximo subcapítulo.

Que se destaque a área da Cicuta como uma área estratégica, para além de um interesse imobiliário, uma “reserva territorial”, mas também uma função de uma nova fronteira de expansão urbana, no qual a mata da Cicuta, próximo à sede da fazenda Santa Cecília, um enclave entre morros, torna-se um marco, na disputa entre residências e pastos, e o direito de legitimidade de sua gestão (figura 10).

Figura 10: Áreas de propriedade da CSN em Volta Redonda.



Fonte: aQui, 2016 .

## **CAPÍTULO 2 – Floresta da Cicuta: uma área verde numa cidade industrial “insustentável”**

Nos dias atuais, a população da cidade de Volta Redonda, ao queixar-se dos impactos ambientais causados pela siderúrgica, costumeiramente se conforma com o quadro crítico de poluição. Há um discurso difundido pelo senso comum de que a cidade é posterior a usina e que os próprios moradores se colocaram nesta situação. Vale lembrar que Volta Redonda foi projetada para ser uma cidade industrial e que cidade e siderúrgica sempre estiveram unidas. Assim, tais questões devem ser refletidas e questionadas, contrariando a concepção criada de uma promessa de vida saudável, que não se concretizou perante as possibilidades apresentadas entre a natureza e a produção siderúrgica.

Como foi apresentada, a promessa de equilíbrio ambiental tornou-se falaciosa, e a cidade urbanisticamente harmoniosa também não se realizou. Os morros preservados para reflorestamento – com exceção ao bairro Laranjal, que deveria ser a única urbanização presente nas encostas – não se tornaram realidade. De fato, no projeto original essa era a proposta, mas que, eventualmente, não foi cumprida pela Comissão do Plano Siderúrgico Nacional. Resultado da sua incapacidade de cumprir com a questão habitacional, que fora utilizada para seduzir a mão de obra para a cidade-industrial e que foram superadas também pela presença crescente de bairros fora do plano original, que nasciam carentes em infraestruturas resultantes do esgotamento das áreas planas de uma cidade “entre encostas”. A Floresta da Cicuta é a perpetuação de uma área verde que resiste em uma cidade insustentável.

Torna-se oportuno perceber os impactos econômico-ambientais de uma indústria siderúrgica nas áreas imediatas da cidade e as consequências destes processos. Por fim, fica impensável nesta pesquisa compreender a mata da Cicuta desconexa da CSN e da cidade de Volta Redonda como fruto/resultado desta inter-relação.

### **2.1. As heranças ambientais de uma Cidade Siderúrgica**

A usina siderúrgica é responsável por índices alarmantes de poluição: hídrica, atmosférica, sonora e do solo, grafite em suspensão (chuva de prata), aterros de lixo industrial que são agravadas por uma topografia de vale (e próximo a corpos hídricos), que dificulta a circulação dos ventos e consequentemente uma maior dissipação desses poluentes como a referida Volta Redonda e sua característica de mares e morros. Como alternativa, foi apresentado em 1975, o projeto de uma floresta urbana, a Cicuta:

O único plano elaborado pela ADESG e o PEDI-VR, de 1975 previam a criação de uma Companhia de Reflorestamento de Volta Redonda. A mata da cicuta, ao sul da cidade, é o único bosque significativo preservado no município, estendendo-se para o território da cidade de Barra Mansa. (LOPES, 1993, p. 111)

Diante de um novo cenário nacional e internacional, com novos discursos e a relevância das questões ambientais, há um esforço de aproximação pós-rompimento, que atualmente é de grande interesse para as duas partes (empresa e cidade). A tentativa é de reconstrução da cidade do aço e recuperação de seu orgulho, com a PPP (parceria público-privada) entre cidade e usina, com a equiparação de sua dívida com o município convertida em obras e investimentos, através do traçado Plano 2000. De fato, *é uma revalorização da cidade ou um conjunto de medidas de adesão e transição ao neoliberalismo?*

Podemos concluir com uma bela reflexão de Lopes:

Volta Redonda é, desde sua gênese, fruto de uma ação externa, na qual a cidade é prisioneira da usina e de seus elos com uma estrutura de produção do espaço social que está globalizado. [...] É uma afirmação inequívoca de poder da empresa perante a cidade. O lugar no espaço tende a ser o lugar no poder. [...] Sempre que exacerbam as fricções entre as possibilidades oferecidas pela forma urbana e as carências do mundo real, a cidade responde com insurreição à lógica dos seus atributos (LOPES, 1998, p. 212-214).

De antemão, o desenvolvimento sustentável é contraditório em sua concepção (OLIVEIRA, 2019), com isso, apresenta uma face, não dicotômica, mas intrínseca a uma espécie de capitalismo verde, que é o seu modelo insuportável, presente nas mazelas destas relações do modo de produção capitalista, pois a insustentabilidade se apresenta no: urbano, na política e na economia. Desta maneira, trataremos nesse subcapítulo, da estreita relação da CSN e a cidade Volta Redonda, numa relação indissociável que apresentam marcas e que as deixam visíveis na paisagem da cidade do aço, bem como uma relação muito conflituosa e delicada no qual a exaustão das relações é destacada, sejam elas sociais ou ambientais.

O modelo de desenvolvimento apresentado pelo Relatório Brundtland nos denuncia a insustentabilidade, que de maneiras práticas não são supridas pelo “Nosso Futuro Comum”, e que nos deixam com mais dúvidas e questões do que soluções. Desta maneira, o quadro atual não altera o progressivo empobrecimento de parcelas expressivas da população mundial: “Muitas das atuais tendências de desenvolvimento resultam em um número cada vez maior de pessoas pobres e vulneráveis, além de causarem danos ao meio ambiente” (BRUNDTLAND, 1988, p.4). “Há hoje no atando um número maior de pessoas famintas do que jamais houve na história da humanidade. Dentro dos países a pobreza foi exacerbada pela distribuição desigual da terra e de outros bens” (BRUNDTLAND, 1988, p. 31).

Dentre estas questões, também é nossa intenção apontar os exemplos da insustentabilidade já previamente apontada e entendida aqui como uma relação conflituosa em que a natureza estafada, resulta em práticas que levam a cidade a extrapolar seus limites e suas políticas públicas, e continuamente o suporte tecnológico da Companhia Siderúrgica Nacional.

Identificamos em Volta Redonda o severo impacto socioambiental de um dos empreendimentos mais poluidores, que causam fortes e irreversíveis danos ao meio ambiente. A insustentabilidade entendida aqui presente na cidade de Volta Redonda é essencialmente do modo de produção que se instalou em sua plenitude, e que demonstra que a segregação territorial de Volta Redonda, planejada e sobre a égide de um pensar empresarial, extravasou os aspectos sociais e econômicos da cidade (OLIVEIRA, 2006).

A problemática que abordaremos a seguir é um reflexo da interação de uma cidade-empresa, como também, os exemplos da insustentabilidade entendida aqui como uma relação conflituosa em que a natureza exaurida resulta em práticas que levam a cidade a extrapolar seus limites e suas políticas públicas. Continuadamente no suporte tecnológico da Companhia Siderúrgica Nacional, para suprir e/ou compensar os impactos, danos ambientais.

Para elucidarmos, apresentamos a inconsistência do desenvolvimento/crescimento econômico perante as questões sociais e ambientais que se exemplificam pela paisagem da cidade, tais como problemáticas atmosféricas, hídricas e do solo. Neste primeiro momento as afirmativas podem ser exemplificadas no bairro Volta Grande IV que é categorizado como um

conjunto de erros e que demonstra a falha dos órgãos públicos responsáveis pela gestão ambiental. O maior exemplo está na permissão de funcionamento de um depósito de resíduos industriais sem licença de operação (SILVA, 2017).

O Bairro Volta Grande IV nasceu de um terreno doado pela CSN no ano de 1995, na margem direita do rio Paraíba do Sul, onde foi construído um complexo habitacional pelo Sindicato dos Metalúrgicos. Foi entregue aos moradores no ano de 1999, numa área limdeira a um depósito até hoje existente de resíduo proveniente da atividade siderúrgica, e em uso pela usina. O terreno onde se encontram as habitações foi utilizado pela CSN entre 1986 a 1999 como um depósito de resíduos industriais perigosos e já nos primeiros anos começaram a externar os problemas, com aparecimento de rachaduras, líquidos com odores no solo das casas e do condomínio (SILVA, 2017).

O depósito (figura 11) é composto de resíduos provenientes das atividades industriais da usina, tais como: borras ácidas, provenientes do processo carboquímico de separação do óleo BTX nos componentes benzeno, tolueno e xileno; pilhas de solo contaminado como óleo e alcatrão; resíduos laboratoriais; material plástico contaminado por cromo e resíduos de tubulação de gás de coqueria (MPF, 2012).

**Figura 11: Fotografia da "Montanha" de escória ao fundo, fazendo parte da paisagem do Bairro Volta Grande IV.**



Fonte: Silva, 2016.

Reafirmamos e nos questionamos: *que desenvolvimento é esse?* Um modelo onde os prejuízos socioambientais causados pela ação industrial podem influenciar diretamente no território e revelar as características do crescimento econômico, e suas relações de poder que transformam e influenciam as espacialidades, em particular a do bairro Volta Grande IV – que utilizamos para exemplificar nossa explicação. Concomitante a isso, deve-se destacar a perigosa exposição de seus moradores a resíduos químicos presentes no solo, e que

(in)consequentemente por não ser um fato isolado, nos revela um modelo incoerente e desarticulado no qual entende-se para ser dissertado neste subcapítulo.

Podemos conferir a seguir (figura 12) uma imagem aérea do Bairro Volta Grande IV, que está demarcado de amarelo, onde sua configuração é formada por diversos condomínios, e sendo vizinho do Bairro Volta Grande III. Ao observamos a Figura a seguir podemos verificar as áreas que foram diretamente afetadas: a área em laranja, é a célula de resíduo da CSN; em roxo foi encontrado resíduo no subsolo; já na área vermelha foi comprovada a contaminação; segundo dados do Instituto Estadual do Ambiente – INEA. Analisamos também, o depósito de escória (rejeito da atividade siderúrgica), visível compondo a paisagem do bairro, e que alarma aos olhos (visível na figura 11). Dito isto, toda essa insustentabilidade encontra-se na margem direita do rio Paraíba do Sul, com graves riscos a esse corpo hídrico.

**Figura 12: Condomínio Volta Grande IV e a área contaminada – Volta Redonda/RJ**



Fonte: INEA. Sem escala. <<https://www.inea.rj.gov.br/Portal/index.htm>>. Acesso janeiro de 2016.

Devido às pressões impostas pelo Ministério Público, onde determinava a remoção de 750 famílias dos locais contaminados e indenizações às famílias, a CSN se comprometeu a realizar a assinatura de um TAC (Termo de Ajuste de Conduta). A empresa assumiu o compromisso de realizar estudos nas áreas contaminadas, com monitoramento, controle destas áreas, fechamentos de poços, impermeabilização de áreas com grandes concentrações de

produtos químicos, colocação de avisos de alerta a saúde em contato com o solo, água e plantações (SILVA, 2016).

Diante das questões abordadas, a empresa nega qualquer tipo de constatação de danos à saúde dos moradores, mesmo o local tendo sido um depósito de lixo industrial, pois alega não ter nenhuma ligação de doenças desenvolvidas pelas populações relatadas e levantados, no qual a empresa considera precipitada e contrária as medidas tomadas pelo MP. Contudo, o MP foi contrário a medida da empresa, alegando ineficácia, não acrescentando nada para solucionar o problema dos moradores do bairro, acreditando como medida imediata a remoção dos moradores mediante a um pagamento de aluguel e multa por responsabilidade da usina.

**Figura 13: Uma das entradas dos condomínios Volta Grande IV, com placas de aviso sobre perigo de uso do solo.**



Fonte: Silva, 2016.

Atualmente, podemos contabilizar 2.200 moradores que vivem nesta situação complicada e de indecisão, pois a empresa atualmente reconhece que a área é contaminada, porém alega que a atenção deve recair sobre a limitação ao contato com as águas subterrâneas e cultivo de hortaliças e que de maneira geral não há riscos, porque a contaminação encontra-se a um metro abaixo da superfície pavimentada. Porém, de acordo com o Ministério Público, a usina contratou no ano de 2012 um estudo independente onde detectou graves contaminações e exposição a risco da população do bairro, mas não adotou medidas mitigadoras e efetivas remediações (SILVA, 2016). E podemos ver, até os dias atuais, o impasse nessa área e a todos

os impactos socioambientais provocados pela empresa, que demonstra a dissonância em seu discurso de compromisso socioambiental.

Os impactos no Bairro Volta Grande IV são resultantes de danos ambientais causados pela CSN no período de 1986 a 1999, através de um depósito com materiais industriais perigosos, sem a adoção de medidas reguladoras e mitigadoras; o depósito é composto de resíduos provenientes das atividades industriais da usina, tais como: borras ácidas, provenientes do processo carboquímico de separação do óleo BTX nos componentes benzeno, tolueno e xileno; pilhas de solo contaminado como óleo e alcatrão; resíduos laboratoriais; material plástico contaminado por cromo e resíduos de tubulação de gás de coqueria (MPF, 2012).

As áreas foram divididas em duas células e períodos de aporte de resíduos: CÉLULA 1, depósito que recebeu durante o período de 1986 a 1995, cerca de 3500 m<sup>3</sup> de resíduos gerados pela CSN como, borras ácidas (1750 m<sup>3</sup>), borras de alcatrão (1400m<sup>3</sup>) e borras oleosas (350 m<sup>3</sup>); já a CÉLULA 2, do mesmo depósito, recebeu, durante o período de 1995 a 1999, cerca de 3200 m<sup>3</sup> de resíduos gerados pela CSN, como 880m<sup>3</sup> de lama da ETEQ (Estação de Tratamento de Efluentes Químicos da UPV), 800 m<sup>3</sup> de borras de alcatrão, 480 m<sup>3</sup> de borras ácidas, 416 m<sup>3</sup> de borras oleosas, 320 m<sup>3</sup> de resíduos da coqueiras, 176 m<sup>3</sup> de solo contaminado, 96 m<sup>3</sup> de materiais plásticos contaminados com cromo e 32 m<sup>3</sup> de resíduos laboratoriais (MPF, 2012).

O depósito instalado com licença ambiental vigente a época – L.I/FEEMA nº 068/85 –, não foi autorizado pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA), e por não atendimento das normas necessárias pela CSN; pela pressão exercida da comunidade afetada que se posicionava contrária ao aterro; e pela sugestão realizada por técnico da FEEMA para que fosse realizado um novo projeto de aterro, com a apresentação de EIA/RIMA (Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto Ambiental), nos moldes do então preconizados pela Resolução CONAMA 01 de 23.01.1986 (tendo em vista seu advento durante o trâmite do processo). E de acordo com o MPF, é *“certo é que a CSN instalou depósito de resíduos perigosos de forma ilegal, seja por não possuir L.I, seja por infringir as condicionantes nela inseridas, das quais tinha plena ciência”* (MPF, 2012 p. 4).

Diante dos estudos já realizados pelo MPF, concluiu-se que a existência de componentes de “alto grau de carcinogenicidade e toxicidade”, e que medidas mitigadoras precisam ser feitas; pois há efetivo risco a saúde humana para os moradores do bairro, em principal nas áreas da divisa entre as células de aterros, que são entre as ruas 140 e 180, na divisa com o pátio de escória (MPF, 2012, p 14). A CSN firmou um TAC no qual deve monitorar as células através das instalações dos poços nestas localidades, pois já no ano de 2000 detectou-se a contaminação das águas dos poços e através de estudos realizados pela empresa Hidroplan (Hidrologia e Planejamento Ambiental S/C Ltda) identificou o vazamento de resíduos como: naftaleno, BTEX (benzeno, tolueno, etilbenzeno e xileno), chumbo e cádmio, ocasionados pela falha na tubulação de drenagem das células para o poço percolado (MPF, 2012, p 5).

O Rio Paraíba do Sul, foi uma grande vítima de atividades altamente poluidoras e de formas irregulares e não licenciada, ocasionadas por poluições no subsolo, águas subterrâneas, que tem seu escoamento diretamente para o rio. Desta forma, foi detectado deposição de material contaminado na área onde foram construídas diversas habitações e áreas de lazer, cujo resultado, também pode ser detectado no aparecimento de resíduos de cor escura e roxa, e tais estudos foram realizados pela Nickol entre os dias 30 de maio a 30 de setembro de 2011 (MPF, 2012). Os resíduos identificados principalmente como PAHs, PCB, concentrações elevadas de alguns metais (cromo total e chumbo), como também, substâncias aromáticas (BTEX): resíduos de cor escura, PCB, metais (antimônio, bário, cádmio, chumbo e altas concentrações de cromo total); já os resíduos de cor roxa, são provenientes das atividades siderúrgicas (MPF, 2012, p 40).

O possível reflexo dessas contaminações são apresentados nos estudos epidemiológicos realizado pela Prefeitura Municipal de Volta Redonda no ano de 2004, nas proximidades do

depósito, que indicaram uma incidência considerável de “abortos e leucopenia na população residente neste condomínio”. Independentemente deste fato ser confirmado, a ligação entre a patologia e o depósito de resíduos, sugere a atuação direta e preventiva dos órgãos públicos e da CSN, para que sejam tomadas medidas mitigadoras (MPF: 2012 p 41).

Outro fator que merece destaque foi a constatação da existência de outras áreas contaminadas, próximos a outros conjuntos habitacionais ao redor de uma rodovia recém-construída, cujo terreno encontra-se sobre depósitos de lixo tóxico produzidos pela própria CSN. De acordo com Brígida et. al. (2014), além da área interna da usina, existem aterros externos, como: Marcia I, Márcia II, Márcia III e Wandir, sendo este último o maior deles. Todos estes depósitos de materiais industriais são clandestinos e de classe 1, o de maior risco. Foram descobertos ao acaso, por operários na construção da Rodovia que ao escavarem, passaram mal e alguns vieram a perder a consciência. Para termos uma ideia da quantidade depositada de lixo industrial, de acordo com cálculos da siderúrgica, para “*retirar todo o material apenas do Márcia I seriam necessários 100 caminhões por dia, durante dois anos*”; já o MPF e INEA cobram a remoção imediata do material para que não ocorra riscos a saúde humana e ao meio ambiente, porém tais questões correm em sigilo pelos órgãos envolvidos (GOMIDE, 2012).

Deve-se destacar que o Márcia I contém 540 mil toneladas de resíduos carboquímicos e oleosos misturados com escória, com um grande poder de contaminação por conta da existência de material organofosforado (possui grande odor, semelhante a enxofre). A topografia do terreno possibilitou a existência destes aterros clandestinos, pois não são visíveis, devido o depósito estar no fundo dos vales e a vegetação disfarçar o aterro. Contudo, no dia 20 de janeiro foi publicado um pequeno edital, no qual é informado uma apresentação no INEA o EIA/RIMA de um novo aterro industrial de resíduos Classe II, tal pedido – realizado em 2016 – de um novo aterro tramita no órgão estadual, ainda sem respostas. O novo depósito tem previsão de localizar-se entre a rodovia do contorno e próximo a cidade de Pinheiral e aos depósitos clandestinos supracitados, receberão os resíduos de lama da Estação de Tratamento Biológico da CSN, lama do Alto Forno, da Aciaria, da Laminação de Tiras a Quente e da Estação de Tratamento de Esgotos da Aços Longos. A previsão é que a empresa ainda utilize o aterro para o despejo de entulhos de construção de pequenas obras executadas dentro da UPV, com a previsão de 250 mil toneladas/ano de dejetos (aQui, 2016).

Já no que se refere às questões atmosféricas é algo muito explícito e pode causar estranheza para pessoas que visitam a cidade de Volta Redonda, porém já é algo corriqueiro e faz presença no cotidiano dos cidadãos (ver: figura 14), através da conhecida “chuva de prata”, que na cidade é conhecida como “pó preto”, que verdadeiramente é o grafite em suspensão que vão se depositando pelo solo, ruas, quintais das casas dos moradores, como também; provocando alergias, problemas respiratórios, dermatológicos etc.

Atualmente, a CSN possui três Estações de Monitoramentos Automáticas, presentes no Bairro Vila Santa Cecília (no qual há um painel que apresenta a qualidade do ar dos bairros de Volta Redonda), Retiro e Belmonte; além de cinco estações convencionais. Tais problemas com o “pó preto” se agravam pela geografia local, que favorece a concentração da poluição e que são intensificadas em tempos secos e amenizadas em períodos chuvosos.

Todos os bairros lindeiros à CSN sofrem com a “chuva de prata”, nos quais moradores denunciam tais transtornos frequentemente, com prejuízo a saúde humana e o seu bem-estar. O simples fato de não ser possível deixar suas roupas nos varais lhe são negados, devido ao risco de sujá-las. As janelas devem permanecer fechadas, e os quintais, plantas, piscinas etc, ficam cobertas de “pó preto”, que um simples ímã denuncia a origem do material pelo simples fato da atração dos metais em pequenas granulometrias que demonstra não se tratar de uma fuligem, mas sim, de grafite proveniente da atividade siderúrgica.

**Figura 14: Poeira por Volta Redonda, com o pó preto da CSN se espalhando pela cidade**



Fonte: Foco Regional, 2018.

Identificamos em Volta Redonda o severo impacto socioambiental de um dos empreendimentos mais poluidores (siderúrgica), que causam fortes e irreversíveis danos ao ambiente. A insustentabilidade entendida aqui, presente na cidade de Volta Redonda é essencialmente do modo de produção que se instalou em sua plenitude e que demonstra que a segregação territorial de Volta Redonda, planejada e sobre a égide de um pensar empresarial que extravasa os aspectos sociais, econômicos e ambientais da cidade, apresentam toda sua face desconexas entre estes interesses, em discordância com o seu discurso, práticas e ações.

## **2.2. A Floresta da Cicuta: características de uma área verde urbana**

A ARIE Floresta da Cicuta é uma área delimitada no interior da Fazenda Santa Cecília, composta atualmente por Zona de Proteção e Zona de Recuperação que constituem a Unidade de Conservação que atualmente possui 131,28 hectares, além disso, encontra-se também a Zona de Amortecimento totalizando 1.725 hectares compostas em sua maioria pela fazenda na qual faz parte, mas também por propriedades vizinhas. A Cicuta, para além de suas riquezas naturais, é um refúgio da fauna e flora, que encontraram ali um pequeno fragmento isolado entre as áreas urbanas conurbadas Volta Redonda e Barra Mansa, como também “mares de morros” descampados/desmatados com pastos destinados a agropecuária, características marcantes na região. A ARIE Floresta da Cicuta está situada entre as Serras do Mar e da Mantiqueira, mais precisamente na vertente interiorana dos contrafortes da Serra do Mar, no trecho inferior do Médio Vale do Paraíba Fluminense.

Antes de mais nada, destaca-se a origem pitoresca do nome da Floresta da Cicuta, uma vez que o nome cicuta é mais conhecido por designar uma erva Apiacea (tais como: *C. maculata*, *C. douglassi* e *C. virosa*, dentre outras), e como característica dessa originalmente da

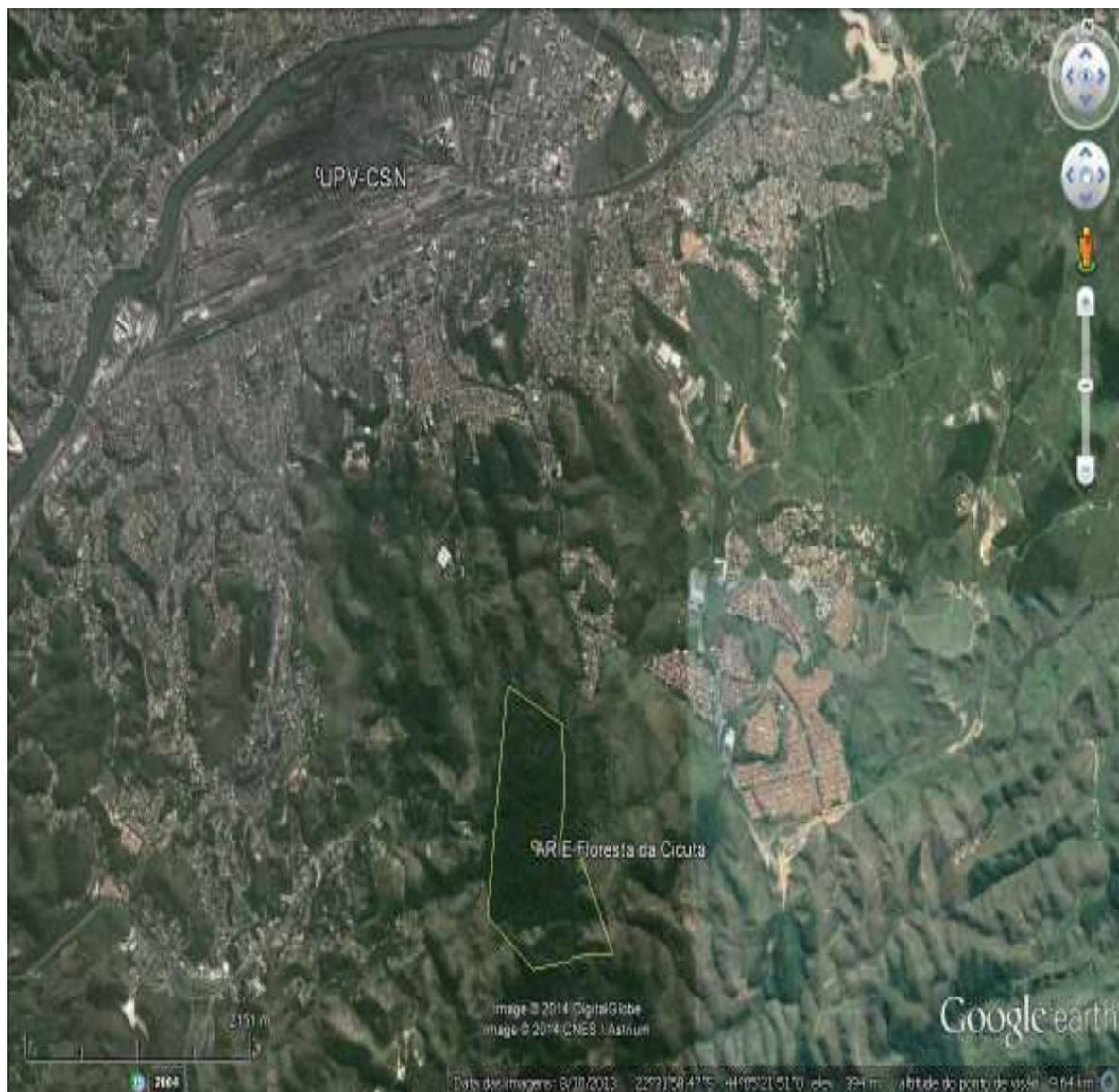
América do Norte e Europa, não existente no Brasil de forma natural. Destacam-se várias espécies do gênero *Cicuta*, que faz do seu nome reconhecido por sua característica extremamente venenosa. Desta maneira, atribui-se o nome da Reserva a existência de uma pequena planta aquática (*Lymnobium laevigatum*) da família Hydrocharitaceae, que vulgarmente ficou conhecida como “cicuta” pelos habitantes locais e fez com que o nome *Cicuta* estendesse a toda a floresta, fato que teve origem nos anos 1940 (BIDEGAIN, 2001).

A Floresta da *Cicuta* esteve aberta ao público desde a década de 1940, quando a fazenda Santa Cecília foi desapropriada para as instalações de um projeto Siderúrgico arrojado e inovador no país, com um complexo siderúrgico e a construção de uma cidade operária, voltada e planejada para o trabalho com horários e lazeres definidos, orientados e padronizados para essa nova população. A partir da década de 1970, a área foi fechada ao público pela própria proprietária (CSN), alegando preservar o ambiente, mas anos depois a área foi utilizada pelo exército para a realização de manobras militares, que impactou a biota local, com a utilização de automóveis nas trilhas e que deixou pela floresta resquícios da presença militar com os artefatos bélicos encontrados, como também: latas, plásticos e cordas. Após tais danos causados, foi necessário um período de recuperação que se encontra em processo até os dias atuais (ICMBio, 2016).

Com o Advento do novo milênio, a *Cicuta* foi reaberta para o público e tal permissão para visitação perdurou entre 2000 a 2003, em uma parceria entre a Fundação CSN para o Desenvolvimento Social e a Construção da Cidadania com o Fundo Brasileiro de Biodiversidade (FUNBIO), sem o conhecimento do IBAMA, que até esse período era o órgão gestor da Unidade de Conservação (UC). Tal parceria entre FUNBIO e Fundação CSN, não durou muito tempo devido à falta de cumprimento de atividades no plano de trabalho por parte do FUNBIO, como também, descumprimentos e ocorrências de crimes ambientais (ICMBio, 2016). Os acontecimentos dos anos anteriores despertaram um olhar mais sensível para *Cicuta*, até que em 13 de março de 2007, através da Portaria nº19, o IBAMA criou o Conselho Consultivo da ARIE, representado pelo Poderes Públicos Municipais (Volta Redonda e Barra Mansa), entidades e organizações não governamentais.

O mesmo ano de 2007, em 28 de agosto, com o objetivo de executar as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a Lei 11.516 criou-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), cabendo-lhe o papel de propor, implantar, gerir, fiscalizar, proteger, executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação Federais. A partir desse momento a gestão da unidade de conservação é realizado pela força do Termo de Compromisso n.º 001/2008 firmado entre o ICMBio e a CSN. A floresta da *Cicuta*, presente na borda urbana, que conhecemos atualmente como ARIE (Ária de Relevante Interesse Ecológico) Floresta da *Cicuta*, foi criada, através do Decreto Federal nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, em uma unidade de conservação dentro da Fazenda Santa Cecília, que até então era terra pública, pertencente a siderúrgica (figura 15). Em 1993, a fazenda foi privatizada e a floresta passou a ser área particular – como as demais áreas pertencentes à CSN Estatal que passaram por privatização. A floresta continuou com a gestão e administração do poder público e atualmente está a cargo do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade) a partir da criação deste órgão em 2007 (ICMBio, 2018).

**Figura 15: ARIE Floresta da Cicuta, para além dos morros, na “cidade satélite” do plano siderúrgico**



Fonte: ICMBio,2016.

O crescimento urbano representado na imagem anterior nos revela os efeitos e os impactos da indústria na região, com a UPV (Usina Presidente Vargas-CSN) como o epicentro das transformações espaciais na região, e Volta Redonda obteve sua expansão mediante um projeto urbanístico, que pretendia não ser contínuo devido à presença de morros que serviriam para concentrar a presença de reflorestamento e uma barreira natural da Vila Operária ao lado do Verde – um minimizador da poluição produzida pela siderúrgica – e para além dos morros a presença de uma Cidade Satélite (cidade Satélite da Cicuta) sem as marcas vívidas da indústria em sua paisagem, mas que pretendia ser mais uma nova frente estratégica de crescimento/expansão urbano e industrial.

Trata-se assim, de uma área belíssima e riquíssima com inúmeras trilhas, conforme foi possível constatar em nosso trabalho de campo na ARIE Floresta da Cicuta, quando realizamos os seguintes registros:

**Figura 16: Visão da figueira centenária – Trilha da Figueira.**



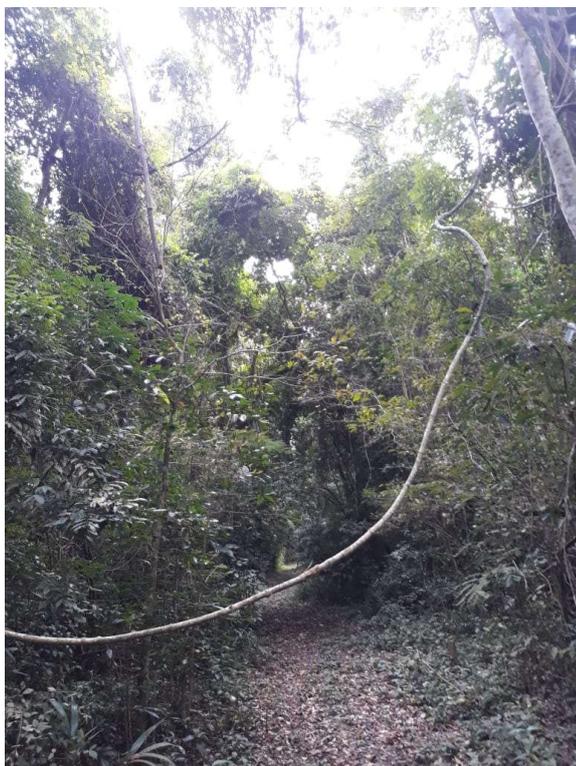
Fonte: Acervo do autor, 2019.

**Figura 17: Dimensão da imponência da figueira centenária – Trilha da Figueira**



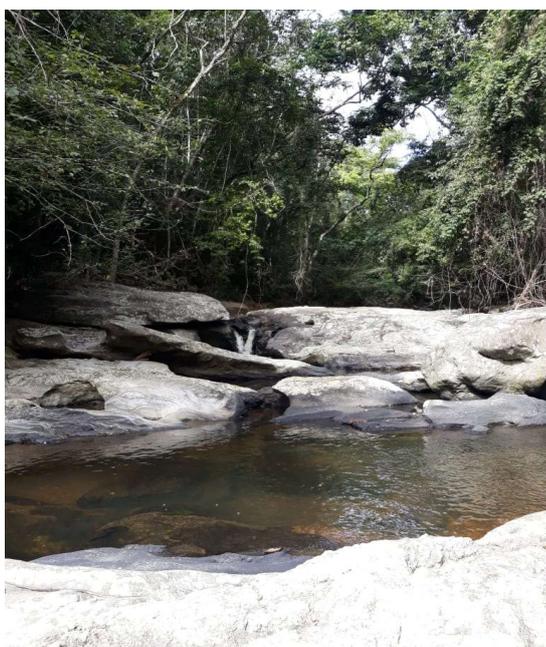
Fonte: Acervo do autor, 2019.

**Figura 18: Trilha da ARIE Floresta da Cicuta - Perpassa pela Trilha da Figueira e segue pela borda da ARIE Floresta da Cicuta até a cachoeira do rio Brandão.**



Fonte: acervo do autor, 2019.

**Figura 19: Fim da trilha, com vista para a cachoeira do Rio Brandão.**



Fonte: Acervo do autor, 2019.

**Figura 20: Alto da cachoeira do Rio Brandão  
Com visão para a chegada da trilha.**



Fonte: Acervo do autor, 2019.

No entorno da ARIE Floresta da Cicuta, nas terras da fazenda Santa Cecília, as propriedades limítrofes possuem atividades pecuárias que impactam diretamente e ameaçam a Floresta. Atualmente, a UC é composta por pouco mais de 131 hectares, sua área é um resquício de Mata Atlântica com diversas espécies da fauna e flora, algumas destas espécies encontram-se ameaçadas de extinção, vejamos:

A Arie Floresta da Cicuta foi criada com o objetivo de proteger e conservar um dos últimos remanescentes no estado do Rio de Janeiro do tipo (fisionomia) de Mata Atlântica mais devastado de todo o bioma, a Floresta Estacional Semidecidual, além de servir como refúgio para importantes populações de espécies da fauna e flora regional. Entre as espécies oficialmente ameaçadas de extinção protegidas pela Arie Floresta da Cicuta encontram-se o bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*), o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), a lontra (*Lontra longicaudis*), a gameleira-grande (*Ficus cyclophylla*) e o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) (ICMBio, 2018).

Devemos, neste momento, atentarmos para as categorizações das unidades de conservação, a fim de compreensão e seguimento da leitura em diante. Contudo, para analisarmos as diferentes nomenclaturas e as pautas defendidas pelos agentes envolvidos nessa relação, onde de um lado encontramos os interesses da CSN e do outro os interesses dos órgãos públicos (ICMBio) e a sociedade local.

### 2.3. A Floresta da Cicuta como Área de Relevante Interesse Ecológico

Para entendermos as suas relações conflituosas que envolvem a Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta, que envolvem divergências de interesses econômicos, políticos e sociais, bem como compreender os desafios de um recinto de patrimônio ecológico rico, é necessário analisar as intenções que por vezes nada tem a ver com a preservação ambiental.

Desta maneira, apresentamos as unidades de conservação e suas variadas nomenclaturas, a fim de evitar equívocos e elucidar questões próprias e termos técnicos deste objeto de estudo, que se dividem em dois grupos: Proteção Integral e Uso Sustentável. O primeiro grupo (Proteção Integral):

São aquelas Unidades de Conservação que têm como objetivo básico preservar a natureza, livrando-a, o quanto possível, da interferência humana; nelas, como regra, só se admite o uso indireto dos recursos naturais, isto é, aquele que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição, com exceção dos casos previstos na Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Compreendem as seguintes categorias: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MN) e Refúgio de Vida Silvestre (REVIS). O Instituto Chico Mendes gerencia 146 Unidades de Conservação de Proteção Integral. (ICMBio, 2018)

Já o segundo grupo compreende como (Uso Sustentável):

Aquelas Unidades de Conservação cujo objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais. Elas visam a conciliar a exploração do ambiente com a garantia de perenidade dos recursos naturais renováveis considerando os processos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável. Constituem este grupo as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REFAU), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Ao todo o Instituto Chico Mendes faz gestão de 181 Unidades de Conservação de Uso Sustentável. (ICMBio, 2018)

**Quadro 1: Unidades de Conservação de Proteção Integral (continua)**

<b>Categorias</b>	<b>Abreviação</b>	<b>Definição</b>
Estação Ecológica	(ESEC)	Área que tem como objetivos a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas. Só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, ou seja, apenas a utilização que não envolva consumo, coleta, dano ou destruição destes recursos. É proibida a visitação pública, exceto se com objetivo educacional, conforme definir o Plano de Manejo ou regulamento específico desta categoria de Unidade de Conservação. A pesquisa depende de

Quadro 1. Continuação

		<p>autorização prévia do Instituto Chico Mendes e está sujeita às condições e restrições por ele estabelecidas. A alteração desses ecossistemas só é permitida nos casos de medidas que visem restaurar os ecossistemas por venturas modificadas; o manejo de espécies com a finalidade de preservação da biodiversidade biológica; a coleta de componentes dos ecossistemas com finalidades científicas e a realização de pesquisas científicas.</p>
Reserva Biológica	(REBIO)	<p>Esta categoria de Unidade de Conservação visa à preservação integral da biota e demais atributos naturais, sem interferência humana direta ou modificações ambientais. A exceção fica por conta de medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e de ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e seus processos ecológicos naturais. A visitação pública é proibida, com exceção da de caráter educacional, segundo o definido em Plano de Manejo da unidade. A pesquisa depende de autorização prévia do Instituto Chico Mendes e também está sujeita às condições e restrições por ele estabelecidas.</p>
Parque Nacional	(PARNA)	<p>Os parques nacionais são a mais popular e antiga categoria de Unidades de Conservação. Seu objetivo, segundo a legislação brasileira, é preservar ecossistemas de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, realização de atividades educacionais e de interpretação ambiental, recreação e turismo ecológico, por meio do contato com a natureza. O manejo dos parques, feito pelo Instituto Chico Mendes, leva em consideração a preservação dos ecossistemas naturais, a pesquisa científica, a educação, a recreação e o turismo. O regime de visitação pública é definido no Plano de Manejo da respectiva unidade.</p>

Quadro 1. Continuação

Monumento Natural	(MN)	<p>Categoria de Unidade de Conservação que tem como objetivo básico preservar sítios naturais raros, singulares e/ou de grande beleza cênica. Pode ser constituído por propriedades particulares, desde que haja compatibilidade entre os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais por parte dos proprietários. Se não houver compatibilidade, a área é desapropriada. É permitida visitação aos monumentos naturais, e a pesquisa depende de prévia autorização do Instituto Chico Mendes.</p>
Refúgio de Vida Silvestre	(REVIS)	<p>Estes refúgios surgem com o objetivo de proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória. Eles podem ser constituídos, assim como os monumentos naturais, por áreas particulares, seguindo as mesmas exigências legais.</p>

Fonte: ICMBio, 2018. Adaptação do autor.

**Quadro 2: Unidades de Conservação de Uso Sustentável (continua)**

Categoria	Abreviação	Definição
Área de Proteção Ambiental	(APA)	<p>Área em geral extensa, com certo grau de ocupação humana, com atributos bióticos, abióticos, estéticos ou culturais importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas. As APAs tem como objetivo proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. Cabe ao Instituto Chico Mendes estabelecer as condições para pesquisa e visitação pelo público.</p>
Área de Relevante Interesse Ecológico	(ARIE)	<p>Área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais singulares ou mesmo que abrigam exemplares raros da biota regional. Sua criação visa a manter esses ecossistemas naturais de importância regional ou local, bem como regular o uso admissível destas áreas,</p>

Quadro 2. Continuação

		compatibilizando-o com os objetivos da conservação da natureza.
Floresta Nacional	(FLONA)	Área com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas, criadas com o objetivo básico de uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e pesquisa científica, voltada para a descoberta de métodos de exploração sustentável destas florestas nativas. É permitida a permanência de populações tradicionais que habitam a área, quando de sua criação, conforme determinar o plano de manejo da unidade. A visitação pública é permitida, mas condicionada às normas especificadas no plano de manejo. A pesquisa é permitida e incentivada, sujeitando-se à prévia autorização do Instituto Chico Mendes.
Reserva Extrativista	(RESEX)	Área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte. Sua criação visa a proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, assegurando o uso sustentável dos recursos naturais da unidade. As populações que vivem nessas unidades possuem contrato de concessão de direito real de uso, tendo em vista que a área é de domínio público. A visitação pública é permitida, desde que compatível com os interesses locais e com o disposto no plano de manejo da unidade. A pesquisa é permitida e incentivada, desde que haja prévia autorização do Instituto Chico Mendes.
Reserva de Fauna	(REFAU)	Área natural com populações de animais de espécies nativas, terrestres e aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos faunísticos. A visitação pública é permitida, desde que compatível com o manejo da unidade. É proibida na área a prática da caça amadorística ou profissional. Mas pode haver comercialização dos produtos e subprodutos resultantes das pesquisas, desde que obedçam o disposto na legislação brasileira sobre fauna. O Instituto Chico Mendes ainda não criou

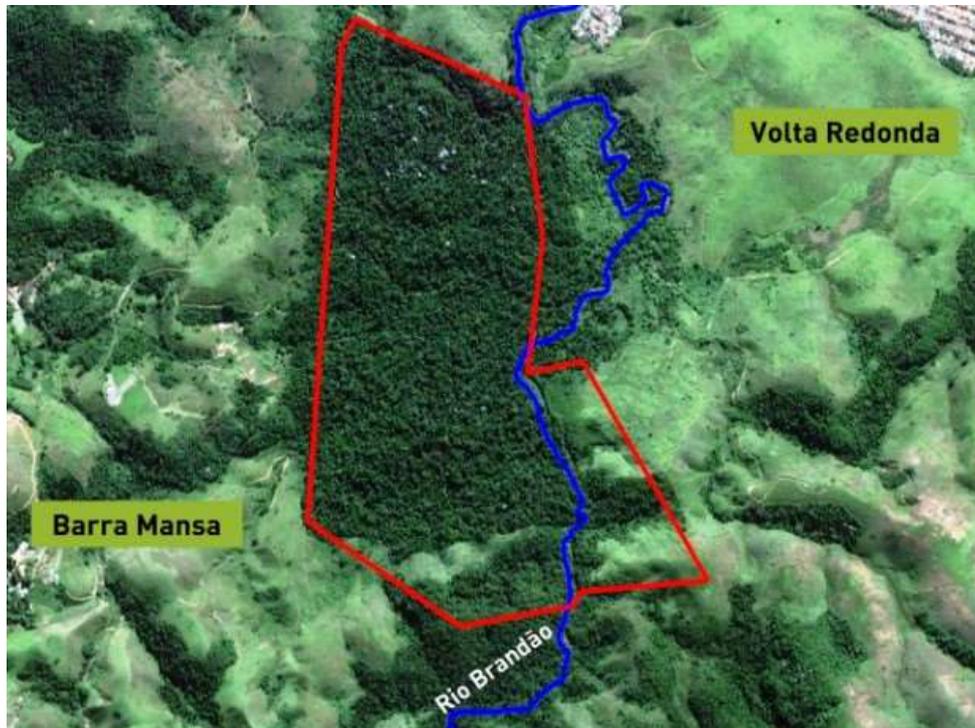
Quadro 2. Continuação

		nenhuma Unidade de Conservação desta categoria.
Reserva de Desenvolvimento Sustentável	(RDS)	Área natural que abriga populações tradicionais, que vivem basicamente em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais. Esta categoria desempenha papel fundamental na proteção da natureza, bem como na manutenção da diversidade biológica. Tal uso é regido, como nas Reservas Extrativistas, por contrato de concessão de direito real de uso, uma vez que a área da RDS é de domínio público
Reserva Particular do Patrimônio Natural	(RPPN)	São Unidades de Conservação instituídas em áreas privadas, gravadas com perpetuidade, com o objetivo de conservar a diversidade biológica ali existente. Com isso, tem-se o engajamento do cidadão na proteção dos ecossistemas brasileiros, dando-lhe incentivo à sua criação, como isenção de impostos. O SNUC especifica que é compatível a conservação da natureza nessas áreas, com o uso sustentável de parcela de seus recursos ambientais renováveis, bem como dos processos ecológicos essenciais, mantendo a biodiversidade e atributos ecológicos. Uso sustentável aqui subentende-se a realização de pesquisa científica e visitação pública com finalidade turística, recreativa e educacional.

Fonte: ICMBio, 2018. Adaptação do autor.

Devemos ressaltar que atualmente a Floresta da Cicuta é uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), no qual, sua proprietária (CSN) pretendeu transformá-la em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), pretendendo com isso se transformar na gestora da UC (Unidade de Conservação) (FAJONE, 2015). Embora, grande parte de sua área esteja presente no município de Barra Mansa, a maior parte de seu processo histórico está indissociável da Fazenda Santa Cecília, local onde é a Floresta, e serviu para a instalação da siderúrgica, que por sua vez foi planejada concomitante a um projeto de cidade (Volta Redonda) (ver figura 16).

**Figura 21: Imagem aérea da ARIE Floresta da Cicuta, com destaque para o Rio Brandão. Este rio é utilizado configura o limite entre os Municípios de Volta Redonda e Barra Mansa**



Fonte: ICMBio, 2016.

De acordo com o plano de manejo, iniciou-se no ano de 2010, em áreas extremamente degradadas a montante da Floresta da Cicuta, um reflorestamento com o objetivo de formar um corredor ecológico para contribuir com o enriquecimento da biodiversidade e do ecossistema, favorecendo o fluxo de populações que se encontram isoladas devido ao fragmento florestal que representa a Floresta Cicuta com os demais.

Ao Sul da ARIE Floresta da Cicuta encontra-se instalada uma linha de Transmissão de Energia Aérea, com potencial de 500 kV, pertencente as Linhas de Taubaté Transmissora de Energia Ltda. Vale ressaltar que tais instalações fazem parte do projeto de reflorestamento nos quais objetivam-se a utilização de árvores nativas de pequeno e médio porte para que não impacte nas linhas de transmissão de energia. Tais medidas contemplam um Termo de Ajustamento de Condutas com realocações de áreas, em compensação a vegetação nativa e reflorestada em sua Zona de Amortecimento (ZA).

A Floresta da antiga fazenda Santa Cecília foi uma das primeiras Áreas de Relevante Interesse Ecológico do Brasil; a ARIE Floresta da Cicuta, completou no ano de 2018, 33 anos de sua criação. Durante esse período temos a presença de um lixão que funcionara a montante da UC, que impacta até a contemporaneidade, tanto na Floresta quanto no perímetro urbano da cidade de Volta Redonda, disseminado pelo Rio Brandão que é afetado diretamente pelo lixo que eventualmente ainda são perceptíveis e encontrados, como a presença do fosso de chorume que contamina o solo e o lençol freático.

Para o funcionamento do depósito de lixo (1987-2012) não foi realizado medidas mitigadoras para reduzir os impactos ao ambiente; desta maneira seu chorume vai para o Rio Brandão sem nenhum tratamento e conseqüentemente percorre o perímetro urbano da cidade planejada pelo projeto urbanístico de Volta Redonda que deságua no Rio Paraíba do Sul, e

arrasta a jusante o símbolo da irresponsabilidade ambiental, em resposta as questões econômicas. A seguir as figuras 22 e 23 ilustrarão as abordagens apresentadas neste parágrafo.

**Figura 22: Lixão desativado de Volta Redonda.**



Fonte: ICMBio, 2016.

**Figura 23: Impactos ambientais do lixão desativado**



Fonte: ICMBio, 2016.

O lixão, hoje desativado, estende seus efeitos pelos usos indevidos e inadequados do solo, sem o devido cuidado, e com isso é encontrado no leito do Rio Brandão lixo de variadas

procedências, como hospitalares. E de forma alarmante o chorume se encontra sem a impermeabilização adequada e faz com que os corpos hídricos encontre as águas do Rio Brandão, tornando-a inapropriada, bem como, a contaminação do lençol freático.

O plano de Manejo realizado pelo ICMBio, administrador da ARIE Floresta da Cicuta, aponta a falta de valorização da população local frente a Cicuta e seu desconhecimento da importância ambiental e dos próprios serviços oferecidos por esta UC. Pois somente após a valorização desta área é que a população poderá sensibilizar-se e mensurar as atividades realizadas nesta área e conseqüentemente compreender como as visitas podem agregar e contribuir para a construção desse processo (ICMBio, 2016).

A falta de integração, prejudica o estreitamento entre a UC e a população local, pois há um número significativo da população das cidades de Volta Redonda e Barra Mansa que desconhecem a Floresta da Cicuta e o ICMBio (fundamentalmente). O próprio ICMBio reconhece os problemas na comunicação, que atualmente fazem parte da realidade local. Por isso, em seu site oficial, nas redes sociais, divulgam-se seus trabalhos e pesquisas.

Indispensavelmente, o ICMBio ressalta e analisa a postura da proprietária (CSN) e a gestora da UC devido a falta de integração entre as instituições que atuam na área; que demonstram certa desconexão entre os agentes. Outro fator de destaque, se faz presente nas emissões de licenças estabelecidas pelo Instituto Estadual do Ambiente (INEA) a empreendimentos localizados em sua Zona de Amortecimento sem a salvaguarda do ICMBio, conforme estabelece a resolução CONAMA nº 428/2010.

A falta de integração também ocorre no interior da UC, que a impactam diretamente. Podemos destacar a linha de Transmissão da Eletrobrás Furnas Centrais Elétricas, Adrianópolis I e II, que levou à supressão de vegetação nativa por ocasião da sua instalação, em 1974 e 1978 respectivamente, fragmentando a floresta, impedindo a passagem de populações, principalmente de primatas, e aumentando intensamente o efeito de borda, e já na contramão deste processo identifica-se a recorrente agressão de espécies invasoras, que desequilibram o ambiente, sejam animais: cães e gado; como plantas (os bambuzais), pois seu crescimento agressivo as tornam invasoras.

Para o analista ambiental da unidade de conservação, Sandro Leonardo Alves, a Arie Floresta da Cicuta encontra-se:

Em seu melhor momento destes 33 anos de existência com a implantação do plano de manejo, a renovação do conselho gestor, diversas pesquisas científicas em desenvolvimento e o Programa de Voluntariado estruturado, ações rotineiras de fiscalização e com um envolvimento da sociedade. Segundo Sandro, ao longo de 2017 a unidade recebeu 565 visitantes. “A unidade de conservação vem cumprindo plenamente com o seu objetivo de conservação da biodiversidade e hoje é reconhecida, tendo se consolidado como um referencial ambiental, cultural e histórico” (ICMBio, 2018)

De acordo com o plano de manejo, do ano de 2016, podemos observar as pesquisas em andamento e que foram concluídas sobre a Floresta da Cicuta e reafirmar nossa justificativa na importância em contribuirmos enquanto Ciência Geográfica para a temática (ICMBio, p. 58-59, 2016):

#### 1- Pesquisas em Andamento:

- Diagnóstico do solo do fragmento de mata atlântica em área urbana”. Mestranda Daniele Rodrigues Barbosa; Universidade Federal Fluminense – UFF;
- Espécies micro-endêmicas de Begonia (Begoniaceae) da Serra do Mar, Brasil. Dr<sup>a</sup> Eliane de Lima Jacques; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ;
- Eco-trilha Cicuta – Trilhas ecológicas interpretativas, inclusivas e virtualmente interativas. André Luiz Vasconcellos Vargas, Bárbara de Fátima Rodrigues Silva, Patrícia Gregório da Silva, Juliana de Moura, Pollyana Rosa dos Santos Martins, Elane Pinto da Silva Caldeira, Marcella da Rocha Paiva; Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro – CEDERJ;
- Vegetação e mecanismos de regeneração natural na Floresta da Cicuta e fragmentos florestais adjacentes nos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa no estado do Rio de Janeiro. Doutorando Maurício Jorge Bueno Faria; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ”

(ICMBio, p. 58, 2016).

#### [2] Pesquisas Finalizadas:

- História da paisagem e estruturas florestais no Médio Vale do Paraíba do Sul, Rio de Janeiro, Brasil”. Gilson Roberto de Souza, Rodrigo Giovanetti Ales e Rogério Ribeiro de Oliveira; Fundação Educacional Rosemar Pimentel – FERP, 2011;
- Aspectos estruturais do ambiente e seus efeitos nas assembléias de formigas em ambientes de florestas e bosques. Thais Alves Miranda, Aline da Silva Santanna, André Barbosa Vargas, Fábio Solto Almeida; Centro Universitário de Volta Redonda – UniFOA, 2012;
- Conservação de morcegos no estado do Rio de Janeiro: como e onde já foram amostrados e que locais merecem atenção. Luciana de Moraes Costa; Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ, 2013”

(ICMBio, p.59, 2016).

As pesquisas geraram artigos científicos que posteriormente foram publicados em revistas especializadas, além de dissertações, teses e apresentações em congressos científicos. Como podemos perceber, os biólogos e ecologistas já reconheceram a importância e o debate que concerne a Floresta da Cicuta, o que não ocorre com outras ciências como a Geografia, que tem em suas diversas categorias de análise do espaço para contribuir de maneira elementar em variadas questões que envolvem a ARIE Floresta da Cicuta.

Atualmente a UC realiza atividades de educação ambiental, prevista na proposta presente em seu plano de manejo como ações desenvolvidas pela ARIE Floresta da Cicuta, tal procedimento ocorre através de palestras ministradas a pedidos de instituições, entidades e escolas. A falta de uma sede próxima a Cicuta é um fator dificultador para as realizações de trabalhos e projetos que buscam a conscientização da população a respeito da UC.

Para a realização das visitas é necessário um agendamento prévio e todas elas são monitoradas e servem para atender instituições de ensino público e privado objetivando o atendimento de aulas de campo (geralmente aos sábados) e, eventualmente, outras entidades e instituições que compõem o Conselho Consultivo e afins. Tais agendamentos são necessários para que o ICMBio local possa agendar juntamente ao visitante o dia e horário, para que seja

disponibilizado funcionários para uma visitação dirigida. Não sendo mais necessário a solicitação de um ofício e liberação da proprietária (CSN) para abrir a UC, seguindo a determinação do MPF, como acontecera. Assim:

“[...] todas as visitas são acompanhadas por pelo menos um membro da equipe da UC e tem a duração de, aproximadamente três horas, incluindo tempo para contemplação e lanche na cachoeira. No início da trilha, é realizada uma breve explanação sobre a importância da biodiversidade da ARIE, destacando-se a importância do silêncio para avistar os animais (principalmente os bugios). Neste momento os visitantes são advertidos a não terem contato com a água contaminada do rio Brandão, devido ao chorume do Aterro Sanitário; são avisados também que o lixo que deve ser levado de volta para o descarte em local apropriado, fora da UC. Como medida de segurança, é informado aos visitantes da necessidade do uso de calça comprida e de sapato fechado (ICMBio, 2016).”

A questão ambiental vem ganhando destaque, e os gestores da UC, ressaltam a necessidade de integração dos fragmentos florestais. Com isso, identifica-se iniciativas interessantes nesta direção, como: o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado em nove de outubro de 2009 pela empresa Queiroz Galvão, visa a compensação ambiental, através do reflorestamento de 40 hectares de Áreas de Proteção Permanente (APP) que acompanha o leito do Rio Brandão na tentativa de preservar e recuperar a mata ciliar deste corpo hídrico. Tal projeto iniciou-se no ano de 2010 pela OSCIP Piratingaúna, responsável pelo reflorestamento que ao longo dos anos realizam-se periódicas visitas, acompanhamentos e levantamentos da situação deste reflorestamento. Dito isto, vejamos no quadro a seguir os projetos de reestruturação florestal.

### Quadro 3: Projetos de Restauração Florestal

<b>Projetos de Restauração Florestal: o objetivo é restabelecer a conectividade dos fragmentos florestais próximos a UC.</b>
Termo de Referência ARIE Cicuta nº 003/2010, Reflorestamento de 40ha – Mata Ciliar, em andamento (Processo 02131.000033/2010-70);
Projeto de Recomposição Florestal na ARIE Floresta da Cicuta na Faixa de Servidão das Linhas Aéreas de Transmissão Elétrica de 500 kV, Cachoeira Paulista – Adrianópolis I e II de, aproximadamente 16 hectares, inserido no Processo ICMBio nº 02131.000004/2012-70;
Termo de Referência ARIE Cicuta nº 001/2013, Reflorestamento de 20 hectares na Zona de Amortecimento da ARIE Floresta da Cicuta, inserido no Processo ICMBio nº 02131.000044/2010-50.
Mapeamento das áreas de pastagens a serem reflorestadas na borda imediata da UC que totalizam 36 hectares.
Mapeamento, a pedido do MPF, da Área de Proteção Permanente (APP) do rio Brandão (30 metros), através de um levantamento dos atuais proprietários das terras banhadas por esse curso, desde a nascente até a ARIE Floresta da Cicuta, a área total possível de ser reflorestada é de 196 hectares.

Fonte: ICMBio, 2016, edição do autor.

A sede encontra-se instalada provisoriamente desde 2009 em uma casa, na rua 18-a, 68, no bairro Vila Santa Cecília, em Volta Redonda, com uma distância de aproximadamente 3 km da ARIE Floresta da Cicuta. Para a sede definitiva, está sendo articulado junto a CSN 02 áreas para possíveis sedes: o campo do Versátil e uma área próxima ao limite nordeste da UC (área a ser restaurada no âmbito de um TAC em construção, contemplada no Termo de Referência ARIE Cicuta nº 001/2013, para o reflorestamento de 20 hectares na Zona de Amortecimento da ARIE Floresta da Cicuta, inserido no Processo ICMBio nº 02131.000044/2010-50). Tais questões até o momento não passam de tratativas.

Tal questão pode parecer não possuir importância, significado ou até ser banal, mas a sede próxima a UC tornaria as ações e os processos mais ágeis, de maneira que reiteramos que a ARIE Floresta da Cicuta preserva toda sua singularidade quando resiste em meio a uma espacialidade que sempre atendeu as questões econômicas exigidas pelos períodos históricos deste país e região, sejam elas: agrícolas e/ou pecuária extensiva, ao período de intensas transformações paisagísticas, espaciais; transformações de suas formas e funções difundidas pela industrialização. Sendo assim, nenhuma questão envolvendo a Cicuta pode ser desconsiderada. Desta maneira, a ARIE Floresta da Cicuta apresenta-se como um refúgio que representa o resquício da mata Atlântica, apresentando-se como o remanescente e representante regional da cobertura original do Vale do Paraíba no qual sua fauna encontra refúgio.

Entre as espécies encontradas e reconhecidamente ameaçadas de extinção, podemos destacar o: Bugio ruivo (*Alouatta clamitans*), o morcego (*Molossops neglectus*) encontrados na UC e na ZA, no qual é o terceiro registro da espécie no estado do Rio de Janeiro. Além da fauna, a flora também encontra-se em refúgio nesta floresta como o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*), jatobá (*Hymenaea courbaril*), e não menos importante, e que deve ser destacada é a figueira centanária (*Ficus cyclophylla*) que batiza o nome da trilha: “Trilha da Figueira”. Destacamos também a seguir as espécies que devemos conhecê-las e compreender a importância deste refúgio pequeno territorialmente, mas gigante em significância regional.

A ARIE Floresta da Cicuta, possui uma razão de ser em sua proposta como uma UC: A missão da ARIE Floresta da Cicuta foi construída durante a Oficina de Planejamento Participativo, buscando estabelecer a sua razão de ser cuja missão “é conservar o importante fragmento da Floresta Estacional Semidecidual, assegurando a interação entre o meio ambiente e a sociedade, possibilitando a educação ambiental e o desenvolvimento de pesquisas”. (ICMBio, 2016, p. 74). Já os objetivos específicos de Manejo, estabelecidos para Cicuta ressalta, o Parágrafo Único do Art. 6º do Decreto de Criação que cita a administração da UC pelo órgão responsável (ICMBio), em articulação com a CSN, ou seja, a gestão conjunta da ARIE. Desta maneira, segue-se o quadro com os objetivos específicos de manejo:

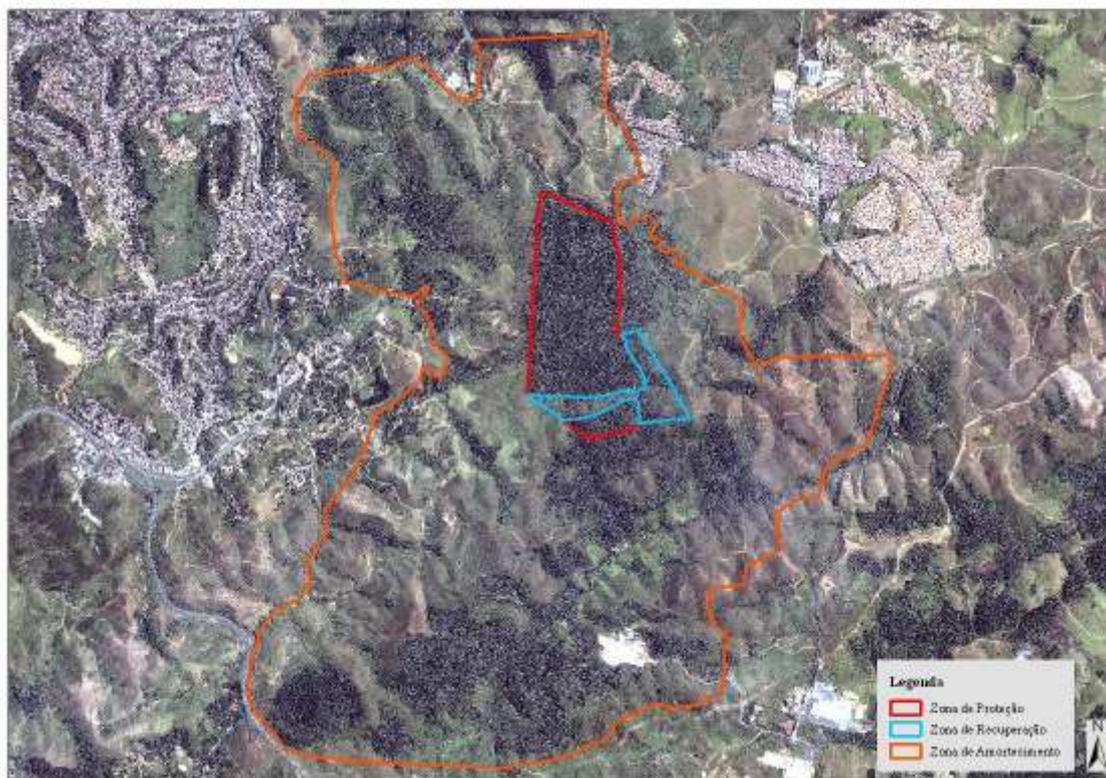
#### Quadro 4: Objetivos Específicos do Manejo da ARIE Floresta da Cicuta

1) Proteger amostra já conhecida e significativa da biota remanescente da Mata Atlântica no médio vale do rio Paraíba do Sul;
2) Proteger espécies raras: <i>Alouatta clamitans</i> (bugio), <i>Molossops neglectus</i> (morcego) e <i>Cariniana legalis</i> (jequitibá-rosa);
3) Proporcionar a integridade dos corpos d’águas ocorrentes dentro dos limites da UC;
4) Garantir o restabelecimento da conectividade entre os fragmentos florestais do entorno;
5) Proporcionar condições de sensibilização da população do entorno para questões ambientais.

Fonte: ICMBio, 2016; adaptação do autor.

Deve-se constar para critério de conhecimento e esclarecimento no corpo desta pesquisa que o Zoneamento<sup>5</sup> estabelecido para a UC, divide-se em três: Zona de Amortecimento (ZA), Zona de Proteção (ZP) e Zona de Recuperação (ZR), mostradas na figura 19, a seguir:

**Figura 24: Zoneamentos referentes a ARIE Floresta da Cicuta.**



Fonte: ICMBio, 2016.

A Zona de Proteção representa cerca de 77% da unidade de Conservação, equivalentes aos 131 hectares da ARIE, que representam áreas naturais ou mesmo áreas que obtiveram o mínimo de intervenção humana. É nesta localidade que são permitidas a ocorrência das principais pesquisas, visitas com baixo impacto, como também, as fiscalizações, proteções com o intuito de proteção das espécies (fauna e flora) ali presentes. A Zona de Proteção guarda também o principal acesso ao interior da ARIE (Trilha Principal), e devemos aqui destacar que o trânsito pelas trilhas deve ocorrer a pé, exceto em casos extremos, diferentemente no período militar que a Cicuta serviu de palco para manobras e treinamentos militares, sendo possível encontrar projéteis e objetos que remetem a este período.

O início da trilha principal é marcado por possibilitar a bela vista da centenária figueira, que para ter acesso é necessário adentrar a Trilha da Figueira, à 50 metros do início da Trilha Principal. Ao final desta trilha, pode-se avistar a cachoeira do Rio Brandão; o total do percurso tem aproximadamente 3,5 km no trajeto de ida e volta.

<sup>5</sup> Entende-se por zoneamento a “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da UC possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz”. De acordo com o Art 2º do SNUC (2000).

Acordando com o que foi exposto até o momento vejamos o quadro a seguir, precedendo os seguintes objetivos: “proteger espécies da fauna e da flora, principalmente as raras, ameaçadas de extinção e endêmicas, possibilitar a pesquisa científica, servir como banco genético. E também, promover a conscientização, a interpretação e a educação ambiental” (ICMBio, p 75, 2016).

**Quadro 5: Normas referentes a Zona de Proteção da ARIE Floresta da Cicuta**

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serão permitidas as atividades que não comprometam a integridade dos recursos naturais;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Será permitida a colocação de infraestrutura, desde que estritamente voltada para o monitoramento, fiscalização e pesquisa científica, mediante autorização, respeitando toda a legislação ambiental aplicável;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Serão permitidas atividades de fiscalização terrestre, de pesquisa e monitoramento somente a pé, na Trilha da Velha e na Trilha Nova;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não será permitido nenhum tipo de intervenção humana, exceto em caso de ações de combate a incêndio;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não será permitido o acesso de veículo, exceto numa situação emergencial;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• É proibido alimentar e molestar animais silvestres;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não serão permitidas atividades competitivas e eventos esportivos ou desportivos como festival, enduro, torneio de esportes de natureza, ciclismo, corrida de aventura, entre outros em que se utilizem veículos de qualquer tipo ou animais como meio de transporte;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Será permitido o acesso ao público visitante apenas na Trilha Principal, para atividades de Visitação e Educação Ambiental de baixo impacto;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Toda visita deverá ser acompanhada pelos funcionários e/ou voluntários da ARIE, ficando proibida a entrada de pessoas desacompanhadas;</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não será permitido deixar lixo dentro desta área.</li> </ul>

Fonte: ICMBio, 2016, p. 76; adaptação do autor.

Esta área compreende uma faixa que corta a UC ao sul de leste a oeste, no qual compreende a Faixa de Servidão da Linha de Transmissão Adrianópolis I e II, como fica visível nas imagens apresentadas sobre a ARIE Floresta da Cicuta, bem como a imagem subsequente. Tal recuperação é composta por um alto grau de alterações e que devem ser realizados um intenso processo de recuperação, que poderá ocorrer de maneira espontânea, ou induzida adequadamente. Assim que esta zona for recuperada integrar-se-ão à Zona de Proteção. Esta zona objetiva-se em recuperar as áreas que sofrem perturbações naturais e/ou antrópicas, objetivando a restituição do ecossistema e da população silvestre degradada, o mais próximo de sua condição original. Como balizador destas questões, apresentam-se as seguintes Normas:

## Quadro 6: Normas referentes a Zona de Recuperação da ARIE Floresta da Cicuta

<ul style="list-style-type: none"><li>• Será permitida apenas a introdução de espécies nativas da flora, do Bioma Mata Atlântica, características da Floresta Estacional Semidecidual;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Todo programa para erradicação de espécies exóticas e invasoras da fauna e da flora na UC deverá estar de acordo com a Resolução da Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO) nº 05, de 21 de outubro de 2009;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Todo projeto de recuperação deverá ser aprovado e monitorado pela equipe técnica do ICMBio;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Será permitida a abertura de picadas e trilhas temporárias necessárias à condução das ações de restauração, pesquisa e monitoramento;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Não será permitida a implantação de infraestrutura nesta zona, com exceção daquelas necessárias ao trabalho de recuperação, pesquisa e monitoramento, mediante autorização e respeitando toda a legislação ambiental aplicável;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Será permitida a retirada de espécies exóticas de bambus, onde deverá ser feito o replantio de nativas, respeitada a necessidade de eventuais autorizações.</li></ul>

Fonte: ICMBio, 2016, p. 77-78; adaptação do autor.

A Zona de Amortecimento é a área que compreende o entorno de uma Unidade de Conservação, no qual as atividades humanas estão sujeitas às normas e restrições, objetivando a redução de impactos diretos na UC, de acordo com o SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza) nº 9985/00. A ZA da ARIE Floresta da Cicuta, é um resultado de estudos realizados por Pesquisadores e na Oficina de Planejamento Participativo (OPP), combinando uma área de aproximadamente 1.725 hectares.

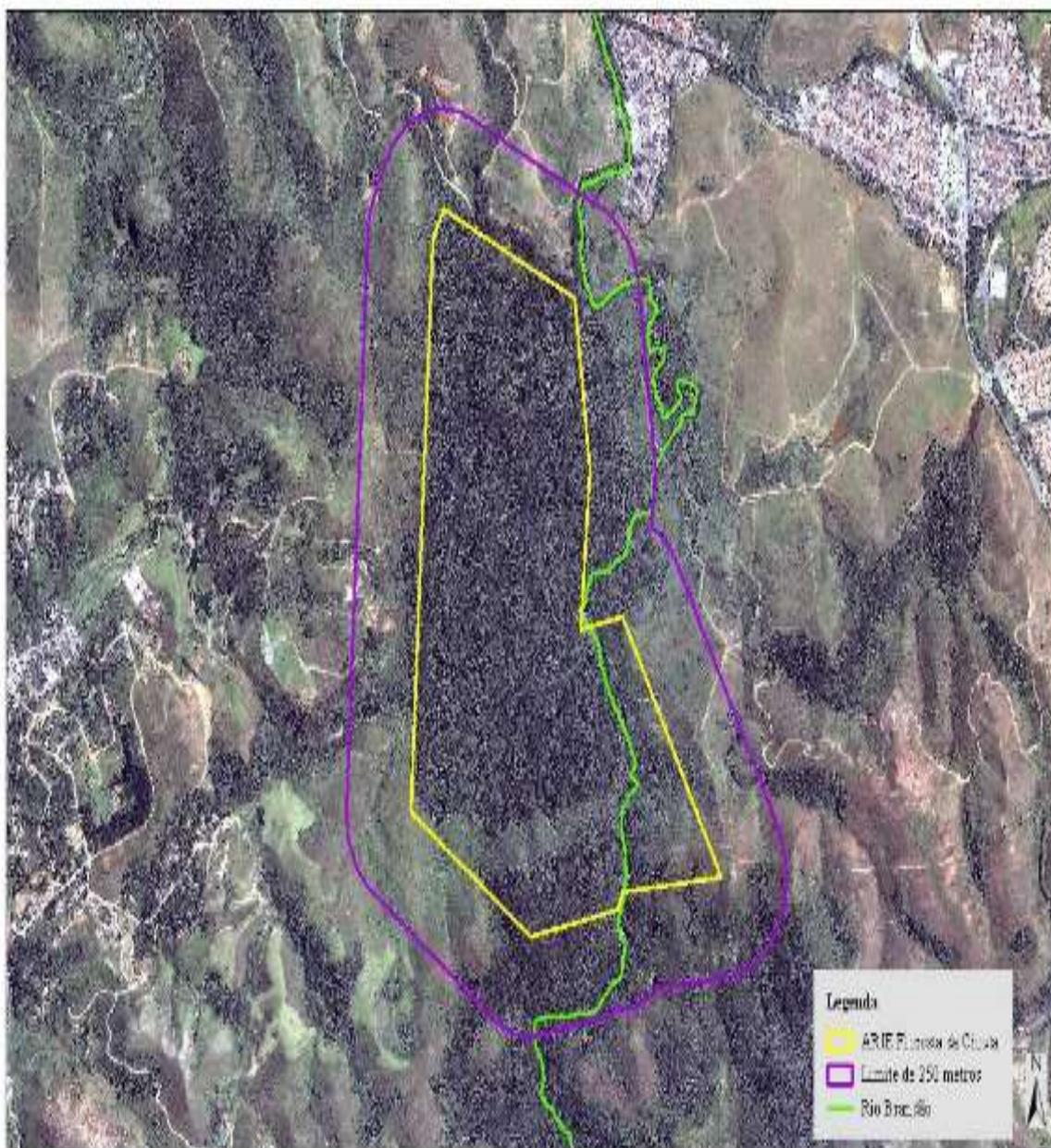
As áreas urbanas consolidadas, áreas urbanas estabelecidas e áreas industriais nos Planos Diretores dos municípios de Volta Redonda e Barra Mansa, não foram incluídos na Zona de Amortecimento, diferentemente das áreas rurais que foram inseridas. Elencaram-se para critério avaliativo da ZA elementos positivos e negativos na proteção dos recursos naturais, considerando os respectivos aspectos: físicos, biológicos, socioeconômicos e legais; as áreas erodidas e com potencial de expansão urbana também foram incluídas, com o propósito de mitigar ações que impactem a UC e para que possam normatizar tais processos com propriedade.

A ZA é composta por:

Áreas que possuem remanescentes florestais, várzeas e áreas naturais protegidas (APP, outros) com potencial de conectividade também foram incluídas. Esses remanescentes florestais, APP e pastagens tem como principais proprietários a CSN (Fazenda Santa Cecília) a nordeste, norte e a noroeste; Sr. Arthur Haasis a Oeste; espólio do Sr. Paulo Vilela em duas glebas, uma pequena porção a noroeste e outra maior a sudeste; espólio do Sr. Alan Cruz ao sul, e o Sr. Fernando Sapede a extremo sul, juntamente com o Sr. André proprietário das Fazendas Alto da Cicuta, Alto da Serrinha e Cachoeirinha. (ICMBio, 2016, p.80)

O Plano de Manejo estabelece 250 metros a partir da Zona de Proteção para licenciamento a empreendimentos previstos nas normas da ZA, como podemos observar na imagem (figura 20) a seguir:

**Figura 25: Limite mínimo de proximidade com a Zona de Proteção**



Fonte: ICMBio, 2016.

O planejamento estratégico preterido pela ARIE Floresta da Cicuta, em sua competência sistematizou e organizou ações de conservação, pesquisa e educação ambiental interativa com as comunidades sociais e científicas, poder público e privado, e programas temáticos, organizados da seguinte maneira: Programa de Proteção, Programa de recuperação, programa

de Pesquisa e monitoramento, Programa de Educação Ambiental e Visitação, Programa de Administração.

#### **Quadro 7: Programa de Proteção referente a ARIE Floresta da Cicuta**

<ul style="list-style-type: none"><li>• Organizar estrutura de combate a incêndios junto à CSN;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Combater ilícitos ambientais;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Incentivar as denúncias de ilícitos ambientais à UC;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Reforçar parcerias com órgãos públicos afins, tais como: Polícia Federal, Guarda Ambiental de Barra Mansa, Guarda Municipal e Bombeiros de ambos os municípios, que podem auxiliar na fiscalização e proteção da UC;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Monitorar o cumprimento das condicionantes dos licenciamentos;</li></ul>
<ul style="list-style-type: none"><li>• Fiscalizar os corpos hídricos dentro da UC e na ZA.</li></ul>

Fonte: ICMBio, 2016; adaptação do autor.

Ao falarmos deste objeto de estudo presente nesta dissertação, se fez necessário conhecer profundamente a Cicuta, e toda carga histórica que a mesma acarreta. Desta maneira, traçamos um paralelo temporal, curto, porém de fundamental importância para a compreensão das nuances e problemáticas atuais. Entretanto, não posso me referir à Cicuta, sem antes entender o que foi a Fazenda Santa Cecília e o seu contexto histórico, social, político, econômico e geográfico, cujas características são indissociáveis do projeto siderúrgico e o que este projeto representou para um período de extrema importância para o Brasil. Dito isto, a ARIE Floresta da Cicuta é o resultado desta subsequência de marcos intrínsecos deste país, que para compreendê-lo é necessário ampliar o campo de visão e compreender a integralidade de seu contexto.

## CAPÍTULO 3 – A Companhia Siderúrgica Nacional e a Gestão Verde: em busca do “futuro comum”

Este capítulo tem por objetivo central compreender a lógica da gestão da CSN em suas áreas. Portanto, se faz necessário realizar uma verdadeira reflexão no tocante à sustentabilidade, tendo em vista que apresenta dubiedade, se perfaz *um modelo de desenvolvimento-crescimento apresentado ao mundo como esperança ou busca atender especialmente os anseios do modo de produção capitalista?* Por tais motivos, se faz necessário uma análise das conjunturas histórico-teóricas e ideológicas do desenvolvimento sustentável, um resgate da agenda ambiental da CSN e Volta Redonda, que nos possibilite a utilização do território como categoria analítica em disputa na cidade.

Nos atentamos também para a maneira como um grande agente de influência na cidade de Volta Redonda (CSN) se apropria do desenvolvimento sustentável para justificar suas ações que impactam ambiental, econômica e socialmente a vida dos munícipes, possivelmente conveniente e fruto de elaboradas ações.

### 3.1. Ruptura de modelo: a privatização da CSN e a agenda ambiental

Nessa relação criador – criatura, que ele mantém com a Siderúrgica, seu comportamento se revela coerente com o padrão que, durante tantos anos, o Estado Novo lhe inculcou. Fazer greve na CSN, por exemplo, se lhe afigura uma traição ou, no mínimo, uma prevaricação contra o patrimônio nacional. (BEDÊ, op. cit, p. 21).

A cidade ideal inspirada no plano de Tony Garnier não se concretizou e se mostrou ineficaz em suas propostas, com um modelo inconsistente desde sua concepção, permeado de crises. Volta Redonda se notabilizou por concentrar enfrentamentos sociais e crises diversas. Com o esgotamento do regime militar não foi diferente, pois grandes mobilizações sociais marcaram esse período no município. Como tal, através das articulações entre os movimentos: o Sindicato dos Metalúrgicos, associações de bairros e a participação das comunidades eclesiais, no fatídico ano de 1984, ocorreu a primeira greve da história da CSN. Foi a ebulição das crises geradas pelas questões fundiárias, como as invasões e favelizações. Crises que se constroem na insegurança gerada pelo alto endividamento da empresa, que entra em uma grave crise financeira e arrasta consigo a cidade (LOPES, 1993, p.189).

Diante de tal cenário, no final da década de 1980, no auge das ideias liberais, a CSN anunciou as medidas para iniciar o processo de sua privatização. Diante de um cenário de incertezas teve início a exacerbação das tensões que já estavam “inflamadas” pela repressão do regime, um alto número de desempregados na cidade, acrescidos dos baixos salários. Tais profundas crises sociais transformaram a cidade de Volta Redonda, mais precisamente a cidade-velha, em um verdadeiro campo de batalha. Já nas portas da siderúrgica estavam os operários com o reforço de seus familiares, acompanhados do representante da Igreja Católica, o bispo Dom Waldir Calheiros e líderes políticos regionais.

Diferentemente do que acontecera até então, agora as manifestações ocorriam no seu principal símbolo, a cidade-nova, sobretudo em sua instalação mais emblemática que é a usina, com os operários ocupando posições estratégicas no interior da siderúrgica em suas instalações produtivas, como nos altos-fornos, responsável por transformação do aço. O cenário é sombrio e conflituoso, no qual o exército adentrava a usina para conter as tensões em uma intervenção militar e que nos revela uma ruptura que se aproximava sem retorno, pois havia cessado o regime militar, mas não a repressão (figuras 26 e 27). Tal ação, fruto de uma sucessão de

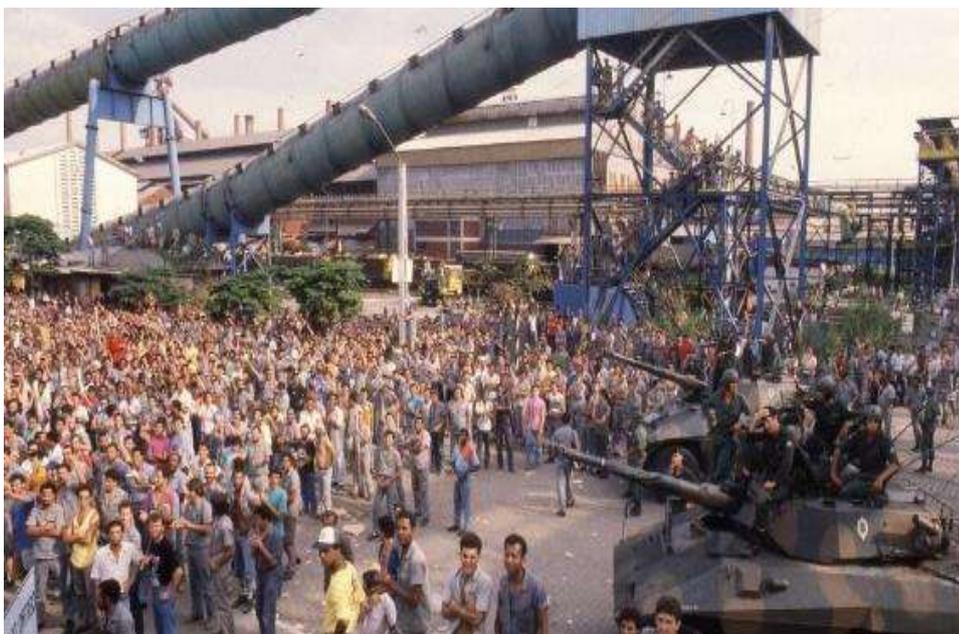
enfrentamentos, culminou com a morte de três operários no dia 7 de novembro de 1988: Carlos Augusto Barroso, 19 anos; Valmir Freitas Monteiro, 22 anos e William Fernandes Leite, 23 anos. No conflito, morria também o simbolismo do operariado, da cidade e de uma empresa: era o assassinato simbólico do proletário na cidade de Volta Redonda (OLIVEIRA, 2006, p. 99).

**Figura 26: Intervenção militar nas instalações da CSN, em 1988.**



Fonte: Acervo O Globo.

**Figura 27: Força militar no interior da Usina**



Fonte: Acervo O Globo.

Como vimos até o momento, a CSN no período se defrontava com uma crise institucional e econômica, as tais argumentativas foram utilizadas para as medidas privatizantes. Assim, o operariado e a cidade perdem uma batalha que travaram para a permanência de seu *status*, de um ideário reproduzido por Vargas, uma espécie de identidade volta-redondense que se desmanchava perante a privatização. Entretanto, no fatídico ano de 1993, após um grande período de crise econômica, a siderúrgica surpreende com o recorde na produção do aço (até então, o maior de sua história) no ano anterior. O futuro incerto que dominara o pensamento simbolizava o encerramento de um ciclo.

O ano de 1993 foi muito conturbado para a cidade de Volta Redonda, tendo em vista a ocorrência de várias greves dos funcionários e conflitos com a usina. Já na década de 1980 a CSN encontrava-se com diversas dívidas e foi ameaçada a fechar, decretando falência (BENTES; COSTA, 2012). Houve uma reestruturação na empresa, para prepará-la para privatização. No período compreendido entre 1990 e 1993, a CSN reduziu seu número de empregados de 23.700 para 10.000 pós-privatização, provocando uma grande crise na economia e na estabilidade social, pois além dos empregos diretos, foram perdidos 30 mil empregos indiretos. Desta maneira, a CSN perde o posto de maior empregador da cidade para o setor de serviços (BENTES; COSTA, 2012).

A privatização transformou a CSN em um novo complexo, um conglomerado composto pelas empresas Vale do Rio Doce, Light, Terminal Portuário de Sepetiba, etc. Em 2003, tem sua sede transferida para São Paulo, retirando o máximo de envolvimento possível com a cidade, transformando a CSN em uma empresa global do setor do aço, com exportações para mais de 50 países, autossuficiente em energia, ferrovia e porto, contando com o menor preço de produção e entre as mais rentáveis siderúrgicas do mundo (TIEZZI, 2005; BENTES e COSTA, 2012).

O processo de privatização da usina gera polêmicas até os dias atuais, pois há uma frase conhecida na cidade de que, “*quem comprou a CSN, comprou a cidade*”, tendo em vista que a privatização tirou dos órgãos públicos diversos terrenos que hoje são ociosos e controlados pela CSN, motivando muita divergência entre a prefeitura, sociedade e a empresa, pois estes terrenos seriam importantes para a expansão urbana da cidade, levando em consideração sua baixa extensão territorial com apenas 182,483 km<sup>2</sup> de Volta Redonda (BENTES e COSTA, 2012). Afinal, Volta Redonda é uma cidade que se desenvolveu junto com a expansão da CSN, vinculando seu núcleo urbano a construção e manutenção da usina. Atualmente sofre com o bônus e o ônus do seu intenso envolvimento com a empresa e sua ruptura, proporcionando a Volta Redonda ser o centro econômico da região, exercendo forte influência sobre as demais cidades, a ponto de confundir seus espaços físicos com municípios limítrofes, mas também, gerando problemas urbanos, sociais e ambientais para o município.

Com a globalização, as grandes corporações participam da construção de um espaço movido e instável, em que os territórios das empresas seguem uma lógica distinta: a do *mercado*, que busca a competitividade e a fluidez. Com isso, essas empresas desterritorializadas, globais, cujo “território é o mundo”, escapam dos controles do poder público, desregulam estes lugares e desterritorializam (SOUZA, 2013). Desta maneira, Harvey lança luz a esse debate, pois o mesmo critica a falta de integração da compreensão dos processos de urbanização e da formação do espaço construído a teoria das leis que regem a circulação do capital, ou seja, banalizando tal processo e erroneamente apresentando-o como uma manifestação óbvia e simplista em detrimento de uma articulação planejada do processo de urbanização e formação do espaço construído (HARVEY, 2013, p. 80).

Desta maneira, tal ruptura entre cidade e empresa nos faz refletir e contribui para o debate ao nos apresentar uma característica do novo empresariamento urbano, onde a noção da parceria público-privada recebe o foco de atenção. Rocha (2014) acrescenta ao apontar que os agentes responsáveis pela (re)estruturação do espaço urbano também produzem e reproduzem o urbano,

seja na sua materialidade ou representações de sua obra, que podem divergir ou convergir aos interesses dos grupos sociais de maneiras intencionais, sendo impossível dissociar o urbano deste processo tão complexo.

Enfim, a retirada do Estado na vida cidadina já significara um trauma devido ao aumento das carências sociais, pois o imaginário de uma cidade ideal é utópico, algo notório na paisagem da cidade que transformou-se em melancolia, na manifestação geral de um abatimento mental e físico de um sentimento de perda e desencanto, como se perdesse algum ente/membro familiar. Ironicamente, isso de fato ocorreu, mas com a “família siderúrgica”, que deixou sua marca no tempo e no espaço da cidade.

Instaura-se uma nova ordem na cidade Volta Redonda. A CSN fora privatizada e os laços que fizeram de cidade/empresa um único projeto se desfez, junto com todo o simbolismo que foi criado e que a história e o tempo demonstraram a desfaçatez de todo o processo que se desenhava para um novo Brasil, com a formatação de um novo homem na promessa do “el dorado” que nunca se concretizou e que a cidade de Volta Redonda representava. E que depois se sentiram abandonados a “própria sorte” pelo poder econômico, político e pela força militar. *Mas o que restara para Volta Redonda, se até a sede administrativa migrara? Retórica? Só o resquício de um desenvolvimentismo materializado na paisagem e os impactos sócio-espaciais e ambientais?*

### **3.2 A adoção da agenda ambiental: uma nova estratégia de gestão socioambiental**

Após apresentarmos uma ruptura traumática na relação empresa e cidade, a chegada dos anos 2000 representou uma nova estratégia de desenvolvimento para cidade, que se reapresentou pela ótica do desenvolvimento sustentável, com a criação do Fórum da Agenda 21 Local de Volta Redonda. Então, buscaremos primeiramente compreender como ocorreu o surgimento do Desenvolvimento Sustentável adotado pela CSN e conseqüentemente pela cidade de Volta Redonda, por conseguinte, investigar as raízes históricas da concepção de Desenvolvimento Sustentável, alvo dos próximos debates.

A agenda 21, aparentemente simpática e inofensiva, promoveu o desenvolvimento sustentável de um caráter estritamente “conceitual” e possibilitou uma dimensão estratégica, com procedimentos a serem seguidos de um modelo de desenvolvimento. Tais transformações foram capazes de envolver diferentes atores sociais num conjunto de ações e práticas concretas no território, atreladas às decisões políticas, econômicas e ambientais. A Agenda 21 é o documento central da Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO – 92), e representa um resumo de atividades a serem seguidas pelos países e atores sociais (OLIVEIRA, 2006).

A partir do questionamento “*Qual o sonho para Volta Redonda daqui a 10 anos?*” (1997), promovido como agenda pública, houve um intenso debate na cidade com o objetivo de dialogar com os diversos grupos locais e os desafios enfrentados pela cidade de Volta Redonda, com destaque para os temas ambientais, as problemáticas sociais e questões urbanas agravadas pela privatização da CSN (sendo a usina um dos principais parceiros da Agenda 21 local). E como resultado, foi criada a “Linha Verde”, para queixas e denúncias, além de reuniões para debates (OLIVEIRA, 2006). Neste sentido, as recomendações propostas pela Agenda 21 obtiveram uma maior relevância nas questões de tratativas ambientais, tanto que a poluição ambiental tornou-se central e inclusa no orçamento municipal como outros debates relacionados a este tema. Como as propostas referentes ao monitoramento da qualidade do ar e a previsão de investimentos em monitoramento ambiental no Orçamento municipal com a inserção das

recomendações no Plano Diretor Participativo de 2006 à inclusão no Plano Plurianual (BARROSO; REZENDE, 2015).

Como já foi apontado, a CSN é uma empresa altamente poluidora por natureza, e como tal, se posiciona a respeito das questões ambientais e sociais, com a promoção de ações e políticas sobre esse tocante. A usina atualmente se identifica como “sustentável”, e assim, a siderúrgica se promove e afirma possuir diversos instrumentos de “gestão socioambiental” e “sustentabilidade” que visam “atuar de forma propositiva, atenta às necessidades de seus públicos de interesse”. Tal visão expressa em sua Diretriz da Sustentabilidade, onde observa-se também, três principais objetivos centrais:

A criação de valores sustentáveis e gestão dos riscos socioambientais; A otimização e eficiência no uso de recursos naturais e controle dos potenciais impactos; O estabelecimento, consolidação, troca e compartilhamento de boas práticas empresariais relacionados ao tema. (CSN, Sustentabilidade/ Diretrizes, 2018).

Desta maneira, a empresa divulga suas ações sustentáveis, bem como, apresenta seus certificados e reconhecimento realizados por outrem, como um de seus principais clientes, Whirlpool; que concedeu certificado do “Programa de Auditoria e Certificação da Cadeia do Aço”, no qual ressalta sua relação ao seu compromisso socioambiental, primeiro recebido pela CSN. Após avaliar e aprovar os processos internos, em outras plantas da usina, como a CSN Arcos (MG) e da mina Casa de Pedra (MG). A multinacional Whirlpool, relatou que a siderúrgica “se compromete com uma gestão socioambiental responsável desde a origem da matéria-prima. Foram mapeados riscos como trabalho infantil ou forçado, direitos humanos e gestão ambiental” (CSN, Sustentabilidade/ Diretrizes, 2018).

Vale ressaltar, que a Companhia conta com um Sistema de Gestão Ambiental – SGA certificado na Norma ISO 14001 (Sistema de Gestão Ambiental) na grande maioria de suas unidades e possui um canal aberto com público interno e externo, por meio da Linha Verde através de telefonemas e e-mails. Sendo assim, para atender também a , contribuindo para atenuar os riscos ambientais de suas operações, e possuir uma Política Ambiental, intitulada de SEMPRE:

**Sustentabilidade do Negócio:** Incorporar a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental nas decisões da Companhia.

**Empresa Transparente:** Manter canais de comunicação permanentemente abertos com todas as partes interessadas em relação as questões socioambientais.

**Melhoria Contínua:** Melhorar continuamente o desempenho de suas atividades, considerando os aspectos ambientais como parte integrante dos processos.

**Proteção do Meio Ambiente:** Desenvolver e incentivar programas visando à prevenção da poluição, bem como a identificação e gestão dos aspectos, impactos, riscos e oportunidades ambientais.

**Respeito à Legislação:** Atender à legislação ambiental vigente e demais requisitos, buscando, sempre que possível, alcançar resultados melhores daqueles exigidos.

**Educar e Treinar:** Treinar, capacitar, conscientizar e incentivar um comportamento inovador, participativo e comprometido de seus colaboradores, para a execução de suas atividades com uma visão de desenvolvimento sustentável e responsabilidade social .

(CSN, Sustentabilidade/ Gestão Ambiental, 2017).

Dentre suas unidades de negócio, a CSN possui Certificado ISO 14001 em:

Casa de Pedra (Congonhas, MG), Usina Presidente Vargas (Volta Redonda, RJ), Porto Real (Porto Real, RJ), Mina da Bocaina (Arcos, MG), CSN Paraná (Araucária, PR), TECON (Sepetiba, RJ), Prada Distribuição (Mogi das Cruzes, SP). As demais unidades estão em processo de implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA e vêm seguindo um programa corporativo para seu progressivo avanço seguindo as diretrizes da ISO 14001 (CSN, Sustentabilidade/ Gestão Ambiental, 2017).

O desenvolvimento do SGA (Sistema de Gestão Ambiental) é competência do Comitê Interno de Gestão Ambiental (CIGA), no qual constitui-se por profissionais das áreas de meio ambiente e operação das unidades, com periódicas reuniões propondo as melhorias contínuas, análises e possíveis prevenções de impactos ambientais pelo SGA.

A Fundação CSN é uma grande fomentadora das ações propostas pela siderúrgica, pois é englobado também questões socioambientais, com projetos de educação ambiental, relacionados às mudanças de hábitos e conhecimento da população local em relação aos patrimônios histórico e natural. Engloba, assim, alunos, professores e funcionários de empresas. Desta maneira, a empresa apresenta suas visões e estratégias de sua sustentabilidade, em consonância com os processos de “crescimento contínuo e responsável” entendido pela siderúrgica (CSN, 2018).

Desta maneira a CSN reafirma suas posições em consonância com as legislações vigentes no país, pois, segundo a empresa:

Hoje, as instalações da CSN de siderúrgica, mineração, cimentos, logística e energia estão sujeitas a diversas leis, regulamentos e licenças no Brasil, relativos principalmente à proteção e integridade da saúde, da segurança e do meio ambiente. É rotina de todas as unidades da CSN adotar procedimentos de levantamento de Aspectos Impactos significativos. (CSN, Sustentabilidade/ Gestão Ambiental, 2018)

A legislação brasileira está em constante transformação, bem como os parâmetros de análises, regras de prevenções, mitigações e remediações de impactos socioambientais, novos regulamentos de gestões hídricas de resíduos sólidos, prevenção da fauna e flora etc. *Contudo, tantas transformações são eficazes? Como estão as flagrantes relações socioambientais insustentáveis?*

Tais “ressarcimentos”, das expansões de novos negócios e/ou de impactos ambientais, estão previstos em nossas legislações e a própria siderúrgica reconhece, pois pauta-se pela lógica vigente, baseada na importância de criação de novas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN) como compensação ambiental pelos projetos de expansão industrial e de mineração. *Com isso, quais são os custos destas explorações e como os processos “paliativos” estão sendo encarados na contemporaneidade? Desta maneira, a ARIE Floresta da Cicuta é uma real possibilidade das ações estratégicas de “crescimento contínuo e responsável”?*

A adoção da Agenda 21 se fez por meio de ações que priorizavam a transformação da cidade, colocando em prática todo o debate a respeito do desenvolvimento sustentável e com isso, colocando a CSN e a cidade de Volta Redonda ao encontro de uma lógica internacional e global. Nos revela ser permeadas por conflitos, relações de poder e contradições que predispõem tal concepção.

### 3.3. Desenvolvimento Sustentável e questão ambiental contemporânea

Ao adotar a concepção de desenvolvimento sustentável, a CSN e a própria administração pública de Volta Redonda reverberou uma concepção que envolve o contexto internacional, com grandes debates em fóruns globais. É necessário revisitar as raízes históricas da concepção de desenvolvimento sustentável, proposta que foi absorvida por grandes empreendimentos e não diferentemente pela própria CSN e pela cidade de Volta Redonda, que conseqüentemente acabou por nos obrigar a investigar e analisar os documentos dos conclaves internacionais que precederam a construção deste modelo de crescimento econômico. Tal perspectiva nos leva para a gênese deste debate que parte de um grande esforço internacional de estabelecimento de um modelo econômico seguido pelos diferentes países do mundo.

A concepção de que os recursos são meramente utilitaristas e que servem simplesmente para atender as necessidades humanas, foi por muito tempo observada como algo natural e subserviente ao homem; não que tal percepção tenha alterado completamente, mas sua lógica sim. Mas, diferentemente do que acontecera antes destes fóruns internacionais como Estocolmo 1972 ou Rio 1992 e 2012, visões destoantes não eram importantes no cenário internacional, somente quando se ameaçava o crescimento econômico.

A Declaração da Conferência de Estocolmo em 1972 resultou no direito ao meio ambiente de qualidade, que originou debates acerca da crescente degradação ambiental que ameaçava a qualidade de vida dos países centrais e desta maneira elevar ao nível de direito universal do homem a um ambiente de qualidade. A Conferência determinou o interesse distinto entre as nações: de um lado as nações ricas que defendiam a qualidade de vida, do outro, as nações pobres que se pautavam no combate a pobreza e em não sofrerem restrições as suas exportações de produtos primários, para com isso, não serem penalizadas por estas nações ricas em seu crescimento econômico, uma vez que esses países possuem grande parcela de culpa pelas situações ambientais em que se encontravam (NASCIMENTO, 2012).

Os debates e mobilizações a respeito da opinião pública mundial a partir das conferências teve como consequência as bases para a disseminação e compreensão do conceito de sustentabilidade, que posteriormente seria o cerne dos debates globais, bem como, o direito a um ambiente equilibrado nos ordenamentos ideológicos e jurídicos nacionais. Assim, as propostas e análises ao Relatório Brundtland (1987), o “Nosso Futuro Comum”, partem dos pressupostos de que é possível e desejável conciliar crescimento econômico e conservação ambiental, coisas até então tidas como incompatíveis pela maneira que se pensava a subordinação da natureza. O mote do Relatório é a busca do “desenvolvimento sustentável” a ser alcançado através de uma “nova ordem econômica internacional” que deve acelerar o crescimento mundial, respeitando os limites ecológicos, ou seja, expansão econômica em harmonia com a proteção ambiental, tais acomodações dos termos apresentam-se práticos e dragáveis num primeiro momento, mas não devem esconder e apartar a instauração de uma nova ordem econômica mundial, o “capitalismo verde” (HERCULANO, p 14, 1992).

A ideia de sustentabilidade, ao longo do período dos debates e fóruns internacionais, lança luz sobre a ideia de uma finitude dos recursos naturais e a necessidade de uma gestão racional destas riquezas, oportunizando assim, as gerações futuras de desfrutarem os recursos naturais existentes no planeta terra. O desenvolvimento sustentável, é apresentado e debatido globalmente a partir da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidido por Gro Harlem Brundland, no qual centraliza e objetiva seu discurso em “*atender as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades*” bem como, “*satisfazer as necessidades e as aspirações humanas*” (BRUNDTLAND, 1991, p. 46), algo que serviu de fundamentações para debates para a pobreza mundial e questões ambientais, referentes ao final da década de 1980, e para as décadas subsequentes com importantes fóruns internacionais.

Tais debates e questões trouxeram luz a exploração ambiental, bem como da situação de vida de uma população mundial pobre que se encontra cada vez maior e mais do que nunca urbana. Não é intenção desqualificar as comissões e fóruns internacionais que concentram o debate socioambiental, tendo em vista o pouco trato que tais assuntos são valorizados e reconhecidos com sua devida importância ao longo da história. No entanto, o desenvolvimento sustentável é o norteador de uma “*transformação progressiva*” socioeconômica, e que nos remete a diversas interpretações, que são reconhecidas pela própria CMMAD.

Portanto, o relatório deixa evidente que a “busca pelo desenvolvimento sustentável” concerne em uma série de estratégias necessárias de transformações econômicas e da sociedade (BRUNDTLAND, 1991). Sendo assim, o que buscamos compreender é como ocorrem as aspirações e necessidades que uma determinada sociedade requer para obter um padrão de consumo; no qual é assumidamente aceito pelo relatório, e que deve respeitar os “*limites das possibilidades ecológicas*”.

Desta maneira, “*não estaríamos nos referindo em uma chancela da utilização e exploração ecológica em prol de padrões sociais? Quais seriam as necessidades humanas asseguradas pelo relatório? E de quais ‘humanos’ se referem? Potencial produtivo com exploração planejada cambiante do ecossistema?*” Poderemos analisar como um grande empreendimento pensa em suas ações de utilização do ambiente e sob quais circunstâncias. Portanto, a autodenominação como empreendimentos sustentáveis, que reconhecem a natureza como uma lógica meramente mercadológica no qual: “a terra não deve ser deteriorada além de um limite razoável de recuperação” (BRUNDTLAND, 1991, p. 49). Ou seja, a lógica de “*compensação ambiental*” passa a ser encarada como a alternativa de um limite que é (in)sustentável de uma “*ação de exploração planejada*”.

As compensações ambientais são encaradas sobre diversas óticas nas quais são baseadas em um impulso de crescimento e desenvolvimento econômico, reconhecido na CMMAD como o responsável por minimizar as mazelas e desigualdades sociais do mundo. E com isso, as tecnologias transformam-se em recursos essenciais para extrair o máximo dos recursos, pois os esforços tecnológicos possibilitariam o aproveitamento e “ação planejada” da exploração ambiental, que se confirmam nas seguintes afirmativas:

Nenhum ecossistema, seja onde for, pode ficar intacto. Uma floresta pode ser desmatada em uma parte de uma bacia fluvial e ampliada em outro lugar – e isto pode não ser mau, se a exploração tiver sido planejada e se levarem em conta os níveis de erosão do solo, os regimes hídricos e as perdas genéticas. (BRUNDTLAND, 1991, p.48)

Tal afirmativa demonstra qual é a lógica desta “cartilha” desenvolvimentista, presente nas práticas de muitos empreendimentos, pois se esta indústria é altamente poluente, ela utiliza-se da compensação ambiental – desconsiderando toda a singularidade ecológica e importância destes ambientes que são alvos de exploração – preservando e/ou reflorestando como ação mitigadora, porém em sua área de atuação, segue a busca do crescimento e desenvolvimento econômico no qual o ambiente é o recurso necessário para tais façanhas.

Devemos ressaltar aqui, que este não é o cerne desta questão, pois a produção do espaço provém do ambiente, porém, é a maneira que tais práticas são concebidas, amplamente aceitas e concebida na égide da sustentabilidade que são questionáveis neste momento. Portanto, na prática se apresentam (in)sustentável, com a chancela de explorar, porém compensar; mas que se esquece que vivemos em um ecossistema no qual não se respeitam as tessituras territoriais.

[...] propor estratégias ambientais de longo prazo para obter um desenvolvimento sustentável por volta do ano 2000 e daí em diante; recomendar maneiras para que a preocupação com o meio ambiente se traduza em maior cooperação entre os países em desenvolvimento e entre países em estágios diferentes de desenvolvimento econômico e social e leve à consecução de objetivos comuns e interligados que considerem as inter-relações de pessoas, recursos, meio ambiente e desenvolvimento; considerar meios e maneiras pelos quais a comunidade internacional possa lidar mais eficientemente com as preocupações de cunho ambiental; ajudar a definir noções comuns relativas a questões ambientais de longo prazo e os esforços necessários para tratar com êxito os problemas da proteção e da melhoria do meio ambiente, uma agenda de longo prazo a ser posta em prática nos próximos decênios, e os objetivos a que aspira a comunidade mundial (BRUNDTLAND, 1988, p. 11).

O desenvolvimento sustentável é um processo de transformação no qual direcionam as ações e também os avanços tecnológicos para a exploração dos recursos, a fim de atender as necessidades humanas. Entretanto, o desenvolvimento pode ser entendido como uma estratégia global, um caminho fundamental e necessário para o desenvolvimento, ou seja, de um “*interesse/futuro comum*”.

Os principais objetivos das políticas ambientais e desenvolvimentista que derivam do conceito de desenvolvimento sustentável, são, de acordo a BRUNDTLAND,, 1991, p. 53:

- retomar o crescimento;
- alterar a qualidade do desenvolvimento;
- atender as necessidades essenciais de emprego, alimentação, energia, água e saneamento;
- manter um nível populacional sustentável;
- conservar e melhorar a base de recursos;
- reorientar a tecnologia e administrar o risco;
- incluir o meio ambiente e a economia no processo de tomada de decisões.

As medidas para suprir a pobreza de acordo com o relatório apresentado na CMMAD (1988) é o crescimento econômico progressivo das nações. Portanto, se há crescimento, logo, necessita de mais recursos ambientais e desta maneira o desenvolvimento sustentável vem para aumentar a produção mundial, legitimando assim, a sua necessidade de aumentar o consumo de maneira “*sustentável*”, ou seja, “*exploração planejada*”.

Contudo, o “lema” é crescimento da renda, para a redução da pobreza, e isso ocorre em uma equação que leva em conta a distribuição de renda x crescimento anual, pois a chave é o “crescimento econômico”, e como já foi abordado aqui, tais questões acarretam em problemáticas e divergências de interesses, que podemos observar atualmente nas desconexões políticas, sociais, econômicas e ambientais. Desta maneira, por tratarmos atualmente de um mundo globalizado, vale ressaltarmos as interconexões para além do local, e ampliar a escala para global.

Atualmente a produção se estende pelo cenário internacional, portanto a globalização proporcionou a alteração na lógica da nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), que ainda

era algo incipiente quando realizado o Relatório Brundtland, mas que hoje já se apresenta e com seus principais efeitos. Não há dúvidas, na obviedade do ciclo vicioso, no qual o acúmulo e a demanda sobre os recursos ambientais mediante a uma necessidade de um padrão de vida, e de crescimento econômico que estabeleceu ao mundo algo sem precedentes, que extrapolam as necessidades humanas para espacialidades (in)suportáveis, onde “crescer” legitima o consumo ambiental e até suas graves consequências. Portanto, tratamos o desenvolvimento sustentável como uma “ação planejada” e/ou “ação de exploração planejada”, no qual economia e ecologia integram o processo de tomada de decisões. A situação nunca foi meramente do “futuro comum”, mas qual futuro comum é o *desejado* e qual deve ser traçado, para o crescimento econômico, seguindo uma cartilha.

A Rio-92 debateu e observou a disputa e entendimento do que seja o desenvolvimento sustentável. Desta maneira: “*qual é a narrativa amplamente aceita internacionalmente? Qual é o ponto de observação, o crescimento econômico ou desenvolvimento e/ou desenvolvimento do crescimento econômico?*” claro que não podemos negar, que todo o debate que norteia o desenvolvimento sustentável é uma ponte e uma possibilidade de discussão e debate a respeito das questões sociais, ambientais e econômicas.

Começa-se a materializar e institucionalizar o desenvolvimento sustentável, com o surgimento das questões das desigualdades entre as nações e tornando cada vez mais intrínseca a relação e associação entre as questões ambientais e sociais. A sustentabilidade permite debater e analisar “*de que maneira esse desenvolvimento está sendo empregado, atendendo a interesses, categorizado e planejado a quais intentos e de que maneira suas ações nos permite refletir a respeito dessas problemáticas?*” Contudo, é possível valorizar nesta dissertação os debates e fóruns que tratam dessa temática sem se dissociar de uma análise crítica de suas ações e discursos.

Em suma, o “desenvolvimento sustentável” pressupõe o crescimento para todos e promete garantir o direito das gerações futuras de ter acesso aos recursos da natureza para a sua sobrevivência. Trata-se, em última análise, de reduzir o ritmo de exploração da natureza, de maneira a legar recursos para os que virão. Apresenta-se assim como contradição, e por esse motivo buscamos entender as nuances estratégicas que a envolve, nos fazendo pensar a maneira que as ações em nome da sustentabilidade são utilizadas intencionalmente nas relações de poder e que podem apresentar-se de diversas maneiras, como: “profundamente radical, de igualdade e justiça social, de preservação de diversidade cultural, de autodeterminação e de integridade ecológica”. Como também, materializar-se de forma conservadora, na medida em que se faz uso e prioriza as intenções e teorias econômicas, chancelando o “crescimento sustentável” ou econômico, uma vez que crescimento sustentável é uma contradição em termos (HERCULANO, p. 13, 1992).

Devemos salientar que “desenvolvimento sustentável” é um mecanismo de ajustes do sistema hegemônico e, por isto, se faz necessário tal reflexão devido a banalização do termo. Portanto, Herculano contribui com tal perspectiva no tocante da percepção do desenvolvimento:

Apesar desta concepção de desenvolvimento, como uma questão política e social; a acepção do termo que predomina e persiste é a de que o desenvolvimento é crescimento dos meios de produção, é acumulação, é inovação técnica, é aumento de produtividade, enfim, é expansão das forças produtivas e não alteração das relações sociais de produção. (HERCULANO, p. 11, 1992)

Contudo, reconhecemos sua utilização nas relações de poder com grande destaque ideológico, como alternativa a um modelo de produção que instaura crises e o reconhecimento a proteção de recursos naturais que se institucionalizam nos fóruns internacionais, chancelado pelas agências de fomento do modo de produção capitalista que normatizam e articulam para que a concepção sustentável de desenvolvimento passe a ser aceita e utilizada (WHITACKER,

2017). Desta maneira, podemos perceber as relações de poder que saltam aos olhos para nossa atenção mais uma vez e como a mesma é capaz de instaurar e responsabilizar-se por transformar a visão de mundo; entendido aqui como Bourdieu denomina como “poder simbólico”<sup>6</sup> (BOURDIEU, 1989). Raffestin (1993) define como o trunfo do poder, o domínio da população e do território, pois “*o poder visa o controle e a dominação sobre os homens e as coisas*” (RAFFESTIN, 1993, p. 20). Portanto estamos em acordo com Whitacker, ao refletir a respeito deste modelo desenvolvimentista:

Partimos da aparência e buscamos a essência do desenvolvimento sustentável pela análise de sua materialidade que, pelo seu potencial de interescolaridade, nos permitiu a utilização do território como categoria analítica, pois neste reconhecemos o *locus* de conflitos pelo uso, posse e controle de recursos naturais, base fundamental para garantir o desenvolvimento sustentável do próprio modo de produção capitalista (WHITACKER, 2017. p 26).

O desenvolvimento sustentável foi apresentado ao mundo como a alternativa de continuação de crescimento econômico mundial, equilibrando e balizando o acesso aos recursos ecológicos, sob a égide do modo de produção capitalista, no qual propagou este modelo de desenvolvimento, no qual gera muitas dúvidas, como os debates em torno da “economia verde”.

Desta maneira, sentimos a necessidade de apresentar o nosso entendimento a respeito do desenvolvimento sustentável para evitar banalizações este termo no corpo desta pesquisa. Portanto, consideramos mesmo que de forma simplificada, completamos o nosso entendimento e raciocínio com base em Harvey (2013), em que o desenvolvimento é entendido como um processo histórico e geográfico, desigual e contraditório, atrelado a etapas evolutivas do capitalismo e a transformações espaciais e territoriais.

Conforme já foi exposto anteriormente, reconhecemos a importância do debate sobre as questões sociais e ambientais no mundo. Vale ressaltar que não percebemos o interesse na preservação ambiental no respeito as questões puramente humanitárias e sociais e não na garantia do futuro comum para as gerações vindouras, mas numa exploração dos recursos, das sociedades para a manutenção do processo produtivo da produção capitalista. E assim, permitir um controle das espacialidades, dos recursos e das sociedades em “*padrões ideais de vida*” preestabelecidas; desta maneira, o entendemos como uma ideologia, por meio de uma “*ação de exploração planejada*”.

A lógica do Relatório Brundtland advoga o crescimento com a necessidade urgente de redução da pobreza, que foi favorecida pela maneira na qual encarou-se o crescimento econômico. A reflexão a respeito da preservação ambiental não estaria associada a um crescimento zero global, e sim em uma nova estratégia global de crescimento ordenado e escalonado com as limitações ambientais. Desta maneira, legitimando a exploração ambiental como o propulsor do desenvolvimentismo com o crescimento econômico e sob a égide econômica sem questionar seus efeitos da própria intensificação das relações sociais de produção capitalistas.

---

<sup>6</sup> Poder simbólico como poder de construir o dado pela anunciação, de fazer ver e crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo [...] definido numa relação determinada e legitimada, entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos. (BOURDIAU, 1989, p.14-15).

A questão ambiental torna-se prioridade para a legitimidade de um novo modelo, porém polêmicas inerentes à própria dicotomia do que se entende por “desenvolvimento sustentável” que se confirma pela ideia consensual e irrefutável onde todos os países (centrais ou periféricos) adotassem como uma nova fórmula de desenvolvimento. Desta maneira, segundo Herculano (1992, p.25), nos encaminhamos a escapar “do insustentável, insuportável, em direção ao suportável e sofrível”.

### **3.4 A ARIE Floresta da Cicuta e os desafios de gestão empresarial da CSN**

Procuraremos aqui analisar e compreender a relação da CSN com sua Unidade de Conservação, para compreendermos a gestão ambiental praticada pela empresa, na qual a sustentabilidade faz parte de suas ações. O planejamento de gestão da CSN intencionada para a Floresta da Cicuta, como não poderia deixar de ser, é a partir de zoneamentos, que consiste em dividir a área de uma reserva em parcelas ou zonas, nas quais se fomentam ou autorizam determinadas atividades ou interdita-se, de modo absoluto ou relativo.

Tais medidas sugerem alocar as atividades em áreas previamente estabelecidas e definidas, com atendimento aos objetivos e necessidades de proteção e uso, conciliando os conflitos e interesses sobre a Reserva. Segundo Bidegain (2001), o zoneamento ecológico compreende em um instrumento clássico de gestão de áreas protegidas. Para o plano de manejo estabelecido para a Reserva da Cicuta pretendia-se utilizar de tais zoneamentos. A princípio, para a Reserva da Cicuta, foram estabelecidas três zonas, a saber:

Zona de Uso Público – é aquela destinada a recreação, lazer e educação ambiental. Nela encontram-se instalados o Centro de Educação Ambiental, parque infantil, pista para caminhadas e praça de exercícios e, futuramente, a ciclovia. Zona de Recuperação – compreende as áreas alteradas do entorno da Floresta da Cicuta. A visitação é controlada e restrita e serão desenvolvidas atividades de reflorestamento e atração da fauna. Zona Primitiva – é aquela onde tenha ocorrido pequena ou mínima intervenção humana, contendo espécies da flora e da fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. Formada pela Floresta da Cicuta propriamente dita, o acesso será restrito apenas à pesquisa científica. O objetivo do manejo é a preservação do ambiente natural. (BIDEGAIN, 2001)

Contudo, o Ministério Público Federal (MPF) detectou o que chamou de manobra para diminuir a atuação de órgãos públicos na proteção à floresta. Segundo a instituição, a CSN requisitou a presidência do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (ICMBio), responsável pela fiscalização, a mudança na classificação da floresta de Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), criada por lei em 1985, para Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Segundo procuradores, se a alteração fosse aprovada, técnicos do ICMBio que atuam na unidade ambiental seriam dispensados, o que representaria um risco à preservação da mata. Portanto:

A gestão da Arie Floresta da Cicuta incumbe ao ICMBio, que deve fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, além de exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação federais. Conforme já decidiu a 3ª Vara Federal de Volta Redonda na Ação Civil Pública nº 0141096-97.2015.4.02.5104, em sentença de 2017, a CSN não pode opor exigências ou óbices ao exercício das atividades de pesquisa e educacionais da Arie Floresta da Cicuta, tampouco

impor restrições aos poderes de fiscalização, gestão, monitoramento e proteção do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio (MPF,2017).

Assim, tornar-se-iam suspensas quaisquer tratativas que pudessem provocar alterações da gestão atualmente adotada e no regime protetivo em vigor ou que implique o não cumprimento das obrigações firmadas no Termo de Compromisso nº 001/2008, bem como para que revogue imediatamente qualquer ato que eventualmente tenha sido editado com o objetivo de alterar o regime jurídico. Tais expedições foram recomendações do MPF ao ICMBio nas tratativas de alteração do regime jurídico ARIE Floresta da Cicuta (MPF,2017). Observamos então a dissonância entre os interesses e no entendimento do papel da Floresta da Cicuta por parte da CSN e ICMBio, bem como a lógica de seus diferentes entendimentos de uso deste território. Tais questões que foram levantadas merecem nossa atenção e a contribuição de um olhar geográfico para a reflexão dessas tensões.

Os elementos indispensáveis para o conceito de desenvolvimento sustentável estão no discurso de preservação e manutenção de capital natural, na forma de fauna, flora, recursos naturais, ecossistemas e processos ecológicos que possuem estratégias de conservações. Assim:

A sustentabilidade de uma cidade está intimamente ligada ao respeito às futuras gerações, à noção de patrimônio cultural e natural a ser usufruído pelos futuros habitantes, esse é um direito elementar intergeracional. (CANOTILHO, 2003,p. 43)

As reservas, as unidades de conservação não são a panaceia dos problemas que envolvem a questão ambiental, mas sim uma ferramenta de atuação de ação planejada que pode determinar os direcionamentos e os interesses inclusos e excluídos que envolve a questão ambiental. Portanto, é de grande valia entender os interesses na gestão RPPN x ARIE.

Pode-se apontar dois ângulos da finalidade das áreas verdes: tais áreas possibilitam uma melhoria na qualidade de vida das populações, minimizando em muitos momentos os efeitos de uma intensa urbanização. Além disto, há a preservação da biodiversidade, desde a salvaguarda de resquícios de vegetação aos corredores ecológicos, como também a sensibilização da população a respeito das questões ambientais e recrutamento de forças e interesses políticos e econômicos.

A unidade de conservação pode ser entendida como uma necessidade do planejamento territorial, seja de empreendimentos privados ou até mesmo órgãos públicos. Desta maneira, podem ser destinados para diversas finalidades e ainda assim serem consideradas sustentáveis, ao forjarem uma consciência de preservação, compensações do patrimônio natural por meio de preceitos legais e/ou constitucionais que exijam a sua criação e manutenção. Para tanto, alavancam ideologias e até “*marketing verde*”, muito utilizado para a promoção de suas “*ações planejadas*” sob uma determinada ótica do desenvolvimento sustentável, na escala de comando global.

A análise dos processos de territorialização do modo de produção capitalista presentes no discurso do desenvolvimento sustentável nos faz portanto considerar um território no qual não se apresenta de maneira estática, definitiva, imóvel, imutável, mas vivo e capaz de criar transformações sociais e de modificar o próprio território, de maneira planejada e ordenada, seja em uma perspectiva de manutenção das condições de reprodução do modo de produção capitalista ou não (WHITACKER, 2017. p 42).

Portanto, apresentamos aqui, a materialidade do desenvolvimento sustentável, quando demonstramos as normatizações territoriais, no qual seu agente faz uso de suas espacialidades em concordância com suas lógicas e interesses, pois as relações sociais de produção capitalista

interferem na produção do espaço e as sugerem a seguirem suas “ações planejadas” deste desenvolvimentismo. As relações de áreas de preservações ambientais, nos demonstram um conflito destacadamente espacial, por meio do avanço de uma ou de outra lógica, cujo impacto interferirá diretamente nos objetos geográficos. Nesta interação entre o ambiente natural e o urbano, bem como as dimensões culturais, políticas, econômicas e históricas, emergem intencionalidades que necessitam investigação científica.

## **CAPÍTULO 4 – A Arie Floresta da Cicuta como um território em disputa: sustentabilidade para quem?**

O debate acerca das questões ambientais e suas implicações é de extrema importância. Cabe aqui reconhecer a sustentabilidade como um instrumento institucionalizado com variados interesses, lógicas e estratégias. Reconhecendo que a ARIE Floresta da Cicuta pode significar a materialidade das ações do desenvolvimento sustentável, buscaremos compreender as ações em seu espaço como uma ferramenta de gestão empresarial.

Podemos destacar que as trajetórias histórica, geográfica, econômica e social da cidade de Volta Redonda possuem diversas narrativas, análises, reflexões e teses, mas a ARIE Floresta da Cicuta permanece um capítulo negligenciado nas instâncias sociais, ambientais, econômicas, políticas e culturais. Portanto, buscamos trazer para a análise da geografia outras explicações deste recorte disputado por diversas perspectivas e também para seu uso, evitando “certezas” absolutas para com seu aspecto socioambiental, urbano e econômico.

### **4.1 – A adoção do desenvolvimento sustentável: estratégias, interesses e lógicas de uma gestão empresarial (in)consciente**

A sustentabilidade nos remete a uma racionalidade econômica, cujas estratégias decorrem de um controle territorial sob a bandeira do “verde” presente na gestão empresarial. Portanto, a lógica é do consumo do espaço – neste caso, é o território da ARIE Floresta da Cicuta (uma propriedade particular) a ser consumido e controlado, algo que não se apresenta possível no momento por se tratar de Área de Relevante Interesse Ecológico, mediante a gestão da floresta a cargo do ICMBio.

Ressaltamos também a lógica do território como ferramenta de atuação do agente econômico hegemônico que muitas vezes acaba fetichizado<sup>7</sup> em um discurso de uma suposta indústria verde, limpa e sustentável, que se torna incessante pelos grandes empreendimentos. Contudo, tal espaço do “acontecer” ocorre desde ações especulativas até o *marketing* verde perante a estrutura econômica que os moldam, coisificam e fetichizam a partir da lógica territorial.

Tais conflitos que envolvem a Floresta da Cicuta<sup>8</sup>, a partir de uma relação fantasmagórica, possuem uma relação conflituosa, na qual é regida por interesses e estruturas econômicas, e faz com que observemos a floresta como algo “coisificado”, sob um discurso hegemônico como uma forma conciliatória entre o homem e o meio.

A busca pela reserva territorial para a Floresta da Cicuta resulta em uma disputa que busca por circunstâncias vantajosas e busca por locais/espacialidades produtivas, ou seja, uma visão econômica, conforme Santos e Silveira (2014). Assim, o território é a garantia dos seus

---

<sup>7</sup> Fetice da mercadoria por Marx (1988, p.81) nos apresenta o trabalho dos homens e suas características sociais são encobertas, e que ocultam as relações “[...] Uma relação social definida, estabelecida entre homens, assume a forma fantasmagórica de uma relação entre as coisas.

<sup>8</sup> Destacamos aqui, que o termo utilizado para *ARIE Floresta da Cicuta* ocorre pela delimitação do perímetro estabelecido pela Unidade de Conservação; portanto quando se refere a *Floresta da Cicuta* se remete a toda a área de mata pertencente a esta floresta que ultrapassam as fronteiras pré-estabelecidas pela unidade.

interesses, e a CSN (agente hegemônico) possui uma lógica sobre o território de Volta Redonda, construído desde a gênese da “cidade industrial/empresarial” e com isso o consumo e controle do espaço da cidade.

A Floresta da Cicuta foi por muito tempo considerada um território em “uso-reposo” do ponto de vista de uma dinâmica do controle da cidade. Portanto, a Cicuta sempre esteve alheia a dinâmica e coexistência desta atividade econômica. Entretanto, cabe questionarmos também as intenções e discursos que englobam a preservação ambiental da floresta, pois pensamos que a ARIE Floresta da Cicuta não é disputada para um consumo de sua natureza bruta, mas dela “customizada, revestida” a partir da atuação do agente hegemônico em uma (re)produção de uma geografia para o usufruto.

Ao pensarmos no consumo da natureza, podemos inclusive destacar a atividade turística como um fator importante e capaz de reproduzir uma lógica econômica, que se apresenta em uma roupagem concebida como uma “indústria limpa”, ou seja, funcionando como um discurso ideológico. Esse discurso ideológico, no qual ocorre uma apropriação econômica da paisagem para produção de sua geografia, devido seus impactos no uso do território. Neste sentido, a apropriação econômica, territorial e da paisagem como materialidade das ações dos agentes reguladores da espacialidade torna os espaços capazes de serem consumidos e tornados por atividades econômicas; trata-se, assim, do uso corporativo do território, seja por especulação ou até mesmo por atividades turísticas.

O turismo se apresenta como um agente de (re)produção e mercantilização destes espaços. Vale lembrar que a Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN permite tais ações, e, portanto, tal reflexão econômica também entra em pauta. Desta maneira, o debate que será promovido sobre ser Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN ou Refúgio de Vida Silvestre – REVIS se pauta no próprio uso do território.

Ao mirarmos na questão ambiental da Floresta da Cicuta, no que se refere a sua degradação, nos deparamos com algo muito mais complexo, na reafirmação das intenções de uma RPPN, por meio do “fetiche” de realizar atividade sem impactos direto ao ambiente, por meio de um discurso de exaltação da natureza como um refúgio da vida, porém encoberto de intencionalidades com essa postura, na busca de uma legitimidade do desenvolvimento sustentável (ROCHA, 2018). No entanto, nos deparamos com o uso da concepção de desenvolvimento sustentável, que busca por legitimar suas ações sob forte discurso ideológico.

O entendimento do território como uma possibilidade, no entanto, se faz necessário pensarmos a ARIE Floresta da Cicuta em disputa e o fato deste debate se perpetuar até o momento sem uma solução a “curto e médio prazo” se torna central para as reflexões de nossa pesquisa. Não é por outro motivo que negar a “mercantilização” da natureza não deixa de remeter a certo romantismo do homem para o ambiente. Portanto, Rocha (2018, p. 67) permite alicerçar nossa observação, ao afirmar que:

Isso é um romantismo científico e teórico, senão, um discurso mistificador e ideológico para a reafirmação do capitalismo na sujeição da natureza e seus recursos para com a normatização do Estado. Entretanto, tal sujeição social, econômica, política e ambiental é velada (...) Tais impactos não são percebidos vide a ótica neoliberal que permeia as políticas públicas e a atuação da iniciativa privada na gestão do turismo nessas áreas naturais. (ROCHA, 2018, p. 67 ;124).

Esta visão está conformada na exaltação do capital verde fetichizado no discurso das políticas de responsabilidade socioambiental apresentadas pelas empresas. Até que podemos considerar a Responsabilidade Social Empresarial (RSE) se vincula à Política Social em muitas ocasiões, porém a RSE, no que se refere às questões políticas corporativas, promove uma

potencial ação política e ações estratégicas de enfrentamento dos interesses sociais dissonantes. Trata-se assim, de uma política do enfrentamento, partindo-se dos interesses institucionais e empresariais a assumindo-se uma territorialidade corporativa.

Há que se pensar e refletir acerca da real intenção desta investida sustentável da CSN para a ARIE Floresta da Cicuta. *Qual é a sua intenção? Trata-se da preservação do ambiente? Há interesses econômicos? Compensação ambiental? Chancela para degradar? Vale o debate em um mundo onde há uma ‘guerra de narrativas’ e ‘certezas’ sobre os assuntos. Esta questão me faz lançar em um mar e navegar em mares turbulentos com suas variadas ondas de interesses. Da mesma maneira, deparamo-nos com a busca do desenvolvimento sustentável ou uma regulamentação do mercado e sua competitividade? Com a busca por uma melhoria em sua imagem ambiental e/ou uma possibilidade do desenvolvimento sustentável?* Todas estas são questões que exigem respostas.

Procura-se compreender aqui qual é a lógica adotada pela Companhia Siderúrgica Nacional, bem como as ações planejadas de sua gestão que se utiliza do território como categoria analítica “ação planejada” e/ou ação de exploração planejada”, já que a CSN é proprietária e gestora de suas propriedades, exceto da ARIE Floresta da Cicuta, que, portanto, se encontra em disputa na cidade. Afinal, *a ARIE Floresta da Cicuta é uma materialização real de possibilidades de uma continuidade de crescimento perene da empresa? É uma maneira de representatividade de uma nova política ambiental? Ou apenas um marketing, como intenção de alteração de sua imagem perante a opinião pública volta-redondense e barra-mansense?*

A responsabilidade social inicialmente configura-se como uma política, mas que na verdade visa tão somente uma versão mais conformada de respostas as questões sociais aos modelos produtivos. A ARIE Floresta da Cicuta se apresenta como uma possibilidade de reserva territorial na cidade de Volta Redonda: vide os terrenos sob o espólio da CSN, que são cercados e cerceados da sociedade, e com isso emplacados e expostos a população como um patrimônio da empresa como mais um número (referência aos números dos patrimônios de cada propriedade da siderúrgica). *Que tipo de conflito é este, é pelo espaço urbano que estamos nos confrontando? Que conflito urbano é este que se apresenta sob a égide de responsabilidade socioambiental, em nome da sustentabilidade?*

O direito à cidade pode estabelecer um ponto de “conexão entre as desigualdades socioespaciais e o planejamento urbano” submetido à cidade “como uma mercadoria e um objeto de consumo” (SILVEIRA, GRASSI, 2016, p. 249). Portanto, as pessoas são “aliciadas”, pois são estimulados a uma promoção de uma mercadoria cada vez mais atraente e desejável. Somos indivíduos como promotores das mercadorias, que traduzem sob uma forma de *marketing* a ampliação da própria demanda (BAUMAN, 2008).

Todo esse caráter que busca uma mudança de imagem de uma empresa altamente poluente traça um discurso muito forte e organizado para a mudança de sua imagem perante a sociedade, em busca de um “pensamento único”, é uma maneira encontrada para a normatização de suas ações, pensamentos e práticas (WOLKMER, 2001). Lefebvre (1970) destaca a participação popular dos atores sociais e participação da sociedade no planejamento urbano, algo previsto na Constituição Federal brasileira de 1988 e também no Estatuto da Cidade. A amostra desta questão pode ser observada na mobilização social frente a tentativa da CSN, em transformar a Unidade de Conservação ARIE Floresta da Cicuta em uma RPPN (Reserva do Patrimônio Particular Natural).

O direito à cidade permite pensar a cidade como um todo orgânico, e não como repartimentos isolados e/ou em lotes. O Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001) norteia a gestão da propriedade urbana em prol do equilíbrio ambiental; porém o que observamos no cenário brasileiro é a total dissonância em relação a este estatuto, demonstrando que a propriedade urbana segue os anseios dos agentes econômicos hegemônico. Na cidade de Volta Redonda, a construção urbana possui, como vimos, uma profunda lógica empresarial.

Podemos pensar que o direito à vida urbana na cidade sempre seguiu uma lógica industrial-empresarial, e que, portanto, devemos pensar se tal situação possibilitou um verdadeiro direito à vida urbana. Entendemos que hoje há uma falsa ideia de participação. Tratamos aqui de uma situação conflituosa com uma “guerra de palavras e interesses”, pois esse direito de acesso e de modificação do espaço urbano não se mostra social, pois se restringe a um grupo econômico que detêm o controle territorial da cidade e resulta e reforça em uma segregação urbana e socioespacial na cidade.

As pressões econômicas possuem impacto direto nas desigualdades socioespaciais e atendem à lógica de determinados grupos econômicos em detrimento de grupos sociais. No entanto, nos deparamos com a situação da *cidade-mercado x cidade-direito* (SANTOS JÚNIOR, 2015), que revela o descompasso da dinâmica do planejamento urbano, onde a especulação imobiliária se faz presente em Volta Redonda, que passa a ser entendida como um direito de consumir e não como direito coletivo.

No espaço público, cada vez mais fragmentado e privatizado, são deflagrados os conflitos que envolvem interesses dissonantes. Assim, a mercantilização da cidade (SANCHES, 2010), transformada em uma cidade-negócio com a intenção de se apresentar como sustentável em parcerias público-privadas, faz com que esteja se (re)criando a urbe para atender e/ou receber grandes empreendimentos e às exigências do mercado. “Sustentáveis”, as cidades neoliberais se desenvolvem de maneira excludente e com degradação ambiental, deflagrando então toda a complexidade e tensões dos conflitos territoriais urbanos que estão terminantemente em disputa, como no caso da ARIE Floresta da Cicuta. O planejamento urbano consolida diferentes conceitos, práticas e procedimentos dos diferentes interesses dos atores/agentes de uma gestão denominada, e/ou autodenominada sustentável.

Hannah Arendt (1999) compartilha e contribui com a lógica do *mal banal*, em que a sociedade passa a ser cumpridora de regras e costumes burocráticos, com resultados contínuos ao crime provocado ao ambiente, com uma abdicação da capacidade de pensar a proteção ambiental em prol do desenvolvimento, ou seja, uma banalidade do mal a despeito das questões ambientais, com atrocidades se perpetuando pela estrutura burocrática. Essa é uma questão no qual devemos nos atentar para a grave situação de nossas estruturas sociais. Além disso, a maioria da literatura sobre o tema afirma que o conceito de desenvolvimento é oriundo da tradição cartesiana de ciência, o que o coloca como sinônimo de crescimento econômico e este como exigência para a felicidade humana. Torna-se assim um conceito qualificado por uma noção de progresso, de algo contínuo, inexorável e linear, mesmo que marcado por fases distintas.

A articulação desta banalidade diante dos processos que intervêm no manejo, nos chama a atenção para uma situação real dos riscos. Não devemos, por óbvio, banalizar a degradação do ambiente, sendo fundamental que a sociedade se torne parceira – recorrendo inclusive ao direito ambiental – e compreenda as questões nas quais estão inseridas, de um ambiente integrante, de dignidade, com direito humano e não de um *mal banal* ambiental. Oculta-se constantemente os conflitos, transformando todo o debate acerca das questões ambientais em uma agenda com viés político. Ou seja, uma propaganda de um objetivo a ser seguido, pois o próprio relatório *Nosso Futuro Comum* declara suas limitações, ainda que não apresente respeito aos limites que se pretende chegar.

O desenvolvimento sustentável não é um conceito, mas uma cartilha a se seguir para encontrarmos soluções para lidarmos com as problemáticas ambientais sem afetar o crescimento econômico, tais como a “compensação ambiental”. Uma sociedade movida pelo medo, medo da qualidade de vida, medo do poderio e capacidade econômica, faz com que seja necessária essa reinvenção e procura de maneira frenética por novas alternativas. Porém “criou-se uma alternativa” por meio da sustentabilidade que, por intermédio da gestão empresarial, necessita de tecnologia e alimenta a produção e o consumo.

Vale testar se Volta Redonda atingiu seus limites das possibilidades ecológicas, bem como se a ARIE Floresta da Cicuta é uma maneira de compensação ecológica/ambiental. *Quais seriam os caminhos necessários para o desenvolvimento de um “interesse/futuro comum” para a Floresta da Cicuta e para a cidade?* Tais conflitos resultam em diferentes intenções e formulações de interações entre ambiente natural e o urbano, e também com a cultura, política, economia e historicidades. A gestão empresarial, ou melhor, a “gestão verde” é entendida aqui como um conjunto de políticas adotadas pela empresa com o intuito de modificação de sua imagem referente às questões ambientais, com a proposição de alterações das práticas empresariais, seja para adequação do mercado, seja como um *marketing verde*, ciente que as duas possibilidades não são autoexcludentes.

Eis algumas tensões do discurso sustentável, sob a égide do “*Nosso Futuro Comum*”: o debate hegemônico sobre a questão territorial e as apropriações de maneira privada por grandes empreendimentos em dissonância com o bem comum proposto pela Agenda 21 e o mote do desenvolvimento sustentável. A ARIE Floresta da Cicuta assiste conflitos de narrativas e ideologias, propostas e práticas, gestão estatal e gestão privada do território, uso e cerceamento de seu espaço. Os ganhos empresariais com a gestão da Floresta da Cicuta perpassam dúvidas sobre as diferentes formas de obtenção de lucros, o acesso fechado ou irrestrito à sociedade, as formas de propaganda empresarial e uso do *marketing verde* ou mesmo a possibilidade criação de uma verdadeira reserva territorial. São muitas questões que envolvem esses 131 hectares, e que se encontra envolto do debate sustentável de seus gestores, proprietários e postulantes a gestão. A ideia defendida e apresentada pela CSN como a zeladora ambiental e do futuro da cidade, como também, da floresta e gerações futuras, demonstra-nos uma questão que ultrapassa as discussões ecológicas, e portanto, envolvendo debates/disputas políticas e econômicas sobre o espaço. Afinal:

Compreender a dinâmica, o tempo geológico, as diferentes escalas, se aparentemente as problemáticas podem ser resolvidas com a tecnologia de ponta? Como “cuidar” das riquezas naturais se o território parece não ter importância? Onde estão as riquezas naturais? Qual a importância do território, espaço, lugar e paisagem? Preservar áreas “reservadas” para a perpetuação do capital e do modo capitalista de produzir mais e mais mercadorias ou da sociedade? Como evitar a sociedade do descartável e a sociedade descartável? (RODRIGUES, 2005, p.98).

A certificação ambiental internacional possibilita que as organizações obtenham competitividade perante o mercado, no processo produtivo com redução de custos; bem como, na melhoria da imagem institucional por meio de estratégias e objetivos que garantam legitimidade, aceitação e endosso dos discursos da gestão empresarial “verde”. Uma forma de atingir este objetivo é estruturar as atividades voltadas para o meio ambiente em obediência às normas desenvolvidas pela Organização Internacional para a Padronização (ISO). A ISO é uma padronização de políticas realizadas e estruturadas pela empresa, no qual o sistema de gestão estabelecido possibilita a certificação de uma relação propositiva com o meio ambiente, e assim, que obtenha credibilidade internacional, se destacando de empreendimentos que apenas aderem às legislações ambientais vigentes de cada espacialidade; portanto, gera, conseqüentemente um diferencial competitivo perante o mercado. A norma ISO 14001, por exemplo, compreende especificações reconhecidas internacionalmente e permite apontar que:

É evidente que para os capitalistas (chamados de ecocapitalistas) a aceitação do desenvolvimento sustentável implica impor regras de controle, usar novas tecnologias, obter certificados de uso racional de

recursos (ISOS), de controle de resíduos e, sobretudo, permitir a continuidade de reprodução ampliada do capital, conferindo-lhes legitimidade para a concorrência com outras empresas “que não contribuem para a preservação do meio ambiente”, não têm o certificado ambiental. (RODRIGUES, 2005, p. 100)

As empresas, portanto, seguem um conjunto de procedimentos como balizadores capazes de redução dos impactos ambientais<sup>9</sup> de suas atividades econômicas, mas evidenciando alavancar seus resultados financeiros proporcionados pelo selo de qualidade adequado pela ISO e fazendo valer a chancela de denominações como “empresa verde”, “sustentável” etc. A normatização das atividades, sua exposição e a propaganda exercida sobre estas realizações influenciam a opinião pública sobre a imagem da empresa, ainda que tenha ação predatória, e concomitante favorece a implantação de novos projetos empresariais, produtos e renovações.

A mudança e exigência do mercado, bem como do consumidor, faz com que transformações sejam necessárias para que as empresas possam participar da concepção das questões debatidas no mundo. O Desenvolvimento Sustentável é a possibilidade de grandes empreendimentos apresentarem-se como engajadores sociais e ambientais, tão em voga desde o final do século XX. Da mesma maneira, as questões econômicas e as pressões pela redução dos impactos ambientais, respeitando-se a competitividade, tem uma maior relevância perante as empresas, pois:

Ultimamente, as regulamentações ambientais têm sido as que maior impacto tem trazido, não por conta do incentivo ao desenvolvimento de produtos e processos mais limpos, mas por causa do conteúdo comercial e econômico embutido nas cláusulas de desempenho ambiental impostas às empresas. Ante as pressões pela redução dos impactos ambientais, há a necessidade de se garantir que a mudança tecnológica se dará atendendo a alguns critérios tecnológicos e econômicos”. (MDIC, 2010).

Inovação e desenvolvimento sustentável são questões interpenetrantes e que atuam em conjunto. A inovação é a estratégia de diferenciação e competitividade, que tende a estar a serviço do desenvolvimento sustentável como uma tática de gestão. Tais questões permitem que as empresas se reinventem, pautadas na sustentabilidade, no entanto, não é possível mensurar o tamanho de tais impactos na vida humana e no ambiente.

Obviamente, as ações dos grandes empreendimentos são insuficientes perante para uma mudança ambiental e mesmo para exigências de consumidores atentos à questão, que começaram a se preocupar com a procedência de sua alimentação e produtos de um modo geral.

---

<sup>9</sup> Kraemer et al. (2013, p.10) descreve que o que caracteriza o impacto ambiental não é qualquer alteração nas propriedades do ambiente, mas as alterações que provoquem o desequilíbrio das relações constitutivas do ambiente, tais como as alterações que excedam a capacidade de absorção do ambiente considerado. A Resolução CONAMA nº 01/1986, (p.1), considera impacto ambiental qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do ambiente causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetem: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do ambiente e a qualidade dos recursos ambientais.

Tornou-se necessário para a sobrevivência de algumas empresas e setores econômicos mudanças de atitudes para atender às necessidades de um novo contexto ambiental e, com isso, uma preocupação cada vez maior com a sua imagem perante a opinião pública, grande utilização das mídias e “plataformas verdes”. É importante asseverar que se tais questões são encaradas como uma oportunidade estratégica para uma nova exigência econômica de sobrevivência, também há retrocessos em curso e certamente uma miríade de empresas e setores que ignoram qualquer ação de defesa do meio ambiente, especialmente nas periferias do mundo.

As preocupações ambientais da CSN, uma empresa potencialmente poluidora e causadoras de impactos ambientais, estão inseridas numa mudança cultural das empresas para atender às demandas sustentáveis (ROSEN, 2001). As exigências dos mercados globais cobram das empresas uma série de normas ambientais para a importação dos produtos e indicam reivindicações que estimulam cada vez mais as empresas a integrar as questões ambientais como um atendimento das demandas presentes do capitalismo (BERNARDO, et al. 2012). As iniciativas socioambientais corporativas se mostram suficientes para equalizar a relação capital, interesses econômicos e desenvolvimento sustentável. Natureza e economia não caminham juntas como o Relatório Brundtland nos faz crer, pois para o aumento do consumo e atividades econômicas se faz necessário um aumento de recursos que indubitavelmente será por intermédio da natureza. Desta maneira, se apresenta uma forma (i)lógica do mercado e o tratamento do ambiente, que foi seguida por grandes empreendimentos, e marco de gestões empresariais, com contradições fundamentais e momentos de (re)construção do capital (HARVEY, 2015).

O mundo corporativo integrou ao debate ambiental e sustentável, com relevante interesse aos lucros, preços e qualidades, de maneira que “modificou a lógica do mercado e o tratamento do ambiente para estimular a responsabilidade social empresarial a incorporar a questões socioambientais” em sua gestão, ou seja, a gestão verde, na qual apontamos no bojo desta pesquisa (PAFFARINI et al, 2017 p. 63). A questão de responsabilidade social empresarial, embora diferente de sustentabilidade, acabou convergindo com meio ambiente, permitindo desta maneira o surgimento da compensação ambiental. A Fundação CSN e a ARIE Floresta da Cicuta se apresentam como materialização desta compensação, ficando no meio do caminho entre atender as questões da comunidade afetada e, de maneira essencialmente mercadológica, propor a mudança da imagem da empresa perante a sociedade.

Se cada vez mais os consumidores exigem responsabilidade e padrões de sustentabilidade das empresas pelos produtos que adquirem e torna-se fundamental a chancela de selos e certificados de boa prática empresarial e uma produção socialmente correta e comprometida para atender padrões de sustentabilidade das empresas, fica patente a necessidade de integrar nessas atividades econômicas a questão ambiental. São medidas de custo significativo, mas que permitem “uma estratégia de comunicação muito utilizada pelas empresas para tornar mais aceitável uma atividade que é inevitavelmente perigosa tanto para o meio ambiente como para as pessoas”? (NATALI, 2014, p. 15).

Por fim, *a proteção ambiental deixou de ser vista pelas empresas apenas como um cumprimento de uma exigência legal? Ou um requinte desta exigência e/ou complemento como uma questão estratégica de mercado?* Tais questões não podem ser dissociadas. A adoção de comportamentos cada vez mais aceitos universalmente como apropriados nos traz a dimensão de uma responsabilidade social como propaganda de uma política sustentável, no qual as empresas são agentes/atores deste jogo do desenvolvimento econômico. Portanto, as práticas e políticas ambientais vão para além das preocupações ambientais, mas um foco na perspectiva de um desenvolvimento econômico com contrapartidas. A sustentabilidade adotada pelas empresas é exigência de mercado.

No que concerna à Floresta da Cicuta, historicamente, a relação que a siderúrgica possui com a cidade é considerá-la como uma propriedade, pois é possuidora de diversos patrimônios

guardados com afinco, destacando a sua segurança patrimonial para efetivar rondas de vigilância. Por outro lado, a sustentabilidade se apresenta sob a forma materializada de uma ação planejada da gestão verde empresarial, onde a gestão da ARIE Floresta da Cicuta se inclui na luta pelas tessituras do espaço urbano e se revela como uma propriedade estratégica na qual a proprietária não possui total controle.

Essa discussão, portanto, ultrapassa a busca de qualquer equilíbrio ambiental e ecológico na cidade de Volta Redonda e Barra Mansa, mas se apresenta como uma face na qual é preciso reconfigurar a imagem empresarial, que é altamente prejudicial ao ambiente, e possui uma política patrimonial muito ativa sob suas propriedades na cidade de Volta Redonda. A Fazenda Santa Cecília, melhor dizendo, a ARIE Floresta da Cicuta, foge de seu controle, pois a floresta seria uma reserva territorial na cidade, tendo em vista que ela está entre uma área de alto valor domiciliar, rodeado por classe média e uma área de expansão urbana, que tivera na Floresta da Cicuta um símbolo do poder da CSN e de uma nova frente urbana, como a Cidade Satélite da Cicuta.

#### **4.2 – A proposição de transformações da ARIE Floresta da Cicuta: interesses e propostas divergentes na “remodelagem” em RPPN ou REVIS**

O objetivo é entender as divergências presentes entre a proprietária da área da Unidade de Conservação e o órgão gestor da unidade, pois apresentam-se dissonantes e com dimensões socioambientais distintas, porém muito semelhantes em alguns pontos. Contudo, não é possível afirmar de antemão a plena sinceridade de tais discursos. Para discorrermos sobre tais interesses na ARIE Floresta da Cicuta é necessário entendê-los e analisá-los, para uma compreensão das problemáticas deste território.

Devemos elucidar aqui que a criação de unidades de conservação, por muito tempo, foi considerada uma estratégia estatal. A partir da década de 1980, o Brasil passou a adotar e atribuir a áreas consideradas relevantes a “noção estratégica de meio ambiente” (JÚNIOR et al, 2009, p.47). Noção e diretrizes que se intensificaram no auge do regime militar ditatorial do Brasil, quando ocorreu uma elevada criação de unidades de conservação que, de maneira autoritária, desconsiderava o contexto socioambiental da criação destas unidades (CALVALCANTE, 2012). Relembremos aqui, que a criação da ARIE Floresta da Cicuta ocorreria porque o governo do período considerava as possibilidades de jazidas com riquezas minerais, no qual a intervenção nesta unidade poderia ocorrer e iniciar uma exploração “sustentável” sem nenhum prejuízo a categorização. O Estado brasileiro iniciou efetivamente de maneira organizada a sua política ambiental em 1981, com a criação da Política Nacional do Meio Ambiente. Desta maneira, os governos passaram a intervir através de mecanismos jurídicos para a proteção ambiental, bem como, a normatização e uso dos territórios (STEINBERGER, 2013).

Destacamos a importância do SNUC (Sistema Nacional das Unidades de Conservação), já elucidado anteriormente e cujos objetivos estão resumidos no quadro 8, pois criaram-se mecanismos norteadores das Unidades de Conservação, como sua jurisdição, classificação de categorias e suas respectivas subdivisões, que contribuem com políticas que norteiam a gestão destes territórios nas esferas: Federal, Estadual e Municipal.

### Quadro 8: Objetivos norteadores da SNUC

I – contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
II – proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
III – contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
IV – promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
V – promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
VI – proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
VII – proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
VIII – proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
IX – recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
X – proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
XI – valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
XII – favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
XIII – proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as.

Fonte: SNUC, 2000; adaptação do autor.

Reforçamos que estas unidades de conservação se classificam em duas categorias fundamentais, que se subdividem em grupos responsáveis pelo modelo de manejo a ser adotado. Entre eles há uma diferenciação que deve ser considerada, entre: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. As unidades de uso sustentável são mais comuns que as unidades de proteção integral, pois nos territórios ocorrem atividades que ultrapassam as dimensões ambientais e permitem ações econômicas oficialmente canceladas. Portanto, iniciaremos uma

reflexão na diferenciação de RPPN, cujo a categorização é de uso sustentável, com o REVIS, com sua categorização pertencente ao grupo de proteção integral; em destaque para os projetos propostos a recategorização da ARIE Floresta da Cicuta e suas perspectivas implicações.

#### **4.2.1 Potencial estratégico da RPPN: enfrentamento das questões ambientais, sociais, territoriais e políticas**

Ao mesmo tempo em que essa atividade sinaliza com a capacidade autossustentada, por meio das parcerias público-privadas em Unidades de Conservação, causa preocupação da “lógica de mercado” (com todos os seus pressupostos de racionalização e produtividade) nos programas e ações que venham a ser elaborados (CAVALCANTE, 2012, p. 55).

Segundo o excerto de Cavalcante, a RPPN, em algumas situações, pode ser considerada um caso preocupante, pois carrega discursivamente uma harmonização dos impactos com preocupações com as atividades econômicas. Há ali a fetichização dos recursos naturais, onde a estratégia se torna mais profunda em uma lógica de mercado no qual o agente hegemônico busca pelo controle. Negar a mercantilização da natureza é afirmar o fetiche da mesma, ou seja, o romantismo do homem com o ambiente e portanto, nos deparamos com a mistificação deste discurso e de uma nova imagem empresarial.

Analisaremos as proposições da tentativa de projeto de lei, referente ao ano de 2015, no qual autoriza a transformação da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Floresta da Cicuta, criada pelo Decreto nº 90.792, de 9 janeiro de 1985, em Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, justificada com os seguintes argumentos:

Nesse contexto, a criação de uma RPPN tem por objetivo fundamental permitir a manutenção das qualidades naturais e do equilíbrio ecossistêmico de determinadas porções territoriais, em caráter perpétuo e irrevogável, de modo a efetivar a tutela dos recursos ambientais representativos da região em que se insere, em razão de sua biodiversidade ou aspecto paisagístico, ou ainda de outros atributos que demandem ações de recuperação, conservação e manutenção. Essas características da RPPN permitem um comprometimento praticamente absoluto da área sobre a qual recai o gravame, podendo, no máximo, ser utilizada para o desenvolvimento de atividades de cunho científico, cultural, educacional, recreativo, e de lazer, desde que devidamente autorizadas e executadas de modo a não comprometer o equilíbrio ecológico ou colocar em perigo a sobrevivência das espécies nela existentes. (COSTA, 2015)

O presente projeto, apresenta a autorização de desafetação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Floresta da Cicuta e subsequente criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN Floresta da Cicuta. A proprietária da Unidade de Conservação propõe 10 artigos normatizadores do projeto de lei responsável pela proposição que poderemos analisar no quadro a seguir (Quadro 9):

**Quadro 9: Artigos normatizadores da RPPN Floresta da Cicuta (continua)**

Art. 1º	Fica autorizada, nos termos do art. 22, §7º, da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, a desafetação da Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE Floresta da Cicuta, criada pelo Decreto nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, no Município de Volta Redonda, no Estado do Rio de Janeiro.
Art. 2º	A desafetação a que se refere o artigo anterior destina-se exclusivamente à criação da Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN denominada Floresta da Cicuta.
Art. 3º	A efetiva criação da RPPN Floresta da Cicuta dependerá de iniciativa do proprietário da área correspondente, em conformidade com os parâmetros descritos no Anexo Único, junto ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio ou outro órgão integrante do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC.
Art. 4º	A RPPN Floresta da Cicuta só poderá ser utilizada para o desenvolvimento de pesquisas científicas e visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais previstas no Termo de Compromisso firmado com o órgão competente do SNUC ou em seu plano de manejo, vedada qualquer outra forma de exploração econômica e utilização dos recursos ambientais nela existentes.
Art. 5º	Instituída a RPPN a que se referem os artigos anteriores, fica o ICMBio autorizado a promover o encerramento das atividades e a extinção do Conselho Consultivo da ARIE Floresta da Cicuta.
Art. 6º	Caberá ao proprietário do imóvel:  I - assegurar a manutenção dos atributos ambientais da RPPN e sinalizar seus limites, advertindo terceiros quanto à proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca, apanha, captura de animais e quaisquer outros atos que afetem ou possam afetar a integridade da unidade de conservação;  II - submeter à aprovação do órgão competente o plano de manejo da unidade de conservação;  III - encaminhar anualmente ao ente responsável por sua criação, ou sempre que solicitado, relatório da situação da RPPN e das atividades nelas desenvolvidas.
Art. 7º	O plano de manejo da RPPN Floresta da Cicuta deverá ser submetido à aprovação do órgão competente no prazo máximo de dezoito meses, contados da publicação desta Lei.
Art. 8º	Até que seja criada a RPPN Floresta da Cicuta, a área descrita no Anexo Único ficará submetida a limitações administrativas provisórias, nos termos do art. 22-A da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, cujos efeitos serão estendidos até o registro do Termo de Compromisso junto à matrícula dos imóveis abrangidos pela unidade de conservação.

#### Quadro 9. Continuação

Art. 9º	Os recursos investidos na criação, manejo e conservação da RPPN Floresta da Cicuta poderão ser oriundos ou deduzidos da compensação ambiental a que se refere o art. 36 da Lei nº 9985/2000.
Art. 10º	Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Fonte: COSTA, 2015. Organização do autor.

O quarto artigo nos chama a atenção, pois afirma a vedação de qualquer forma de exploração econômica e utilização dos recursos ambientais nela existente, todavia se permite a visitação com objetivos turísticos e recreativos. Há, evidentemente, certa incongruência presente no discurso, pois não são completamente incompatíveis, pois como é possível explorar o ambiente com atividades turísticas sem quaisquer explorações econômicas? Em nossa leitura, as atividades turísticas são capazes de reproduzir uma lógica econômica, e o argumento permite uma relativização e uma espécie de “falsa harmonia”, concebida por uma “indústria limpa”. Contudo, nos faz observar a floresta como algo “coisificado”, desenvolvido por um discurso hegemônico como uma forma conciliatória entre o homem e o meio, onde o turismo é utilizado como uma mola propulsora para a preservação ambiental.

Ressaltamos também uma apropriação econômica da paisagem, que alteram diretamente e impactam no uso do território, por meio de uma apropriação econômica e territorial da paisagem como materialidade das ações dos agentes reguladores e de atuação (turistas) da espacialidade, que são consumíveis e produzidos por estas atividades econômicas. Portanto, nos deparamos com o uso corporativos do território. Também chama a atenção e confirma as questões que estamos destacando nesta pesquisa o artigo nono, quando se destaca a compensação ambiental. Tal questão, já discutida na análise do “Nosso futuro Comum” – o famigerado Relatório Brundtland – chancela a exploração ambiental, desde que se “reponha ecologicamente”, porém desconsiderando toda a singularidade e importância socioambiental.

Destacamos também, a importância que a compensação ambiental como uma maneira de expor, à opinião pública, todo o “esforço” empresarial em demonstrar seu “compromisso ambiental”, em uma clara tentativa de propaganda sustentável, devido aos seus impactos ambientais na cidade de Volta Redonda. Entretanto, a RPPN Floresta da Cicuta representaria mais uma maneira pela qual a CSN propõe ser ambientalmente aceita pela sociedade do entorno. Nesta (re)construção do capital, como pano de fundo todo o tratamento ambiental e seu discurso ideológico, há uma bandeira verde, como o defendido pela proprietária em deixar um “legado preservacionista/conservacionista para as gerações futuras”.

Como justificativa, a empresa (proprietária) realiza um esforço em demonstrar a RPPN que é de Uso Sustentável, em comparar em uma Unidade de Conservação do grupo de Proteção Integral, e discursa que o “melhor caminho a seguir é o da mudança de status de manejo protetivo da área”, pois:

Neste contexto, que embora a RPPN seja considerada pela Lei como integrante do Grupo de Uso Sustentável, trata-se da única categoria de unidade de conservação de uso sustentável que só permite o uso indireto dos recursos naturais, funcionando, na prática, como uma verdadeira UC de Proteção Integral. Consequentemente, a desafetação e recategorização que ora se propõe contribuirá para o aumento do grau protetivo da área, garantindo a perpetuação de seus recursos naturais. (COSTA, 2015).

Sempre quando possui a oportunidade a proprietária destaca que “a legislação brasileira permite que o proprietário afete voluntariamente o todo ou uma parcela do imóvel” (COSTA, 2015). Portanto, por se tratar de território particular ela possui o direito em mudança no status do manejo protetivo da área e assumir a plenitude da área, com responsabilidade e investimentos no perímetro da UC, com tais investimentos presentes na ideia de compensação ambiental. Porém, o que se destaca é a tentativa de legitimar sempre que possível a sua condição majoritária sobre a sua propriedade.

A RPPN apresentada tem por objetivo fundamental a preservação ambiental em sua totalidade em caráter perpétuo e irrevogável, de modo a efetivar a tutela dos recursos ambientais de modo global, e “conciliar os objetivos de conservação da área privada com interesses do proprietário, da sociedade civil e do Poder Público” além das prerrogativas que já competem a ARIE (COSTA, 2015). Desta maneira, apresenta todo o seu discurso para viabilizar o direito a sua propriedade e legitimar um discurso, concomitante ao discurso sustentável da própria empresa. A partir do momento que a empresa possui uma propaganda muito forte de alteração da imagem e uma ideia de sustentabilidade, podemos associá-la a um marketing verde.

Há uma evidente tentativa, perceptível aqui, de criar uma reserva territorial para a Floresta da Cicuta, e que se resulta em uma guerra que busca por circunstâncias vantajosas e busca por espacialidades produtivas, sempre “alheia” à expansão urbana da cidade como um “uso-reposo”, mas que nos apresenta uma reserva territorial bem definida estrategicamente. Há uma lógica da CSN sobre o território da cidade, quando no artigo 6.º, indica que será a empresa a responsável por assegurar a defesa, sinalizar seus limites e advertir terceiros quanto à proibição de desmatamentos, queimadas, caça, pesca e outros procedimentos. Um território da CSN, com poder, espaço e identidade precisos.

Este projeto foi apresentado pelo deputado Índio da Costa e posteriormente retirado pelo próprio autor, por meio do Memorando nº 048/2016 - COPER com o Requerimento nº 4145/2016, que solicitava a devolução do projeto e de toda a documentação produzida na Comissão.

#### **4.2.2 Potencial estratégico da REVIS: enfrentamento das questões ambientais, sociais, territoriais e políticas**

Outra proposta altera a categoria e os limites da Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta, criada pelo Decreto nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, nos Municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. Este projeto, já arquivado, foi proposto pelo deputado Wanderley Alves de Oliveira, mais conhecido como Deley. Nascido em Volta Redonda, ex-jogador de futebol que atuou com destaque no Fluminense Futebol Clube, tem atuado na política como deputado desde que foi eleito pela primeira vez em 2002.

Neste projeto, procura-se assegurar, proteger e recuperar a floresta, bem como a diversidade biológica e garantia da estabilidade ambiental. Trata-se do Projeto de Lei nº 9139, apresentado a Câmara dos Deputados, no ano de 2017. Tal mudança é significativa, pois a ARIE que é do grupo de Uso Sustentável passaria para o grupo de Proteção Integral, além de ampliar a área de proteção e Unidade de Conservação de 131 ha para 695 ha; e com isso englobaria a totalidade dos remanescentes e integraria a totalidade da Floresta da Cicuta, que foram excluídas na constituição da ARIE (DELEY, 2017). Portanto, dentre as justificativas a que se levanta como a principal bandeira é a de reparação histórica por ter desconsiderado a totalidade da Floresta da Cicuta. Os artigos norteadores da proposição de transformação da Floresta da Cicuta de ARIE para REVIS estão dispostos no quadro 10, a seguir:

### Quadro 10: Artigos norteadores da REVIS Floresta da Cicuta

Art. 1º		Fica alterada a categoria da unidade de conservação Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta, criada pelo Decreto nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985, localizada nos Municípios de Barra Mansa e Volta Redonda, Estado do Rio de Janeiro, para Refúgio de Vida Silvestre e passa a denominar-se Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta.
Art. 2º		O Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta passa a reger-se pelas disposições desta Lei e tem por objetivos assegurar a proteção e recuperação de remanescentes da Floresta Atlântica do tipo Floresta Estacional Semidecidual; assegurar a preservação da diversidade biológica, incluindo as espécies ameaçadas de extinção, em especial o bugio-ruivo ( <i>Alouatta guariba clamitans</i> ); garantir a perenidade dos serviços ambientais; contribuir para a estabilidade ambiental da região onde se insere; possibilitar a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental.
Art. 3º		O Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta passa a ter o seguinte polígono, de acordo com memorial descritivo elaborado com base em imagem colorida georreferenciada do satélite IKONOS, de 09 de janeiro de 2013, escala 1:2.500, Datum SIRGAS2000 e projeção UTM, zona 23k, com toponímia baseada na carta topográfica SF-23-Z-A-V-2 Volta Redonda, em escala 1:50.000, editadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) [...]
Art. 3º	<i>Parágrafo único</i>	O subsolo da área descrita no caput integra os limites do Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta.
Art. 4º		O Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta será administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, que deverá adotar as medidas necessárias para sua efetiva implantação, gestão e proteção, nos termos do art. 13 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.
Art. 5º		A zona de amortecimento do Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta será definida por meio de ato específico do Presidente do Instituto Chico Mendes.
Art. 6º		O Plano de Manejo da Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta, aprovado pela Portaria ICMBio nº 7, de 27 de janeiro de 2016, permanecerá em vigência até a publicação do Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta.
Art. 7º		O Conselho Consultivo da Área de Relevante Interesse Ecológico Floresta da Cicuta, criado pela Portaria IBAMA nº 19, de 13 de março de 2007, e renovado pela Portaria ICMBio nº 2, de 7 de janeiro de 2015, permanecerá em exercício até a criação do Conselho Consultivo do Refúgio de Vida Silvestre Floresta da Cicuta.
Art. 8º		Fica revogado o Decreto nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985.
Art. 9º		Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Fonte: Deley, 2017. Organização do autor.

O projeto de alteração destaca que a criação da ARIE foi para proteger um dos últimos “remanescentes de Floresta Atlântica do tipo Floresta Estacional Semidecidual, vegetação original que cobria todo o Vale do Rio Paraíba do Sul”, que praticamente se encontra extinta,

com apenas outras duas unidades com esse tipo de formação florestal similar, porém a ARIE Floresta da Cicuta possui características únicas devido ao ambiente submontano; diferentemente do Parque Estadual da Serra da Concórdia (Valença) e Estação Ecológica de Guaxindiba (São Francisco de Itabapoana) (DELEY, 2017).

Quando o projeto de REVIS é apresentado, destaca-se a questão de reparação histórica, devido ao fato que ao criarem a ARIE Floresta da Cicuta se dava por um período experimental de uma recém-categoria que até o momento estava em análise e de maneira ainda embrionária, pois o SNUC só foi ampliar as categorias que são previstas atualmente a partir do ano 2000. No entanto, as aplicações experimentais significaram um conjunto de esforços institucionais visando a preservação da Floresta da Cicuta, porém ao categorizarem a UC não foi contemplada toda a floresta e, com isso, não englobou toda a biota local.

Embora a Floresta da Cicuta abarque características que abrigava e ainda abriga todas as condições do grupo de Proteção Integral, como um legítimo refúgio da vida silvestre, com a presença de importantes populações de espécies ameaçadas de extinção, que integram a Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção, reconhecidas pela Portaria MMA nº 444, de 17 de dezembro de 2014, e também a Lista Oficial da Fauna Ameaçadas de Extinção do estado do Rio de Janeiro, e da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) das Espécies Ameaçadas. Em relação à flora, observam-se árvores de grande porte que se encontram “vulneráveis” e “em perigo”, segundo a portaria MMA nº 443, de 17 de dezembro 2014 (DELEY, 2017). Entre estas espécies, destacam-se:

O macaco bugio-ruivo (*Alouatta guariba clamitans*) e o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), classificadas como ‘Vulnerável’ na Lista Nacional, a jaguatirica (*Leopardus pardalis*) e a paca (*Cuniculus paca*), classificadas como ‘Vulnerável’ pela Lista Estadual RJ, a irara ou papamel (*Eira barbara*), classificada como ‘Presumivelmente Ameaçada’ pela Lista Estadual RJ, e o maracanã-verdadeiro (*Primolius maracana*), classificado como ‘Quase Ameaçada’ em âmbito internacional (Lista Vermelha IUCN), além de diversas outras espécies de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes não ameaçadas de extinção. [...]o jequitibá-rosa (*Cariniana legalis*) e a gameleira-grande (*Ficus cyclophylla*), ambas classificadas oficialmente como ameaçadas de extinção, nas categorias ‘Em Perigo’ e ‘Vulnerável’, [...], e a carobinha (*Jacaranda macrantha*) e o vinhático (*Plathymenia reticulata*), ambas consideradas oficialmente como espécies de interesse para pesquisa e conservação. (DELEY, 2017)

Contudo, por força da legislação vigente, a floresta foi agrupada no Uso Sustentável, em grande parte devido a expectativa de possuir jazidas minerais e a possibilidade de exploração do solo e subsolo como alternativa a recategorização. Porém, tal situação não se confirmou e desde o ano de 2007 tramita em esfera administrativa do IBAMA e posteriormente do ICMBio o Processo nº 02022.000332/2007-46, “que solicita a recategorização da ARIE Floresta da Cicuta para Refúgio de Vida Silvestre, embasado em farta documentação e fundamentação técnica”, mas conta com a morosidade das autoridades Federais para efetivar tal alteração (DELEY, 2017), intentando proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória.

Uma questão necessária que o REVIS pretende reparar é a totalidade dos remanescentes florestais da Floresta da Cicuta, com uma ampliação para seiscentos e noventa e cinco hectares.

Tal adequação reunificará o corredor florestal em que constitui a floresta. A ARIE hoje, possui os seus limites juntamente aos limites da fazenda Santa Cecília que são constituídas por linhas secas que desconecta a UC a maior parte da floresta que integra a sua totalidade. Vale ressaltar que a floresta transcende as fronteiras estabelecidas pela fazenda e pela Unidade de Conservação (ver: Figura 28).

**Figura 28: Limites recategorizados em vermelho (REVIS), em comparação com a UC da ARIE Floresta da Cicuta em amarelo.**



Fonte: DELEY, 2017.

O REVIS amplia as dimensões do território e pode abarcar propriedades privadas, como já ocorre com a ARIE Floresta da Cicuta, que pode ser completada com o seguinte destaque:

Art. 13. § 1º. O Refúgio de Vida Silvestre pode ser constituído por áreas particulares, desde que seja possível compatibilizar os objetivos da unidade com a utilização da terra e dos recursos naturais do local pelos proprietários (DELEY, 2017).

Ressalta-se que o REVIS, permite que em caso de conflito e incompatibilidade de interesses entre a manutenção da propriedade privada e aquisições dos objetivos da Unidade, fica permitido de acordo com a legislação a desapropriação, sem que o Estado indenize os proprietários. Portanto, há a afirmação que a Floresta da Cicuta é um refúgio da vida silvestre por excelência, sem prejuízo às visitas públicas com objetivos educacionais, que amplia o interesse da sociedade a um aumento em estudos e pesquisas devido à complexidade da Unidade, servindo de abrigo e alimento às espécies da fauna e flora das pressões antrópicas; concomitantemente a recuperação de áreas degradadas, e possibilitar para a sociedade de Volta Redonda e Barra Mansa a valorização de suas riquezas ambientais.

#### **4.3 Sustentabilidade para quem? Tensões e Desafios acerca da gestão da Floresta da Cicuta**

Já nos deparamos com vários questionamentos e respostas ao longo desta dissertação. No entanto, decifrar o que de fato supunha sustentabilidade para a Floresta da Cicuta é algo

complexo, possivelmente de reflexão inesgotável e baseado na própria investigação dos dilemas da contemporaneidade. A ARIE Floresta da Cicuta se apresenta em meio a um conflito territorial, político e econômico, ou seja, de um consumo do espaço, no qual o seu território se encontra em disputa. Há que se destacar as forças dos agentes envolvidos, bem como pensar as narrativas implícitas se faz muito necessário. A sustentabilidade aparece como o grande cerne desta questão, justamente pela força de sua lógica e pela racionalidade econômica, que possui entre tantas possibilidades, a paisagem como a materialização de novos significados.

Esta racionalidade, é estratégica, na busca de um controle territorial, por meio de políticas empresariais e de fórmulas de gestão verde, funcionando como uma bandeira “sustentável” por vezes estrita do ponto de vista econômico. Este discurso de uma suposta “indústria verde”, é que permite por muitas vezes a busca por legitimar as ações especulativas (reserva territorial e compensação ambiental) e o *marketing* verde, que coisificam a lógica territorial.

Os interesses e estruturas econômicas, abordadas até o momento, fazem com que observemos a Floresta da Cicuta como algo “coisificado”, (re)construído sob um discurso hegemônico como uma forma conciliatória entre o homem e o meio, portanto, pela fetichização desta lógica. A sua agenda sustentável se resume na busca por legitimar suas ações e com isso moldar o uso da natureza, como também a mudança de sua imagem, para algo que seja pró-natureza.

Portanto, a propaganda de uma “política sustentável” ultrapassa as preocupações ambientais para uma preocupação cujo a relação é econômica, e com isso se desenrola em meio a diversas relações de poder, em que uma relação de conflito desencadeia. Contudo, as principais tensões destacadas até o momento, indubitavelmente, ocorrem pela relação com a proprietária da Unidade de Conservação e o órgão gestor (poder público/ ICMBio).

Assim, além das questões já abordadas até aqui, mais duas reflexões norteadoras para as tensões referentes a ARIE Floresta da Cicuta se mostram pertinentes: *Tensionamentos sobre a relação Floresta da Cicuta-CSN e Tensionamentos sobre a relação Floresta da Cicuta-Atividades Antrópicas*. Por fim, em a ARIE Floresta da Cicuta: *Desafios para o “futuro comum” da Floresta da Cicuta* se mostra um esforço teórico para oferecimento de algumas conclusões por intermédio de todo o arcabouço histórico-geográfico-conceitual discutido nesta dissertação e com a participação do Analista Ambiental do ICMBio na ARIE Floresta da Cicuta, sr. Sandro Leonardo Alves. Ressalta-se que não tivemos resposta da CSN, atitude que permaneceu pela “Linha Verde”, que é um departamento que lida com as questões ambientais referentes à empresa.

#### **4.3.1 Tensionamentos sobre a relação Floresta da Cicuta-CSN**

A compensação ambiental da CSN se faz presente por uma tentativa de externar sua gestão empresarial por meio de preocupações socioambientais, para tanto, se faz o uso de políticas ambientais e faz questão de divulgar que seu processo produtivo segue rigorosamente as normatizações e legislações ambientais, justificadas pelos seus selos de qualidade. A CSN se apresenta como uma empresa sustentável / verde.

Em muitos momentos do discurso de uma suposta “indústria verde” nos apresentou a busca por legitimar as ações especulativas por meio da “reserva territorial” e “compensação ambiental” que é o *marketing verde*, responsáveis por coisificarem a lógica territorial e demonstrarem que por detrás de uma cortina “esverdeada” há uma gestão empresarial que detém como última de suas opções as questões que são levantadas por meio de suas bandeiras sustentáveis, que são aceitas e automaticamente propagandeadas para a sociedade.

A compensação ambiental é travestida de intencionalidades, bem como a transformação da ARIE Floresta da Cicuta em uma RPPN Floresta da Cicuta, discurso difundido no documento que previa a alteração de categoria da UC, algo de pleno interesse da empresa. Tal

compensação foi evidenciada pela empresa, como uma política adotável na recategorização, bem como a sua contribuição de preservar a floresta para as próximas gerações como uma proprietária responsável. E evidenciando sempre que possível sua legitimidade por ser proprietária e que compensaria seu impacto ambiental com esta RPPN. Porém, esta questão supracitada se mostra completamente falaciosa, a partir da simples questão da amplitude da Fazenda Santa Cecília, pois quando observamos o perímetro da fazenda podemos observar na divisa com a cidade de Pinheiral uma grande área verde, conhecida como Mata da Fazendinha, que se nos atentarmos para os limites desta área, constatamos sua dimensão muito próxima da ARIE Floresta da Cicuta. Observemos na imagem a seguir tal problemática apresentada:

**Figura 29: Dimensões da Fazenda Santa Cecília [em traço vermelho], da ARIE Floresta da Cicuta [amarelo] e perímetros dos municípios [azul] de Barra Mansa, à esquerda; Volta Redonda, ao centro; e Pinheiral, à direita.**



Fonte: Acervo ICMBio/ ARIE Floresta da Cicuta.

Portanto, *por que a CSN não faz o uso e a força de proprietária para transmutar a Mata da Fazendinha em uma RPPN, já que a mesma possui o total controle da área?* Diferentemente da ARIE Floresta da Cicuta, que se encontra em uma propriedade privada (Fazenda Santa Cecília), mas que já está sob controle e gestão pública, a Mata da Fazendinha está em total “abandono”, no esquecimento, e não é mencionada pela proprietária e encontra-se completamente em uma espacialidade em “repouso”.

Contudo, *como podemos pensar em uma gestão empresarial ambientalmente engajada, sendo que poderia ser feita uma ação em prol da sociedade e preservação ambiental que se encontra a margem?* A mata mencionada só se mantém por causa das políticas ambientais que obrigam as propriedades a preservarem os remanescentes de mata legal, em cerca de “20%” do perímetro (Entrevista: Sandro Leonardo Alves, 2019). Chegamos a conclusão que tais conjecturas se confirmam e corroboramos com a fala do Analista Ambiental Sandro Alves, que afirma que *“se ela tivesse esse pensamento preservacionista ela iria pedir a criação de RPPN numa área que já é preservada há mais de 30 anos como unidade de conservação federal ou na área que não é preservada?”*

Portanto, podemos confirmar as assertivas de tratarmos todo o esforço em recategorização da ARIE Floresta da Cicuta como um “território de reserva”, pois esta área é a única que a CSN não possui o total controle, é a única área na qual o poder público intervém e faz exigências. Essa é a única área da CSN na qual não possui uma placa com a numeração do patrimônio da

empresa, pois ela não possui a influência desejada, por esta maneira estas questões se apresentam inadmissíveis do ponto de vista empresarial, e inconcebível não ter a “posse” de sua propriedade. E de acordo com o Analista Ambiental Sandro Alves (2019):

“Na minha visão se virar RPPN, ela não faria mais nada nessa área [...] A Cicuta é uma questão de honra para a CSN, porque é a única área da CSN hoje em Volta Redonda que cumpre a função social, é a única! Todas as outras a CSN conseguiu pegar de volta e fechar sem dar destinação nenhuma [...] e o único onde tem função social no sentido da sociedade poder usufruir, você tem visita, você tem pesquisa, você tem educação ambiental; leva a sociedade para visitar, e é a única e isso incomoda de mais a ela. Então a partir do momento que ela transformasse em RPPN, ela tira o Estado da gestão, ela passa a gerenciar e ela que decide [...] e na minha opinião ela não faria nada [...] seria uma área fechada, cercada e cairia no total esquecimento”

Atualmente a empresa possui uma postura muito mais agressiva perante esta situação, pois as TACs de cooperação encontram-se vencidas e a exigência de manter uma pequena equipe de apoio está para expirar e não há perspectivas de mudanças. Tal situação preocupa diretamente o Analista Ambiental, que se diz incapaz de fazer algo num espaço impossível de sozinho gerir, coordenar, policiar e realizar a manutenção como a ARIE Floresta da Cicuta. E quando questionado se esta seria uma maneira de enfraquecer e/ou retaliar a gestão, o analista afirma veementemente como: *“sim, enfraquecer a gestão e reduzir a presença do Estado naquela área que ela pensa que deveria estar do jeito que ela pensa que deveria”*.

O Analista Ambiental Sandro, destaca também, que por conta dos vencimentos dos Termos de Ajustamentos de Condutas, firmados em 2008 e que já se expiraram, estão em tratativas novos acordos de cooperação com a CSN que traz em seu bojo *“ampliar o apoio logístico a gestão da Unidade e auxiliar na gestão do ICMBio”* e *“não em gestão compartilhada [...] nunca houve e nem há a intenção de ser”*. Afirma que a CSN tem e deve ter um papel de apoiadora; passa a exigir portanto, a menção de suas contribuições e/ou benfeitorias *“tudo o que fosse ser feito a partir desse acordo de cooperação, necessariamente e obrigatoriamente; que fosse mencionado que foi realizado tal atividade fruto de um acordo de cooperação com a CSN”*, ou seja, o marketing verde em ação, por meio da propaganda de um empreendimento preocupado com as questões ambientais, mas que na verdade mascaram as suas intencionalidades e possui uma estratégia muito agressiva para conquistá-las. Afinal:

“Hoje a Cicuta é o principal instrumento para amenizar a poluição que ela própria (CSN) produz, como ela própria, quem polui iria gerenciar e tomar conta daquilo que ameniza a poluição, é um contrassenso isso. Além do fato dela não ter experiência alguma em gestão de unidade de conservação”. (Entrevista: Sandro Alves, 2019)

Portanto, a propaganda de uma “política sustentável” ultrapassa as preocupações ambientais para uma preocupação cuja relação é econômica, e com isso desenrolam-se diversas relações de poder, num conflito que desencadeia e revela toda a sua intencionalidade perversa e (in)sustentável.

### 4.3.2 Tensionamentos sobre a relação Floresta da Cicuta-Atividades Antrópicas

Durantes anos, vimos aqui que funcionou, à montante do Rio Brandão, um lixão que contaminou toda a jusante do rio e toda forma de vida que eram atingidas diretamente. No entanto, mesmo com a desativação deste lixão, não foi realizada nenhuma descontaminação nem atividades para redução dos impactos ambientais, pois ainda encontra-se uma piscina de chorume que contamina o subsolo, e quando chove, essa piscina transborda e atinge diretamente o Rio Brandão, e que impacta toda a Unidade de Conservação e concomitantemente a cidade de Volta Redonda, com esse rio que corta a antiga vila operária, e constantemente sofre com os transbordamentos em sua canalização.

Ressalta-se, também, os licenciamentos previstos para os próximos anos, que possam impactar diretamente na ARIE Floresta da Cicuta, que por ser do grupo de Uso Sustentável, não recebe nenhuma verba de compensação ambiental de impactos das obras de grandes empreendimentos – ao contrário do grupo de Proteção Integral, que passa a receber verbas de compensações ambientais. Portanto, mais uma questão “relevante” para a recategorização em REVIS, ressalta o analista ambiental na entrevista. Já os licenciamentos previstos a partir de 2014, Art. 32 - IN ICMBio nº 7/2014, destacam-se: Aterro de resíduos siderúrgicos perigosos e não perigosos (classe I e II); Linhas de transmissão; Loteamentos; Planos de Recuperação de Áreas Degradadas-PRADs; Extração de areia; Aterro sanitário; Estradas; Hospital; Aeroporto regional; Canalização de gás (ICMBio, 2016).

Outro fator que chama a atenção é o aparecimento de espécies invasoras, que são resultados da atividade humana na alteração destes ambientes, tanto da flora que não são nativas e acabam por proliferarem como bambuzais e entre outras, e das espécies de animais como cães dentro da unidade e gado nas bordas da área (ICMBio, 2016). As queimadas são realidades na ARIE Floresta da Cicuta, pois a vegetação das propriedades que circundam a unidade são compostas por pastagens. Os danos dessas queimadas que ocorrem por questões climáticas, e/ou são agravadas por ela, possui uma interferência humana direta nos incêndios. Uns dos grandes prejuízos destas queimadas são as pastagens presentes nas bordas da ARIE, que atingem diretamente o estabelecimento de áreas em estágio inicial de regeneração (ANDRADE, 2017).

Tal impacto supracitado (queimadas) provocou severos danos a ARIE em proporções históricas, afirmado pelo Analista Ambiental como o “*pior incêndio da história da ARIE*”. Esse incêndio ocorreu em 2017 e foi potencializado por um grande trajeto de linha seca, provocado por linhas de transmissão de energia, que separam áreas florestais, agravado por um relevo acidentado, vertente de uma elevação (servidão) (ver: figura 30), que possibilitou e facilitou a propagação desse incêndio e fez com que atingisse o interior da ARIE Floresta da Cicuta, e como resultado, provocou a queima de 12 ha da ARIE .

**Figura 30: Linhas de transmissão de energia e reflorestamento destas áreas.**



LEGENDA	
	Limites da ARIE Floresta da Cicuta
	Rio Brandão
	Torre – Linhas de Transmissão 500 kW Cachoeira Paulista – Adrianópolis I e II
	Reflorestamento Baixo Porte e Arbustivas – A1 (4,22 ha)
	Reflorestamento Alto Porte – A2 (4,38 ha), A3 (1,26 ha) e A4 (3,92 ha)

Fonte: Acervo ICMBio/ ARIE Floresta da Cicuta.

Podemos observar na imagem a localização das torres de energia que cortam a unidade, como também a presença de linhas secas que foram responsáveis pela potencialização do incêndio. Tal ocorrência é frequente todo ano, mas não com tais proporções. É importante destacar que a borda da floresta serve como uma barreira natural a estes focos de fogo, porém neste incêndio adentrou-se pela servidão, e prejudicou o seu controle. Vejamos a seguir a área equivalente a 12 ha que fora atingida e como esse fragmento de floresta já se apresentava de maneira descontínua por conta dessas linhas de transmissão (Ver: figuras 31 e 32, sobre o incêndio, e 33, as linhas de transmissão).

**Figura 31: Área florestal destruída pelo incêndio**



Fonte: Acervo ICMBio/ ARIE Floresta da Cicuta.

**Figura 32: Floresta destruída pelo incêndio**



Fonte: Acervo ICMBio/ ARIE Floresta da Cicuta.

**Figura 33: Linhas de transmissão de energia, atravessando a ARIE com sua linha seca.**



Fonte: Acervo ICMBio/ ARIE Floresta da Cicuta.

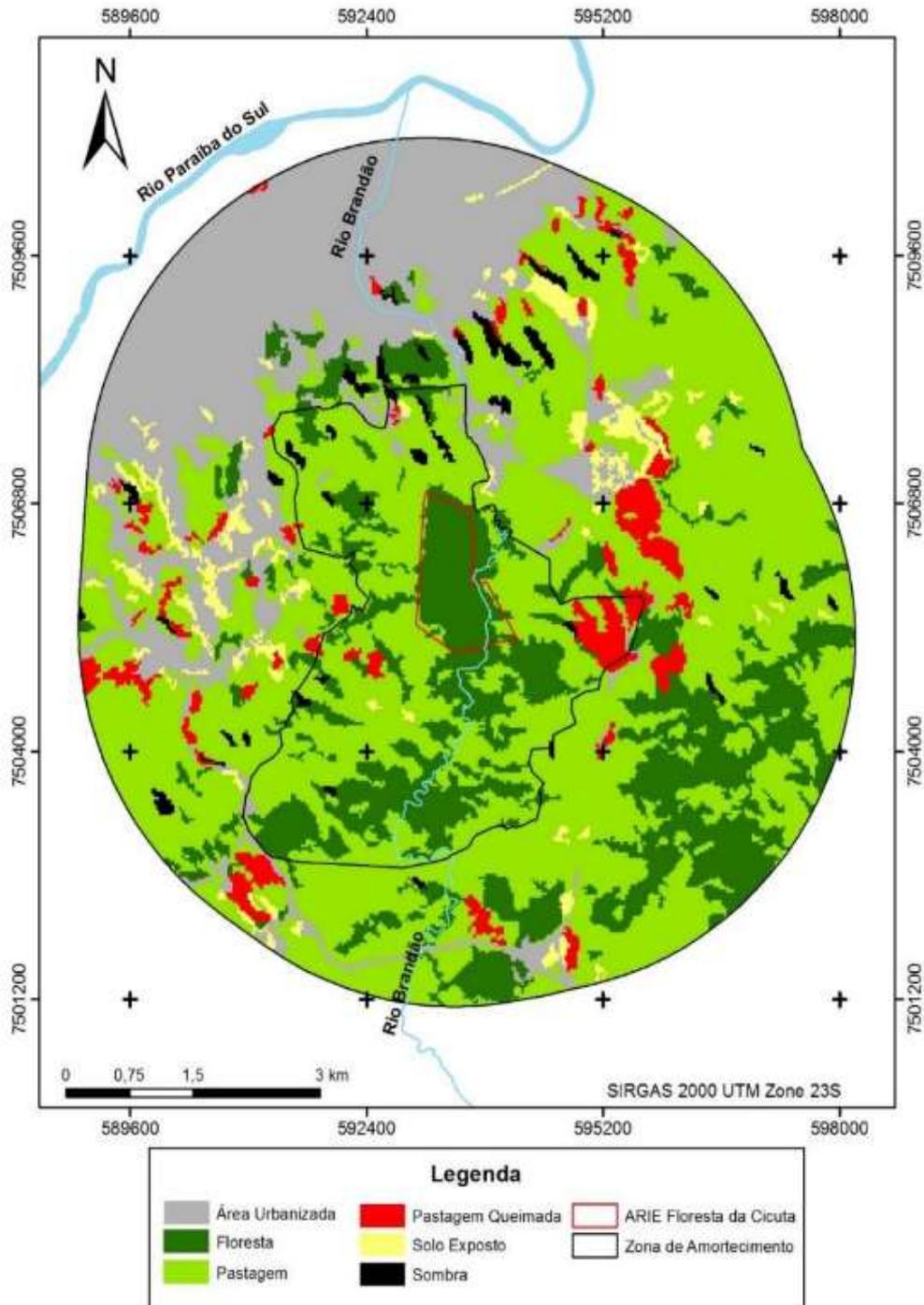
Após este incêndio, foi determinado pelo Ministério Público Federal à Justiça Federal que Furnas fizesse, por força do TAC, o reflorestamento abaixo das linhas de transmissão com espécies arbóreas – reflorestamento planejado e elaborado pelo ICMBio local– de menor porte, e trocar as “braquiárias”, que foram ressaltadas pelo Analista Ambiental que ainda na “década de 1970 era praxe a utilização de veneno” para não desenvolverem ali um reflorestamento natural, e lembrado também, que hoje essas práticas não são mais corriqueiras, e sim um reflorestamento com espécies de flora com porte menor.

A ARIE Floresta da Cicuta, é classificada como uma floresta urbana e/ou periurbana pelo ICMBio, pois está como um enclave verde entre as cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, e sofre diretamente com impacto urbano. Essa área verde foi responsável por “impedir” a expansão urbana das duas cidades devido os perímetros da fazenda Santa Cecília, que inibiu tal expansão, bem como as grandes propriedades que circundam a unidade, devido também, a fiscalização destes territórios. Contudo, ressaltamos o reconhecimento de sua localidade presente na franja e/ou borda urbana das cidades citadas.

Ressalta-se que a Floresta da Cicuta foi utilizada no planejamento de expansão urbana como um grande cinturão verde que dividiria a cidade industrial de uma nova frente de urbanização, denominada de Cidade Satélite da Cicuta, que pode ser observado na parte direita da ARIE Floresta da Cicuta. Portanto, observamos a seguir as questões abordadas referentes a

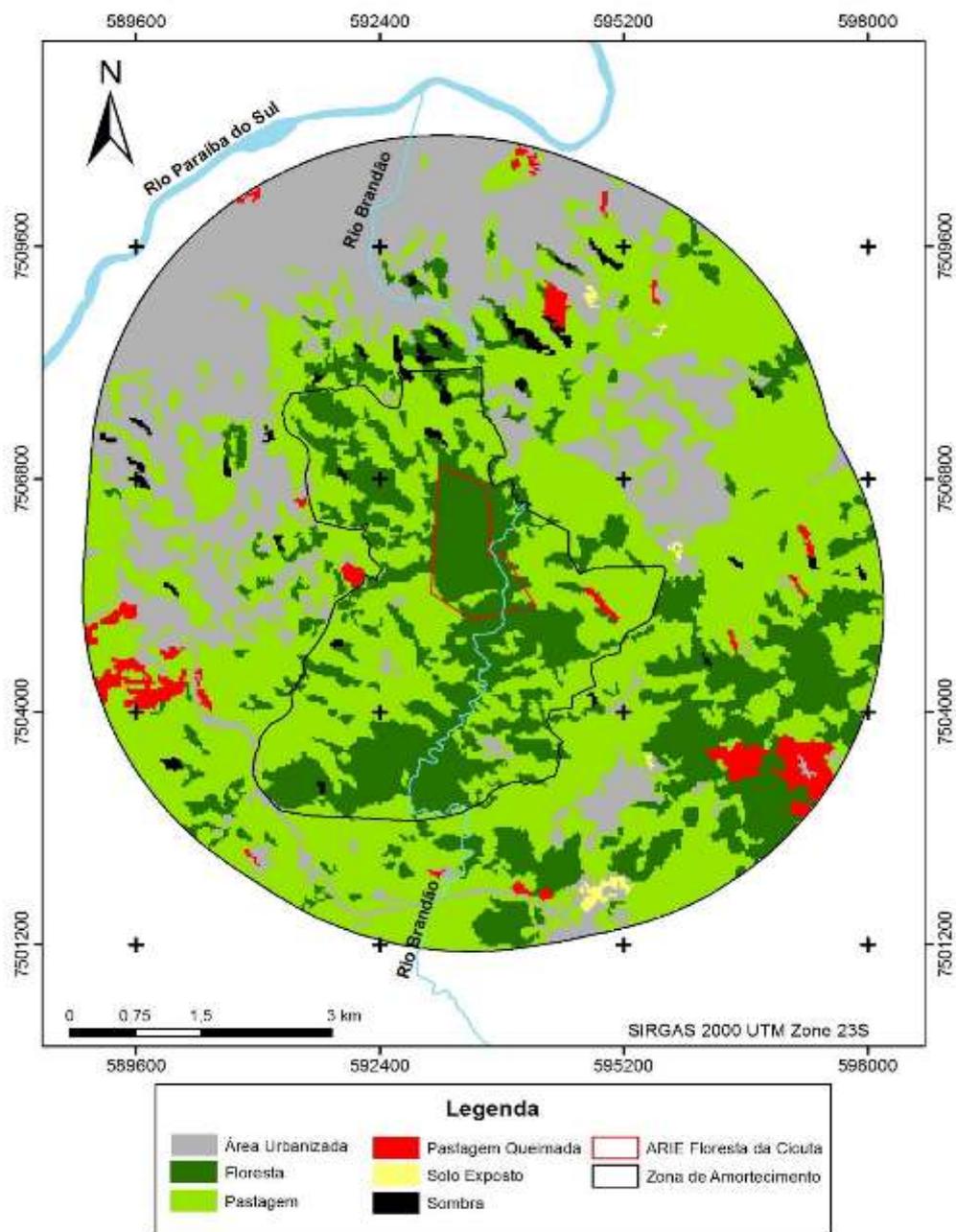
resistência desta área verde em meio a urbanização e o crescimento desta a partir da criação da ARIE até o ano de 2015 (figuras 34 e 35).

**Figura 34: Uso e cobertura da terra da ARIE Floresta da Cicuta - Entorno de 4 km no ano de 1985 (zona de amortecimento proposta em 2016 pelo Plano de Manejo da unidade de conservação).**



Fonte: ANDRADE, 2017.

**Figura 35: Uso e cobertura da terra da ARIE Floresta da Cicuta - Entorno de 4 km no ano de 2015 (zona de amortecimento proposta em 2016 pelo Plano de Manejo da unidade de conservação).**



Fonte: ANDRADE, 2017

Como podemos observar, a partir de 1985, ocorre a expansão da área urbana das cidades de Volta Redonda e Barra Mansa e ocupações das áreas que circundam a UC, e de acordo com

Andrade (2017), as pastagens expostas deram origem a ocupações humanas de aproximadamente 90 ha na qual se expandiram e se desenvolveram de maneira bem distribuída por toda a região, com ampliação destes núcleos urbanos, e que se consolidaram ao longo dos anos, mas que se desacelerou a partir dos anos 2000.

#### 4.3.3 Desafios para o “futuro comum” da Floresta da Cicuta

Os principais desafios da gestão da Floresta da Cicuta, assim, estão na superação destas problemáticas e conflitos que circundam a área, pois a reparação histórica vem para incorporar toda a Floresta da Cicuta em uma mesma unidade. Devemos destacar o esforço que já vem ocorrendo por meio de englobar mais a população das cidades de Volta Redonda e Barra Mansa, não apenas nas causas em defesa da floresta como ficou claro o apoio à Cicuta frente a recategorização para RPPN – recategorização, que se mantém como um grande temor para a população – e toda a mobilização popular, mas também, em saber que a ARIE Floresta da Cicuta está aberta a população (evidenciando as normatizações de visitas da unidade).

O que chama a atenção, na cidade de Volta Redonda, é que há dois perfis de população e a sua relação estrita e até mais identitária e afetiva com a floresta: de um lado, encontramos uma população forjada na “cidade-nova”, com total ligação com a Floresta da Cicuta, pois este destino foi uma prática de lazer de diversas famílias que por ali habitavam e frequentavam a floresta; e uma outra parcela, que cresceu na “cidade-velha” e desconectada com a Floresta da Cicuta, que a conhecem, contudo, não sabem nem a sua localização, e que não se sentem pertencente deste processo e muitas vezes não tomam para si como legítimo.

Portanto, tais questões estão paulatinamente em mudança, com um esforço do ICMBio local e gestor da unidade em divulgar mais esta espacialidade, seus estudos e pesquisas, com visitas educativas guiadas, e um esforço de que a “Cicuta não está fechada”, com uma gestão participativa, no qual traz a sociedade para o debate, em um fortalecimento do conselho gestor da UC, programas de voluntariados, fóruns e palestras, bem como sua relevância enquanto um refúgio da vida silvestre.

Destacamos também, que grande parte da ARIE Floresta da Cicuta se encontra no município de Barra Mansa e uma parcela bem menor na Cidade de Volta Redonda (tal fato se dá por questões limítrofes em decorrência da emancipação de Volta Redonda e por cálculos mais precisos), mas se ressalva aqui que toda a construção histórica e relação social da Floresta da Cicuta está atrelada com a construção da Cidade de Volta Redonda, bem como, de sua população que já possuíam laços identitários com a Cicuta mesmo antes de tornar-se em uma UC.

Um dos grandes desafios é ampliar o fator identitário para uma parcela da população de Volta Redonda que reconhecem a importância e singularidade da floresta da Cicuta, porém, não possuem relações diretas com ela, outros nem sabem sua localidade. O olhar mais atento para com a Floresta da Cicuta não é tão somente porque seu portão principal de acesso é nesta cidade ou porque pertence à CSN, ali localizada, mas porque se trata de um refúgio de uma modelagem urbana, fruto do planejamento da cidade e símbolo tanto do desenvolvimento econômico-urbano da cidade quanto da adoção ideológica do desenvolvimento sustentável.

O sentimentalismo abordado acima, é representado quando a proposição de transformação para RPPN, se possibilitou, e foi debatida pelo então deputado federal Índio da Costa na Câmara Municipal de Barra Mansa em uma audiência pública, no qual, deparou-se com uma população estupefata com as questões defendidas pelo projeto de lei. A partir de um encontro conflitante no dia 7 de março de 2016 com a população das cidades de Barra Mansa e

Volta Redonda em defesa da ARIE Floresta da Cicuta, o então relator, decide de imediato retirar a Lei Federal de mudança de categoria.

Engajamento populacional, que também pude vivenciar, analisar e participar durante a última Reunião Ordinária de 2018 (04/12) do Conselho Gestor da ARIE Floresta da Cicuta. Reunião realizada na Arca do Saber do Zoológico Municipal de Volta Redonda e contou com a presença do Coordenador Regional do ICMBio Ricardo Raposo. O intuito desta reunião realizada em Volta Redonda – ressalta-se que as reuniões do Conselho Gestor são alternadas entre as cidades de Volta Redonda e Barra Mansa – era o debate sobre os avanços e propostas administrativas, desafios e anseios populares a respeito da floresta da Cicuta.

O III Seminário da ARIE Floresta da Cicuta, realizado em 07 de dezembro de 2018, no município de Volta Redonda, com o tema: Ampliar para Conservar. Discutiu a importância do projeto de recategorização da Área de Relevante Interesse Ecológico para Refúgio da Vida Silvestre, e sua ampliação dos atuais 131 hectares para 695 hectares. Destaca-se que o evento foi realizado por 13 instituições da região Sul Fluminense e foi fundamental para ampliar compreensões a respeito da Cicuta e perceber questionamentos sobre aflições da sociedade, dúvidas e propostas; a partir de uma ampla participação popular.

Em virtude dos fatos apresentados, o futuro da Floresta da Cicuta é totalmente incerto quando reconhecemos a gestão da iniciativa privada, na qual não possui nenhuma identidade com as questões ambientais. Portanto, a afirmação da ARIE Floresta da Cicuta se faz necessária como tal, para que as obviedades e superficialidades presentes nos discursos que as cercam sejam solucionadas e superadas, para que de fato uma parcela da população que reconhecem neste recorte com algo coisificado, possam de fato, conhecê-la. Desmistificando assim, narrativas, que foram impostas por uma política extremamente agressiva de um empreendimento que rege as transformações espaciais e molda-os conforme a sua vontade. E sente-se fragilizada quando um território que lhe pertence, não faz parte de seu controle hegemônico.

A sua salvação perpassa por trazer o debate da Cicuta em voga, reconhecer as suas riquezas biológicas; todavia, devemos compreender sua historicidade, suas relações conflituosas que transbordam do espaço urbano para os interesses em sua gestão. Entretanto, este recorte encontra-se enrustado, sobre um processo singular da trajetória urbana, econômica e individual do Brasil, que impactam diretamente nesse contexto.

Assim, contamos também com uma maior atenção da Geografia e das Ciências Sociais, nos debates que envolvem à Cicuta; da mesma maneira, exige-se mais discussões sobre a floresta que lancem luz para apresentar as relações sociais, históricas, econômicas e ambientais que envolvam este território. Há que se buscar, portanto, apresentar a Cicuta para além das questões ecológicas que são inquestionáveis do ponto de vista da biodiversidade local, mas também possuir todo um aparato de discussões dos espaços urbanos e lógicas capazes de (re)construir e se (re)apresentar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ARIE Floresta da Cicuta se apresenta como um reduto de refúgio da vida silvestre entre duas importantes cidades do estado do Rio de Janeiro, nas conurbadas Volta Redonda e Barra Mansa. Entretanto deve obter toda a nossa atenção, para compreendermos as problemáticas apresentadas aqui, de tensões e desafios que se apresentam diante de nossas realidades com estratégias, lógicas e interesses por intermédio do desenvolvimento sustentável.

A Floresta da Cicuta possui um processo sócio-histórico riquíssimo e de uma integração muito identitária com a cidade de Volta Redonda, mesmo que grande parte de seu território se concentre na cidade de Barra Mansa. Entretanto, ainda se encontram esforços para que esta população barra-mansense reconheça na Floresta da Cicuta uma causa social, como já ocorre com a população de Volta Redonda, porém com ressalvas, diante das diferentes visões da população moldadas na cidade-industrial. Com a divergência entre as visões da vila operária da “cidade-nova”, e o desconhecimento para além do Rio Paraíba do Sul, a “cidade-velha”.

Trata-se de um testemunho verde que se perpetuou no tempo como uma forma de preservação da vida e de muitas disputas na contemporaneidade. Pertencente a uma grande fazenda, denominada Fazenda Santa Cecília, que foi parcialmente desapropriada para as instalações de um complexo siderúrgico, de uma cidade com sua lógica voltada exclusivamente para a funcionalidade industrial, com um crescimento e vigilância presentes nas linhas produtivas, que se refletiu no dia a dia cidadão.

A presença verde permaneceu como uma fortaleza da biodiversidade entre morros e resistência como um pequeno vale do Rio Brandão, que pode acompanhar as transmutações da fazenda ao longo do tempo, mudanças de proprietários e de funcionalidades, desde a cana-de-açúcar, as derrubadas dos laranjais, até a convivência com as pastagens para a criação de gado. A cidade presenciou uma exponencial expansão urbana que freou mediante os novos limites da fazenda.

A Floresta da Cicuta, hoje se encontra em constante renovação e crescimento, que ocorrem devido às ações preservacionistas e legislação ambiental vigente, que permitem a presença do Estado e políticas públicas em uma propriedade privada, além de adotar fins variados para algo que necessita ser preservado.

Portanto, para que possamos fugir das conclusões prontas, e sermos capazes de repensar as possibilidades alcançadas aqui, analisamos as formas e funções da sustentabilidade na gestão empresarial, que em um primeiro momento demonstra sua face preservacionista / conservacionista e engajada nas causas ambientais, mas por detrás desta “cortina esverdeada” se mostra agressiva em sua lógica pela racionalidade econômica. Desta maneira, utiliza de artifícios socialmente aceitos, e/ou capazes de fetichizações das questões em propagandas que materializam novos significados.

A transmutação para RPPN representaria a preponderância de mudanças e um claro marketing verde por meio de uma “compensação ambiental”. Desta maneira, se escondem os interesses duvidosos daquela propaganda como parceira ambiental e social. A compensação ambiental nos apresenta uma tentativa de alcance de seus objetivos, demonstração de seu poder como agente hegemônico local e também de se apresentar como solução ideal para parte da Floresta da Cicuta. Tal discurso tem como objetivo legitimar as ações especulativas por meio do controle territorial e concomitantemente condicionar uma reserva territorial para a CSN – relembramos em algumas oportunidades que no passado foi destinado a esta localidade o estabelecimento da Cidade Satélite da Cicuta por parte do projeto urbanístico – e assim, poder decidir o futuro desta espacialidade a seu bem próprio.

Assim, se revela toda a intencionalidade de compensação ambiental, que é a garantia de uma possível recategorização, como uma tentativa de preservação florestal em detrimento das

próximas gerações e como um balizador da compensação de seu impacto ambiental, gerado pela atividade siderúrgica. No entanto, isso se mostra completamente falacioso, já que a CSN poderia fazer da Mata da Fazendinha seu reduto de compensação ambiental, e não uma área que já possui tais atributos “[...]então a partir do momento que ela transformasse em RPPN, ela tira o Estado da gestão, ela passa a gerenciar e ela que decide [...] e na minha opinião ela não faria nada [...] seria uma área fechada, cercada e cairia no total esquecimento” (Entrevista: Sandro Alves, 2019). Concordamos plenamente com o analista e com a dissonância entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Tais questões nos revelam as intenções do “Nosso futuro Comum”, do famigerado Relatório Brundtland, no qual é chancelada a exploração ambiental desde que se “reponha ecologicamente”, mas que desconsidera toda a singularidade e importância socioambiental. Portanto, a transformação em RPPN seria este alcance, a consolidação e materialização da reserva territorial pretendida, que é apresentada sob um viés sustentável, com forte propaganda de uma gestão empresarial engajada ambientalmente, usando o “marketing verde” como estratégia. Assim, a propaganda de uma “política sustentável” ultrapassa as preocupações ambientais, em uma relação que tem como critérios o desenvolvimento econômico, e com isso desencadeia diversas relações de poder conflituosas, que nos revelam toda a sua intencionalidade perversa e (in)sustentável. A opção pelo REVIS significaria a superação destas questões e a reparação histórica que abarcaria a totalidade dos remanescentes florestais da Floresta da Cicuta, na construção de um grande corredor verde, com a interligação destes remanescentes florestais. Assim, passaria para o grupo de Proteção Integral, o que significaria mudanças imediatas, principalmente como recursos de obras de grandes empreendimentos de impacto ambiental, e conseqüentemente ampliaria a ação do poder público.

Enfim, o desenvolvimento sustentável se consolida como a possibilidade de grandes empreendimentos se apresentarem como engajados atores sociais e ambientais. A insuficiência da responsabilidade socioambiental empresarial na perspectiva do desenvolvimento sustentável reverbera num esgotamento ambiental para o avanço de suas estratégias de desenvolvimento econômico sob uma nova consciência socioambiental, muitas vezes fetichizadas e/ou duvidosas.

Dados os expostos, devemos ter em mente todo o processo pelo qual a Floresta da Cicuta está inserida no cenário brasileiro, como um verdadeiro enclave verde em meio a uma trajetória urbana, industrial e econômica do país. Ressaltamos também, que a ARIE por se encontrar em uma propriedade privada, se torna suscetível a embates e incertezas por um grande empreendimento, lógicas e estratégias econômicas (in)sustentáveis, que se deflagram dissonantes tanto em seu discurso quanto em suas práticas, do mesmo modo o seu pensar sobre o território incerte-se no contexto. Portanto, a compreensão e análise do Desenvolvimento Sustentável no bojo desta discussão revela-nos a necessidade em reconhecer estas relações conflituosas sobre a conjuntura da floresta da Cicuta e todo o seu entorno. Observar assim, o seu passado, as suas transmutações, para então, projetar seu futuro que se apresenta incerto, porém resiliente. Definitivamente, tais questões não se esgotam, como tudo que envolvem esta ideologia vigente (sustentável), a qual propusemos deflagrar. Certos que, esta temática contribuirá para o debate das Ciências Sociais sobre o futuro da Floresta da Cicuta.

A responsabilidade social também se apresenta como propaganda de uma política sustentável, na qual as empresas são agentes/atores deste jogo do desenvolvimento econômico. Portanto, as práticas e políticas ambientais, vão para além das preocupações ambientais, e demonstram uma perspectiva de desenvolvimento econômico perverso da consciência empresarial, com a adoção da sustentabilidade pelas empresas, como estratégia da materialização das exigências econômicas.

Diante de tais variantes apresentadas nesta dissertação, nos revela que mesmo uma população *forjada do aço*, que construiu o seu simbolismo ao longo do tempo, deparou-se de

maneira dramática com a perda da família siderúrgica e deflagrou-se com abandono de tudo que acreditou. Vivenciara então, o interesse empresarial sobre os interesses sociais, políticos e ambientais. Florescendo portanto, a consciência de uma cidade e ambiente (in)sustentável.

Dentre os desafios para a Floresta da Cicuta destacamos que é o merecimento de uma maior atenção da Geografia e das Ciências Sociais nos debates que a envolvem; que transcorram mais discussões sobre a floresta e que lancem luz para apresentar as relações sociais, históricas, econômicas e ambientais, capazes de potencializar as discussões dos espaços urbanos, se (re)construir e se (re)apresentar.

A realização desta pesquisa, é fruto de inquietações de um genuíno morador da Cidade do Aço, marcada por tessituras cujo espólio é pertencente a uma siderúrgica, que moldou e interferiu diretamente na construção e dinâmica dos fluxos e fixos da cidade. Esperamos que a pesquisa possa contribuir para uma renovação nas discussões que permeiam este importante e rico território, e, assim, através das reflexões e dados apresentados, seja permitido enfrentar a realidade exposta e atuar verdadeiramente na proteção da fauna e flora da Floresta da Cicuta.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Eliseu.; SOUZA, Geraldo Silva e Souza; MARRA, Renner. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola (Embrapa)**. Ano XX – nº 2 – Abr./Maio/Jun.2011.
- ANDRADE, Caio Frossard de. **Análise temporal do uso e cobertura da terra da ARIE Floresta da Cicuta e entorno, Rio de Janeiro, Brasil**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Florestas, Curso de Graduação em Engenharia Florestal. Seropédica. 52 p. 2017.
- AQUI Jornal**. Edição digital, 2016. Disponível em: <http://www.jornalaqui.com/> . Acesso em fevereiro de 2019.
- ARENDETT, Hannah. **Eichmann em Jerusalem: um relato sobre a banalidade do mal**. Trad. de Jose Rubens Siqueira. 14. reimpr. Sao Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- BARROSO, Leticia; REZENDE, Vera. Agenda 21 de Volta Redonda: Uma experiência a ser contada. *Cidades Verdes*, v.03, n.06, pp. 01-09, 2015.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para consumo**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2008.
- BEDÊ, Waldir. **Volta Redonda na era Vargas (1941-1964): história social**. Volta Redonda: Prefeitura de Volta Redonda; 144p; 2004.
- BENTES, Júlio Cláudio da Gama. Análise ambiental-urbana da conurbação Volta Redonda-Barra Mansa, no sul fluminense. **IV Encontro Nacional da ANPPAS**, Brasília (D F), 4-6 jun.2008.
- BENTES, Júlio Cláudio da Gama; COSTA, Maria de Lourdes Pinto. A cidade-empresa e a empresa na cidade: Volta Redonda e a Companhia Siderúrgica Nacional. **Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, [S.l.], v. 10, n. 1, out. 2012. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/index.php/shcu/article/view/1196>>. Acesso em: 02 nov. 2016.
- BERNARDO, Julio Samuel Sávio et al. Fatores motivadores da adoção de práticas ambientais em empresas paulistas processadoras de madeira. **Produção**, v. 22, n. 1, p. 173-184, jan./fev. 2012.
- BIDEGAIN, Paulo. A Reserva da Cicuta. **Revista ECO 21**. Ed 51, 2001. Disponível em: <http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=154>. Acesso em maio de 2018.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Ed DIFEL, p 313, Lisboa, 1989.
- CANO, Wilson. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. *Revista Economia*. Brasília (DF). V3, n.13, p897-916, set/dez 2012.
- CANOTILHO, José J. Gomes. Estado Constitucional Ecológico e Democracia Sustentada. In: SARLETT, Ingo (org.) **Direitos Fundamentais e Sociais: Estudos de Direito Constitucional Comparado**, Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
- CAPUTO, Ana Cláudia.; MELO, Hildete Pereira. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Estud. Econ.** vol.39, no. 3,São Paulo; July/Sept. 2009.

CARVALHO, Echeverría Gregório. **Política externa e política comercial brasileira entre 1930 e 1942: comércio e defesa nacional**. UFRJ, Instituto de economia de pós-graduação em economia política internacional; Rio de Janeiro, 2014, 188 p.

CASTRO, Cleber Marques. **Vulnerabilidade dos Sistemas Hídricos e Riscos Ambientais em Volta Redonda (RJ)**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Rio de Janeiro, 112f. 2004.

CASTRO, Cleber Marques; MELLO, Eduardo Vieira. Evolução urbana cidade de Volta Redonda (RJ). **Cadernos da FaEL**, v. 1, p. 2-13, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes. **O Que é Capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1984. CIDE, 2016. Disponível em: <acesso outubro de 2016.

CAVALCANTE, Márcio Balbino. **Parque Estadual da Pedra da Boca (Araruna/PB): uma avaliação sobre as atividades turísticas e as ações de gestão territorial**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia. 146 f, 2012.

CIDE, 2016. Disponível em: < [http://www.cide.rj.gov.br/cide/mapas\\_estado.php](http://www.cide.rj.gov.br/cide/mapas_estado.php)> . Acesso outubro de 2016.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajatórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2001.

FABER, Marcos Emílio Ekman. **O desenvolvimento Econômico brasileiro e a industrialização no período Juscelino Kubitschek**. 2009. Disponível em: <http://www.historialivre.com/brasil/jk1.html>. Acesso em: outubro de 2016.

FAJONNI, Paola. **Gestão e Administração da Floresta da Cicuta, no Sul do Rio, podem mudar**. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/rj/sul-do-rio-costa-verde/noticia/2015/11/gestao-e-administracao-da-floresta-da-cicuta-no-sul-do-rio-pode-mudar.html> Acesso em maio de 2018.

FIORI, Diogo Del., MONTEIRO Sérgio Marley Modesto. Industrialização do Brasil na década de 1930: uma análise com teoria dos jogo. **Análise**, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 101-114, jan./jun. 2011.

**FOCO REGIONAL**. Edição, 04/09/2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=i&source=images&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjBsMy51631AhW9IDQIHf0hDnwQMwLKAkwCQ&url=http%3A%2F%2Fwww.focoregional.com.br%2FNoticia%2Fventos-espalham-poeira-da-csn-por-volta-redon&psig=AOvVaw0jpGcLNourvssUS-H1zBc3&ust=1571758667801549&ictx=3&uact=3>

Acesso em fevereiro de 2019.

FONSECA, Pedro César Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTES, Angela Maqria Mesquita.; LAMARÃO, Sergio Tadeu Niemeyer. Volta Redonda: história de uma cidade ou de uma usina. **Revista Rio de Janeiro**, Niterói, n. 18-19, p. 241-253, Jan/Dez. 2006.

GOMIDE, MP quer remoção de 750 famílias em área contaminada pela CSN em Volta Redonda. **Site IG**, 14 set. 2012. Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/2012-09-14/mp-quer-remocao-de-750-familias-emarea-contaminada-pela-csn-em-volta-redonda.html>. . Acesso em novembro de 2016.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, n.39, p.48-64, 1996.

\_\_\_\_\_. As raízes urbanas das crises capitalistas. **Cidades Rebeldes**. Do direito a cidade à revolução urbana. Madri: Akal, 2013, p.51-106.

\_\_\_\_\_. **Seventeen contradictions and the end of capitalism**. London: Profile Books, 2015.

HERCULANO, Selene. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDENBERG, Mirian (coord.). **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Editora Revan, pp. 9 – 48, 1992.

HILTON, Stanley. **O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial 1930-1939**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

\_\_\_\_\_. **O Brasil e a crise internacional (1930-1945)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

IBGE, **Perfil**, 2016. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em outubro de 2016.

\_\_\_\_\_, **Cidades**, 2018. Disponível em: [cidades.ibge.gov.br](http://cidades.ibge.gov.br) Acesso em outubro de 2018.

ICMBio, **ARIE Floresta da Cicuta comemora 33 anos**, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/9403-arie-floresta-da-cicuta-comemora-33-anos-2>. Acesso em outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, **Unidades de conservação**, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>. Acesso em outubro de 2018.

\_\_\_\_\_, **Categorias**, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/downloads/icmbioemfoco496.pdf>. Acesso em outubro de 2018.

INEA. <https://www.inea.rj.gov.br/Portal/index.html>. Acesso em janeiro de 2016.

JÚNIOR, Castro, E.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da Biodiversidade e Áreas Protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs). **Unidades de conservação: abordagens e características geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira.; Behling, Gustavo.; Rebelo, Hilda; Goede, Waldir. Gestão Ambiental e Sua Contribuição para o Desenvolvimento Sustentável. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Trad. de Sergio Martins. Rev. tec. Margarida Maria de Andrade. 2. reimp. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2004 [1970].

LOPES, Alberto Costa. **A aventura da cidade industrial de Tony Garnier em Volta Redonda**. Dissertação de Mestrado, UFRJ/PPGG, Rio de Janeiro, 1993.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Difel, 1988, Livro I, volumes I e II. 933p.

MCCANN, Frank. **Aliança Brasil Estados Unidos 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1995.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira**. 4a.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

M.L.I., Educação criativa, 2017. Disponível em: [www.educacaocriativa.com.br](http://www.educacaocriativa.com.br). Acesso em: Outubro de 2018.

MPF – Ministério Público Federal. **MPF recomenda ICMBio a não negociar futuro da Floresta da Cicuta com a CSN sem a participação popular**, 2017. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/08/29/mpf-recomenda-icmbio-a-nao-negociar-o-futuro-da-floresta-da-cicuta-com-a-csn-sem-a-participacao-popular/>. Acesso em outubro de 2018.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. **Estudos avançados**, v. 26, n. 74, p. 51-64, 2012.

NATALI, Lorenzo. Criminology, victimización medioambiental y social harm - El caso de Huelva (España). **Revista Crítica Penal y Poder**. OSPDH, n. 7, p. 5-34, set. 2014.

O GLOBO, **Acervo**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>. Acesso em: Outubro de 2018.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. **A Construção do desenvolvimento Sustentável na cidade de Volta Redonda: Um estudo sobre reestruturação do território e ideologia**. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia (Mestrado), Instituto de Geociências (CTG), Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 204p. 2006.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica Ambiental: A trajetória ideológica do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

PELAEZ, Carlos Manoel . A balança comercial; a grande depressão e a industrialização brasileira. **Revista Brasileira de Economia**, 1968.

PAFFARINI, Jacopo. COLOGNESE Mariangela; HAMEL, Eduardo Henrique. A insuficiência da responsabilidade socioambiental empresarial na perspectiva do desenvolvimento sustentável. **Direito e Desenvolvimento**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p. 55-75, 2017.

PIQUET, Rosélia. Volta Redonda: um exemplo clássico de cidade-empresa. In: **Cidade-empresa**. Presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 166p.13, 1998.

PMVR. Prefeitura Municipal de Volta Redonda. **Informações Municipais de Volta Redonda**, 2002.

\_\_\_\_\_. **Mapa da cidade de Volta Redonda**, 2010. Disponível: <http://www.voltaredonda.rj.gov.br/13-geral/2164-mapa-do-site>. Acesso em outubro de 2018.

RAHMEIER, Andrea Helena P. **Relações diplomáticas e militares entre Alemanha e o Brasil: da proximidade ao rompimento (1937-1942)**. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. SP: Ática, 1993.

ROCHA, André Santos. Seletividade espacial das políticas públicas e o território urbano-algumas reflexões. **GeoUERJ**, nº23, v. 1, 2014.

ROCHA, Ricardo Rayan Nascimento. **Contradições entre o uso do território e o fetiche do turismo na RESEX Marinha Delta do Parnaíba (PI-MA)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, RN.142f, 2018.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Problemática Ambiental = Agenda, Política, Espaço, Território, Classes Sociais. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n° 83, p. 91-109, 2005.

ROSSI, Vanberto José. As duas faces do primeiro governo Vargas. **Revista Eletrônica do Centro de Memória Operária e Popular**, v. 01, 2012.

ROSEN, Christine Meisner. M. Environmental strategy and competitive advantage: An introduction. **California Management Review**, v. 43, n. 3, p. 8-15, 2001.

SACK, Robert. O significado da territorialidade. in: territorialidades humanas e redes sociais, 1986.

SANCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. 2. ed. Chapecó: Argos, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Edusp Editora, 4ª ed, 2002.

\_\_\_\_\_. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 18. ed. Rio De Janeiro: Record, 2014.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. A participação na elaboração dos Planos Diretores. **E-metropolis**, n. 1, ano 1, maio de 2010.

SARMENTO, Carlos Eduardo. O Custo do Desenvolvimento. **CPDOC-FGV**. Disponível em: [http://www.cpdoc.fgv.br/nav\\_jk/hm/o\\_Brasil\\_de\\_JK/o\\_custo\\_do\\_desenvolvimentiso.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/hm/o_Brasil_de_JK/o_custo_do_desenvolvimentiso.asp). Acesso em: outubro de 2016.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. **O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: o processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1985.

SILVA, Anderson Almeida da. **CSN, influências e conflitos: o caso do bairro Volta Grande IV, Volta Redonda-RJ**. 2017. 100p. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVEIRA, C.E.M; GRASSI, Karine. O novo direito à cidade ou a cidade como objeto de consumo? A participação popular no plano diretor como instrumento de cidadania e mitigação da pobreza política. **O consumo na sociedade moderna [recurso eletrônico]: consequências jurídicas e ambientais**. PEREIRA, Agostinho Oli Koppe; CALGARO, Cleide; PEREIRA, Henrique Mioranza Koppe (Orgs.).Caxias do Sul, RS : Educus, 2016.

SNUC, **o 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/101710/lei-9985-00>. Acesso em fevereiro de 2019.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Território e (des)territorialização. In: SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

STEINBERGER, Marília (org.). **Território, Estado e políticas públicas espaciais**. Brasília: Ler Editora, 2013.

SUZIGAN, Wilson. (Ed.). **Indústria: política, instituições e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

TIEZZI, Ricardo. **A Usina da Injustiça**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

WHITACKER, Guilherme Magon. **Desenvolvimento sustentável: decifra-me ou te devo**. **Análise sobre o desenvolvimento sustentável no modo de produção capitalista**. Presidente

Prudente. Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 365 f, 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. Do paradigma político da representação à democracia participativa. **Revista Sequência**, v. 22, n. 42. 2001.

ZORRAQUINO, Luis D. **O Processo de Urbanização Brasileiro e a Formação de suas Metrôpoles. Programa para Análise de Revalidação de Diplomas**. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Departamento de História e Teoria. UFRJ/RJ. Agosto de 2005.

## DOCUMENTOS CONSULTADOS

BRASIL. **Lei 10.257, de 10 de julho de 2001**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.html). Acesso em: 10 set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 90.792, de 9 de janeiro de 1985**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-90792-9-janeiro-1985-440611-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: set. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução CONAMA nº005, de junho de 1984**. Disponível em: [www.cprh.pe.gov.br/downloads/001de5dejunho1984.doc](http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/001de5dejunho1984.doc). Acesso em: nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 3.002, de 30 de janeiro de 1941**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3002-30-janeiro-1941-412984-norma-pe.html>. Acesso em: nov. de 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 2.054, de 4 de março de 1940**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3002-30-janeiro-1941-412984-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: fev. de 2019.

BRAZIL. Ministry of Development, Industry and Foreign Trade - MDIC. **Report of Activities in Innovation and the Environment**: 2010. Department of Innovation, 2010. Available at: [http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl\\_1292354767.pdf](http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1292354767.pdf) Acesso dezembro de 2017.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Relatório Nosso Futuro Comum**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1988.

\_\_\_\_\_. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Relatório Nosso Futuro Comum**. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CONAMA – CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE. **Resolução nº 001, de 23 de janeiro de 1986, publicado no D. O U. de 17.2.86**. Acesso em julho. 2018.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 428/2010**. Disponível: <https://www.normasbrasil.com.br/norma/?id=112234>. Acesso em nov. 2018.

COSTA, Índio da. **Projeto de Lei nº 3930**. Câmara dos deputados. Brasília, 2015.

CPDOC, CSN. **Arquivo Central**. Disponível em: <http://www.fgv.br/CPDOC/BUSCA/dicionarios/verbete-tematico/companhia-siderurgica-nacional>. acesso em outubro de 2018.

CSN, **Sustentabilidade. Diretrizes**, 2018. Disponível em: [http://www.csn.com.br/conteudo\\_pti.asp?tipo=59958&conta=45&id=224792](http://www.csn.com.br/conteudo_pti.asp?tipo=59958&conta=45&id=224792). Acesso em outubro de 2018.

\_\_\_\_\_. **Gestão Ambiental**, 2017. Disponível em: [http://www.csnllc.com/conteudo\\_pti.asp?idioma=0&tipo=61021&conta=45](http://www.csnllc.com/conteudo_pti.asp?idioma=0&tipo=61021&conta=45). Acesso em outubro de 2018.

DELEY. **Projeto de Lei nº 9139**. Câmara dos deputados. Brasília, 2017.

FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável; FGEL/UERJ – Faculdade de Geologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Zoneamento ambiental aplicado ao uso público da ARIE Floresta da Cicuta e entorno: Relatório 1**. Rio de Janeiro: FBDS, 1998.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo ARIE Floresta da Cicuta**, 2016. Disponível em: [http://www4.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Portaria\\_6\\_27jan2016\\_planodemanejo\\_rppn\\_nenem\\_barros.pdf](http://www4.icmbio.gov.br/portal/images/stories/plano-de-manejo/Portaria_6_27jan2016_planodemanejo_rppn_nenem_barros.pdf) . Acesso em outubro de 2018.

LIMA, A. C. **Plano da cidade operária da F.N.M.** Arquitetura, Rio de Janeiro, n. 14, agosto de 1963.

MMA. Portaria nº 444, de 17 de dezembro de 2014. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p\\_mma\\_444\\_2014\\_lista\\_esp%C3%A9cies\\_ame%C3%A7adas\\_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf](http://www.icmbio.gov.br/cepsul/images/stories/legislacao/Portaria/2014/p_mma_444_2014_lista_esp%C3%A9cies_ame%C3%A7adas_extin%C3%A7%C3%A3o.pdf). Acesso em fev. de 2019.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 443, de 17 de dezembro de 2014. Disponível em: [http://www.cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria\\_mma\\_443\\_2014.pdf](http://www.cncflora.jbrj.gov.br/portal/static/pdf/portaria_mma_443_2014.pdf). Acesso em fev. de 2019.

MPF – Ministério Público Federal. CSN Volta Grande IV. **Ação Civil Pública**. Procuradoria da República no Município de Volta Redonda, 2012. Disponível em: [http://www.prrj.mpf.mp.br/arquivos\\_pdf/ACP%20CSN%20VOLTA%20GRANDE%20IV.pdf](http://www.prrj.mpf.mp.br/arquivos_pdf/ACP%20CSN%20VOLTA%20GRANDE%20IV.pdf). Acesso em: novembro de 2016.

\_\_\_\_\_, **Recomendação PRMVR / RCL08 / 09**, 2009. Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/recomendacoes/recomendacao-1-2019-pfdc-mpf>. Acesso em outubro de 2018.